



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

002098 4 AGO 66

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1966

A: Dr. Carlos Correa Mascaro, Diretor do INEP.

De: Michel Debrun, grupo de planejamento educacional da UNESCO

Prezado Sr.

Entreguei a sua secretária, na tarde da sexta-feira dia 22, o projeto de GROSE redigido pela equipe de planejamento educacional da UNESCO. Tendo sido entregue posteriormente, por malentendido, outra cópia do mesmo projeto, peço a V.S. só considerar como válida a primeira, na qual introduzi algumas correções e modificações - em particular no tocante à primeira semana prevista nos colóquios - que não constam na segunda cópia.

Colho este ensejo para renovar a V.S. os protestos do meu alto apreço.

Michel Debrun

Cópias:

Prof. Durmeval Trigueiro

Profs. FURTER/ TORRES

Arquivo DEBRUN.

C R O S E

Diretrizes para o funcionamento de Comissão
INEP-UNESCO, e da sua Coordenação

- 1 - Os objetivos de GROSE serão definidos pelo INEP, em documento especial.
- 2 - As tarefas implicadas na realização dos GROSE serão distribuídas pelo seu Coordenador entre os membros da Comissão INEP-UNESCO, e outras personalidades destacadas no campo educacional.
- 3 - Constituem atribuições fundamentais dos membros da Comissão INEP-UNESCO:
 - a) Reunir a documentação básica referente às áreas a seu cargo, selecionando os elementos mais importantes, de ponto de vista de nível e da atualidade, e organizando-os da maneira mais adequada à sua utilização. A documentação aqui mencionada abrange estatística, bibliografia, pesquisas e levantamentos educacionais e sociológicos, além de outros elementos.
 - b) Com essa documentação e com os subsídios por eles próprios elaborados, prover os temas gerais dos Colóquios e, eventualmente, elaborar com os conferencistas estrangeiros à Comissão.
 - c) Encarregar-se de conferências sobre os temas que lhes forem atribuídos pela Coordenação, ou por ela aprovados.

A fixação dos temas e a sua distribuição pelos membros da Comissão, na parte que a esta couber, serão objeto de estudo e discussão no respectivo plenário.

- 4 - São atribuições do Coordenador dos GROSE:
 - a) De acôrde com as diretrizes do Diretor do INEP, supervisionar a execução do Projeto, junto à Comissão INEP-UNESCO e aos outros especialistas que dele participem. Tal supervi

são inclui os seguintes encargos: I) distribuir pelos membros de Comissão INEP-UNESCO as tarefas mencionadas no item 3; II) escolher, ouvido o Diretor de INEP, os conferencistas estrangeiros à Comissão; III) presidir as reuniões plenárias de Comissão, preparando a respectiva pauta de trabalhos; IV) superintender os serviços administrativos da Comissão, a serem executados por uma Secretaria Geral.

b) Responder oficialmente pela Comissão.

- 5 - O Plenário da Comissão se reunirá, normalmente, duas vezes por semana para: a) debater os temas em estudo, bem como os textos de conferências já redigidos pelos membros da Comissão (sem prejuízo de sua liberdade intelectual); b) avaliar os trabalhos em execução. O Plenário da Comissão será um órgão de estudo, de debate e de consulta.
- 6 - A Secretaria Geral, subordinada diretamente ao Coordenador, terá a responsabilidade dos serviços de protocolo, arquivo, comunicações, contabilidade, mecanografia, além de outros serviços gerais da Comissão. As Secretarias particulares, designadas para servir aos membros da Comissão, a eles ficarão subordinadas diretamente.
- 7 - Dentro das linhas traçadas no item 3, será observado o seguinte programa de atividades:
- a) Antes dos C R O S E, os membros da Comissão estabelecerão contactos com as autoridades estaduais, visando motivá-las, esclarecê-las quante aos objetivos dos Colóquios, e orientá-las quante aos dados que deverão preparar.
 - b) Durante os C R O S E, a Coordenação técnica dos trabalhos caberá, em ordem de prioridade, ao Diretor de INEP, ao Coordenador da Comissão, ou a um membro da Comissão designado pelo Diretor de INEP.
 - c) Depois dos C R O S E, a Comissão se ocupará de: I) promover a avaliação de seu funcionamento e dos seus resultados imediatos; II) elaborar o relatório geral, com a documentação selecionada.

Senhor Diretor:

Na qualidade de Coordenador dos Colóquios Estaduais sobre Organização dos Sistemas de Educação (CEOSE), venho apresentar-lhe o parecer que me solicitou V. Excia. sobre o expediente que lhe foi remetido pelo Sr. John Howe, Chefe da Missão da Unesco no Brasil (of. nº 3396, de 8/5/67), a respeito da substituição do perito Pierre Furter. As sugestões aqui formuladas resultam da consciência já alcançada pelos CEOSE, após seis meses de funcionamento, a respeito de seus problemas.

1. As necessidades educacionais dos Estados brasileiros, em matéria de assistência técnica, são numerosas e de diferentes espécies, todas, porém, susceptíveis de enquadrar-se em duas amplas categorias: as que se incluem no plano institucional - fixação das bases dos sistemas estaduais de educação, estrutura das Secretarias de Educação, organização de serviços, implantação de estilos e técnicas de planejamento (sem falar no impulsionamento inicial do próprio planejamento); e as que se referem ao plano pedagógico - expansão e aprimoramento do ensino em todos os níveis e modalidades. Dispensável anotar que a visão que ilumina ambos os planos deve ser a visão global e dinâmica da realidade brasileira.

2. Esse esforço não pode ser apenas de uma pequena equipe, obviamente; daí a distinção que se impõe, entre a coordenação e as atividades setoriais. A coordenação, que é expressão e prolongamento da ação do INEP, órgão ao qual está afeto o programa, deve estar a cargo de um Coordenador, com a cooperação dum pequeno grupo permanente, constituído de pessoas cuja competência abranja os dois aspectos básicos da política educacional, mencionados no primeiro item. As atividades setoriais são de natureza cambiante, não podendo ser fixadas a priori; elas emergem de situações concretas, de Estado para Estado, ou de necessidades só reveladas no curso do processo. Convém, por isso mesmo, que a convocação de pessoas ou equipes que a elas correspondam obedeça a critérios muito flexíveis, seja quanto à especialização, seja quanto ao período de trabalho.

3. Em ambos os lados - da coordenação e das equipes setoriais - o esforço central deve ser atribuído a especialistas brasileiros, convocando-se os especialistas estrangeiros nos estritos limites de nossas deficiências. Essa orientação parece assentar num

postulado óbvio: o que a colaboração externa só deverá ocorrer quando se verificarem as lacunas do empreendimento nacional, dinamizado em toda a sua potencialidade. Acho inconveniente e irrazoável que já se comece com o staff estrangeiro o trabalho que ainda não se tentou com staff nacional. A experiência revela, em muitos casos, que tal fórmula acarreta despendício de tempo - os estrangeiros procurando assenhorar-se dos problemas nacionais antes de trabalharem sobre eles; e de recursos financeiros - pagando-se à colaboração estrangeira o que aqui se poderia obter com menos dispêndio. Não é que sejamos favoráveis à despropositada e iníqua desproporção de salários entre técnicos da mesma altitude, discriminando-se contra os nacionais, aos quais o nosso país jamais soube pagar o que merecem, privando-se, assim, duma colaboração imprescindível, na extensão em que ela poderia mostrar-se plenamente eficiente. Fazemos a observação por constatar que a busca de colaboração estrangeira, inadequadamente planejada, ou assentada em moldes rígidos, produz frequentemente essa situação paradoxal, de técnicos estrangeiros, que viriam ampliar e acelerar o esforço nacional, se deterem - detendo o próprio serviço - nas acomodações preliminares, durante as quais mais tiram que acrescentam aos técnicos nacionais. Isto ocorre em relação ao conhecimento do país e, não raro, em relação à própria matéria de sua competência específica. Admito a ocorrência, nesse fenômeno, de resquícios provincianos de nossa alienação cultural, sem falar na ausência de reflexão mais aprofundada sobre os objetivos que se têm em mira, e sobre a adequada metodologia a ser adotada, quando se formulem projetos que incluem cooperação estrangeira. Pois a única metodologia correta, no caso, consiste em mobilizar o esforço educacional brasileiro, mediante o recrutamento dos mais competentes, buscando, em seguida, o reforço de fora para as nossas deficiências. E jamais começar pelos esforços conjugados, antes mesmo de saber para / que eles se conjugam. Em setores tecnológicos onde se registre proventu- ra total ausência de quadros, é compreensível que se recolha a experiência estrangeira até para o passo inicial e, ainda assim, na esteira duma política definida previamente pelos órgãos da política nacional. Não é o que ocorre em educação: nesse campo, tanto a boa doutrina como a experiência recusam terminantemente aquela hipótese. Quanto à doutrina, porque a educação é um campo consubstancial ao das próprias decisões políticas fundamentais duma nação. Quanto à experiência, porque os fatos revelam a existência de quadros técnicos de alto nível dentro de nosso país. Ainda assim, existem lacunas e insuficiências que reclamam a cooperação estrangeira; nas umas e outras, como já acentuamos, se espelham no esfôz

ço já desencadeado, e não antes.

4. A partir de tais premissas, tanto quanto da experiência já acumulada pelos CEOSE, podemos chegar às seguintes conclusões:

a) Não se deve constituir nenhuma equipe estrangeira ou internacional sem a prévia fixação de objetivos por uma equipe brasileira, e nos estritos limites das deficiências por esta - ou nesta - identificadas.

b) A coordenação dos trabalhos deve caber exclusivamente a técnicos brasileiros, investidos, no caso, da própria competência do órgão da administração nacional que ele representa.

c) Os colaboradores estrangeiros serão escolhidos para objetivos específicos, aos quais devem corresponder os termos dos respectivos contratos de trabalho, tanto na definição de tarefas quanto na duração delas.

d) Os técnicos brasileiros e estrangeiros devem ter o mesmo nível de remuneração, quando são todos pagos pelo Governo Brasileiro, aferida, obviamente, a capacidade técnica e as condições de trabalho.

5. No caso concreto dos CEOSE, estimaríamos obter da UNESCO / um perito em educação permanente e cultura popular, e outro, em ensino médio, com bastante conhecimento comparado dos vários sistemas nacionais nesse campo.

Esta solicitação se baseia nas seguintes razões:

a) quanto à educação permanente. A atual conjuntura educacional em todo o mundo fez praticamente surgir, ao lado do sistema escolar tradicional, destinado às clássicas idades de escolarização, outra educação - a dos adultos, tanto dos analfabetos quanto dos instruídos. A política educacional que está despontando terá de admitir as duas linhas e, mais além, o encontro das duas numa educação só e contínua, aproveitando a todos, em qualquer nível social, econômico e educacional.

b) quanto ao ensino médio. A revolução deste ensino é notoriamente das mais profundas em nosso tempo: pelos novos objetivos que ele conquistou, e pelas suas novas formas de organização.

O perito a ser convidado para a educação permanente poderia realizar seu trabalho no Brasil durante um ano, percorrendo os Estados, analisando as experiências feitas ou em curso, e fixando finalmente o

diagnóstico do que já fez o Brasil, e um plano de trabalho do que deveria e poderia ter feito. O especialista em ensino médio se incorporaria à equipe dos CEOSE durante cerca de dois anos - prazo previsto para a completção de nosso plano. Se fôr impossível o recrutamento dum educador de alto nível por um período tão longo, procurar-se-ia enquadrar a sua cooperação em moldes iguais aos propostos para o perito de educação permanente.

É o que no momento temos a propor.

Atenciosamente - DTM

Ass.) Durmeval Trigueiro

CEOSE

ESTADO DE SERGIPE

DADOS SÔBRE ATUAÇÃO DO GOVÊNRO FEDERAL

NO SETOR DO ENSINO

1. <u>Princípio da Constituição do Brasil de 1967</u>	p. 1
2. <u>Função dos CEOSE</u>	p. 1
3. <u>Estrutura administrativa dos serviços de educação em Sergipe</u> ...	p. 1
4. <u>Ensino primário</u>	
4.1. Dados estatísticos do Censo Escolar de 1964	p. 2
4.2. Recursos do Plano Nacional de Educação distribuídos pelo DNE	p. 2
4.3. Assistência técnica do INEP	p. 2
4.4. Assistência técnica do DNE	p. 3
4.5. Assistência da USAID	p. 4
4.6. Analfabetismo e Educação de Adultos	p. 4
5. <u>Ensino Médio</u>	
5.1. Dados estatísticos relativos a 1965	p. 6
5.2. Recursos do Plano Nacional de Educação	p. 7
5.3. Assistência técnica da Dir. do Ens. Secundário	p. 7
5.4. Assistência de outros setores do MEC	p. 8
6. <u>Ensino Superior</u>	
6.1. Dados estatísticos relativos a 1965	p. 8
6.2. Recursos orçamentários em 1967	p. 9
6.3. Recursos da CEEFF para 1967	p. 10
6.4. Fundação-Universidade de Sergipe	p. 10
6.5. Assistência técnica da CAPES	p. 10
6.6. Equipe de Planejamento do Ensino Superior (MEC-USAID)	p. 11

1. PRINCÍPIO DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1967.

De acôrdo com a organização jurídica em vigor no País, a atuação do Governo Federal no setor do ensino terá caráter supletivo, isto é, a iniciativa da União será condicionada pelas deficiências locais (art. 169), excluídos os Territórios que são administrados pelo sistema federal.

Assim sendo, caberá à União prestar assistência técnica e financeira ao desenvolvimento dos sistemas estaduais, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição de 67.

2. FUNÇÃO DOS CEOSE

No espírito da Lei de Diretrizes e Bases e da própria Constituição em vigor, é tarefa essencial da União prestar assistência técnica aos sistemas estaduais de ensino. E considerando ser o INEP no Ministério da Educação e Cultura o órgão por excelência indicado para levar a cada unidade federada a cooperação técnica de que necessitarem, tomou a administração passada a iniciativa de criar os CEOSE (Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas de Ensino). (Sec. Executiva: Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio - Gb.)

A coordenação dos Colóquios está sob a responsabilidade do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, com a participação dos professores Michel Debrun, Jacques Torfs e Pierre Furter (peritos da UNESCO) e de especialistas brasileiros convocados em sistema de rodízio,

O programa a cumprir em cada Estado, com a duração de oito dias, visará sobretudo: a) ao diagnóstico da situação local, indicando medidas administrativas e técnicas capazes de conduzir a implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da Secretaria de Educação; b) à discussão de idéias que devem lastrear sua política de educação; c) ao processo do planejamento educacional.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO EM SERGIPE

A estrutura atual da Secretaria de Educação e Cultura foi estabelecida na Lei nº 1.289, de 16/10/64, assim esquematizada: Órgãos de Assessoria, Órgãos de Administração e Órgãos anexos (estabelecimentos de ensino).

Os Órgãos de Administração compreendem:

A. Divisão de Educação Escolar, abrangendo:

Seções: de ensino primário, médio e superior;
Serviços: Social Escolar e de Estatística Educacional;
Setores: Programação, Supervisão e Treinamento.

B. Divisão de Desenvolvimento Cultural, abrangendo:

Seções: Cultura Popular, Documentação, Divisão Cultural, Museu e Biblioteca;
Setor de Programação.

O Conselho Estadual de Educação foi criado com a Lei nº 1.190, de 5/6/63, compondo-se de 12 membros que se distribuem pelas Câmaras do Ens. Primário, Médio, Superior e de Cultura, havendo uma Comissão de Bôlsas de Estudo.

Anualmente, vem o Conselho aprovando o Plano de Aplicação dos Recursos do Plano Nacional de Educação, além de adotar resoluções para o ensino médio.

4. ENSINO PRIMÁRIO EM SERGIPE

4.1. Dados estatísticos do Censo Escolar¹ de 1964

- Total de crianças recenseadas de 7 a 14 anos:	142.387
Frequêntam escola	91.008 (63,9)
Estão fora da escola	51.379 (36,1)
 Total de crianças na zona urbana:	57.105
Estão na escola	46,932 (82,1)
Fora da escola	10.173 (17,9)
 Total de crianças na zona rural:	85.282
Estão na escola	44.076 (51,6)
Fora da escola	41.206 (48,4)
 - Total de professôres em exercício	2.584
Normalistas de 2º ciclo	391
Normalistas de 1º ciclo	206
Pós-colegial	39
Não normalistas com 2º ciclo concluído	54
" " " 2º ciclo não concluído ..	91
Não normalistas com 1º ciclo concluído	134
" " " 1º ciclo não concluído ..	67
Não normalistas com primário concluído	1.049
" " " " não concluído ..	453
Não regentes de classe	149
 - Total de unidades escolares	1.411
Na zona urbana e suburbana	509
Na zona rural	902
Unidades estaduais	550
" municipais	693
" particulares	168
 Total de salas de aula	1.569
Na zona urbana e suburbana	646
Na zona rural	923

4.2. Recursos do Plano Nacional de Educação distribuídos pelo DNE (Fundo Nacional do Ens. Primário)

Recursos a pagar relativos a 1965	Cr\$ 105.878.000
" " " " a 1966	329.280.000
 Recursos disponíveis para 1967	Cr\$ 379.716.000
1ª parcela (50%)	189.858.000
2ª parcela (50%)	189.858.000

4.3. Assistência técnica do INEP

Vem sendo ela prestada a partir de 1947 pelo setor de Coordenação de Cursos. Realizados no Rio de Janeiro para professôres indicados pelas Secretarias de Educação, os cursos abrangem estágios de aperfeiçoamento nas seguintes matérias: Metodologia da Leitura, da Escrita, do Cálculo, dos estudos sociais, de iniciação a Ciência, de Artes Industriais, além de elementos de Psicologia Educacional, Administração Escolar, Recreação, Jardim de Infância.

1 MEC - I.B.G.E. - INEP - Censo Escolar do Brasil - 1964 - 1º vol. Apurações preliminares, Rio, 1966, XII - 688p.

Coube à administração Murilo Braga a iniciativa dêesses cursos. Na gestão do Prof. Anísio Teixeira fêz-se a descentralização, sendo os cursos promovidos nos Centros de Pesquisa mais próximos aos Estados e também no Rio. Na gestão do Prof. Carlos Pasquale, foram criados os Centros de Treinamento que vêm sendo progressivamente instalados em vários Estados, tendo sido autorizada a instalação de um dêles em Sergipe, aguardando o INEP a indicação pelo govêrno local da cidade e da área destinada a construção.

Esta iniciativa resulta do Acôrdo básico firmado entre o Govêrno Federal e as Organizações participantes do Programa Ampliado de Assistência Técnica, em 29/12/1964, seguido de Convênio Básico, celebrado entre o Govêrno Federal e o FISII, a 28/3/1966.

Aplicando êsse Programa, INEP + FISII realizaram o Primeiro Plano de Operações para um projeto de educação primária e normal, dêle resultando os Centros de Treinamento e Formação para Professor Primário de Emergência (Sousa e Alagoa Grande) e o Centro de Formação de Professor Supervisor (Sapé), na Paraíba, mas recebendo solistas dos Estados do Nordeste e também de Sergipe (10 supervisores).

Êste Programa foi reformulado com a reunião de Brasília em 13/1/67, sendo elaborado um Segundo Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal, reunindo o MEC + FISII + SEC (Secretaria de Educação).

De 1947 a 1965, foram beneficiados com bôlsas do INEP 146 professores do Estado de Sergipe nos diversos campos da metodologia e da prática do magistério primário, havendo 41 dêles realizado curso de professor supervisor.

Em 1966, foram beneficiados 38, assim distribuídos: 11 supervisores em Colatina (E.S.), 11 em Sapé (Pb), 3 (Gb); 6 em artes industriais (Gb); 2 em pedagogia de excepcionais (Gb); 1 em especialização educacional para a América Latina (SP) - Profª Josefa Aída de Santana; 1 em preparação de pessoal técnico para a Secretaria de Educação - Prof. Edjan Soares de Lima - em São Paulo; 2 em metodologia da Matemática e da Linguagem e 1 em currículo e supervisão, êstes últimos em cursos promovidos pelo DAP, Ex-PABAE, com sede em Belo Horizonte.

No ano em curso, há 7 bolsistas no Centro de Treinamento de Supervisores em INHUMAS, Goiás e 5 especializando-se em metodologia do ensino primário no DAP (BH).

Acham-se destinados a construção do Centro de Treinamento de Sergipe recursos da ordem de NCr\$ 1.360.000,00. O início das obras que abrange pavilhão residencial, pavilhão de aulas, biblioteca, auditório, salas especiais para escola de aplicação, salas-oficina, depende exclusivamente da indicação do govêrno local acima referida.

O Serviço de Expedição do INEP vem atendendo as escolas normais e Faculdade de Filosofia com publicações e livros editados pelo C.B.P.E. como a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a Bibliografia Brasileira de Educação, Guias de Ensino, etc.

4.4. Assistência Técnica do DNE

O Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) do Departamento Nacional de Educação constou em 1966 de 7 cursos de Treinamento para Professôres Leigos em colaboração com a Secreta-

ria de Educação, nas cidades de Aracaju, Propriá, Itabaiana, Estância e Maruim, sendo 4 dêles no bimestre janeiro-fevereiro, com a participação de 387 professôres e os 3 restantes em julho para 110 professôres.

Em 1967, êsse programa mereceu nova formulação, estruturado em duas atividades principais: Supervisão (períodos letivos) e Cursos de Treinamento (períodos de férias).

O Plano Geral para 1967, constante da Circular nº 5/67, do PAMP/DNE, enuncia os seguintes itens: serviço de supervisão, executado pelos supervisores-chefes que acompanharão o trabalho dos supervisores regionais, realizando-se de fevereiro a junho e de agosto a dezembro; instalação de bibliotecas escolares em grupos escolares, escolas reunidas, isoladas e nos centros de treinamento; encontros estaduais de supervisores (em março e novembro); encontro nacional de supervisores-chefes; distribuição trimestral da revista do PAMP e realização dos cursos de treinamento.

Dêsse programa, realizou-se no bimestre jan.-fev. a parte relativa aos cursos de treinamento, 6 ao todo, nas cidades de Estância, Aracaju, Propriá, Itabaiana, Maruim e Neópolis. A falta do relatório final, não se obteve dados sôbre o número de participantes.

4.5. Assistência da USAID

O programa da USAID em Sergipe tem por base o Convênio celebrado em 1964 com o MEC + SUDENE + Secretaria de Educação. Compreende dois aspectos: 1. Construção, reconstrução, equipamento e material didático de escolas; 2. Treinamento de professôres.

Quanto ao primeiro item, registra-se: construção de Centro de Treinamento e Supervisão em Propriá; outro em Aracaju e um terceiro anexo à Escola Normal de Itabaiana; ampliação do Instituto de Educação de Aracaju; construção de 77 salas de aula com equipamento; restauração de 88 salas de aula, havendo 30 em fase de conclusão.

Quanto ao segundo item, o programa abrangia a formação de 600 regentes de ensino com ginásio e curso de alfabetização de adultos. Foram treinados até agora 550 professôres, aproximadamente, havendo seminários para supervisores (10 dias) e cursos de preparação para diretores de ensino elementar (2 a 3 meses).

Indicados pela Secretaria de Educação, 8 elementos realizaram cursos de especialização nos Estados Unidos, de 2 meses a 1 ano.

A estrutura administrativa do programa consta de uma Comissão Executiva para os convênios, presidida pela Profª Estelita Falcão; de uma equipe central de supervisão do programa de melhoria do ensino coordenada pelas professoras Stela Roemberg e Leda Aguiar Cabral; de uma divisão de obras dirigida pelo Dr. Walter de Oliveira.

Os recursos para o programa elevam-se a Cr\$ 1.575.000.000, assim distribuídos: Cr\$ 1.225.000.000 da USAID, 250.000.000 do Estado e 100.000.000 da SUDENE.

O INEP vem prestando assistência pedagógica através da Profª Helena Gonçalves Cotta, de Belo Horizonte. O DNE tem colaborado na formação de supervisores, 80 ao todo.

Para 1967, está previsto um curso de especialização para professores de escolas normais.

4.6. Analfabetismo e Educação de Adultos

Até o Serviço Nacional de Recenseamento não efetuou a apuração do índice de analfabetismo relativo ao Estado de Sergipe. Os dados existentes, baseados em amostra, referem-se à Região Leste, indicando

os seguintes resultados:

CENSO de 1960 - PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS:	20.743.398
Sabem ler e escrever	10.884.198
Homens	5.647.250
(Região Leste) Mulheres	5.236.948
Percentagem dos que sabem ler e es- crever	52,4%
PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS:	17.172.324
Sabem ler e escrever	10.247.562
Homens	5.331.222
Mulheres	4.916.340
Percentagem dos que sabem ler e es- crever	59,6%
PESSOAS PRESENTES DE 15 ANOS E MAIS:	14.164.878
Sabem ler e escrever	8.501.220
Homens	4.466.592
Mulheres	4.034.628
Percentagem dos que sabem ler e es- crever	60%

Quanto à Alfabetização de Adolescentes e Adultos, informa o Departamento Nacional de Educação que a tarefa cabe aos Estados, devendo constar de seus planos de educação. O DNE envia a cada Estado os recursos globais previstos no Plano Nacional de Educação para o ensino primário, prestando assessoria técnica sobre alfabetização, quando solicitado

Não obstante, a cooperação federal nesse campo vem-se fazendo sentir através do Movimento de Educação de Base da Conferência dos Bispos do Brasil que acaba de ser integrado no Plano Complementar do Plano Nacional de Educação pelo Dec. nº 60.564, de 14/3/67, que destina ao programa de 1967 recursos da ordem de Cr\$ 2.000.000.000, devendo ser assinado convênio para cada Estado entre o MEB e o MEC, com interveniência do Arcebispo local.

Com recursos federais e próprios, o MEB, através de escolas radiofônicas, alfabetizou em Sergipe, de 1961 a 1965, 42.979 pessoas. Dos 73 municípios do Estado, 53 são atingidos pelos cursos dirigidos por 362 monitores e líderes orientados por 7 supervisores e coordenadores do sistema que tem por sede as cidades de Aracaju, Estância e Propriá.

Em 1966, havia no Estado 357 escolas radiofônicas com 4.776 alunos frequentando. O currículo é de dois anos, abrangendo a aprendizagem da leitura, da escrita, do cálculo, noções de higiene, práticas agrícolas, economia doméstica e religião.

As despesas com o programa em 1966 elevaram-se a Cr\$ 35.220.000. A USAID espera realizar um projeto nesse campo em 1967.

5. ENSINO MÉDIO

5.1. Dados Estatísticos Relativos a 1965¹

	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Total
A. Estabelecimentos informantes:	3	4	1	39	47

B. Exames de Admissão:

CURSOS	<u>Nº de candidatos</u>	<u>Nº de aprovados</u>
Secundário	3.863	2.459
Comercial	280	141
Industrial	320	125
Agrícola	197	70
Normal	68	68
TOTAL	4.728	2.863

C. Número de Cursos:

CURSOS	1º Ciclo					2º Ciclo					TOTAL
	Fed.	Est.	Mun.	Part.	T	Fed.	Est.	Mun.	Part.	T	
Secundário	1	3	1	34	39	-	1	-	3	4	43
Comercial	-	1	-	4	5	-	1	-	4	5	10
Industrial	1	-	-	1	2	2	-	-	-	2	4
Agrícola	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	2
Normal	-	-	-	-	-	-	2	-	6	8	8
TOTAL GERAL	3	4	1	39	47	3	4	-	13	20	67

D. Índices de Matrícula:

CURSOS	1º Ciclo			2º Ciclo			TOTAL
	Públ.	Part.	T	Públ.	Part.	T	
Secundário	2.709	6.568	9.277	925	484	1.409	10.686
Comercial	441	365	806	322	347	669	1.475
Industrial	476	105	581	299	-	299	880
Agrícola	157	-	157	81	-	81	238
Normal	-	-	-	273	445	718	718
TOTAL GERAL	3.783	7.083	10.821	1.900	1.276	3.176	13.997

E. Corpo Docente (dados de 1964):

Federal	115	1º Ciclo: 705
Estadual	242	2º Ciclo: 252
Particular	582	
TOTAL	957	

5.2. Recursos do Plano Nacional de Educação para o Ensino Médio

Exercício de 1966 relativo ao Fundo Nacional do Ens. Médio:

Total:	Cr\$ 195.000.000	
1ª parcela:	78.000.000	(aviso 3208 de 5/12/66)
2ª parcela:	78.000.000	{a enviar}
3ª parcela:	39.000.000	{a enviar}

Exercício de 1967 relativo ao Fundo Nacional do Ens. Médio:

Disponível	Cr\$ 336.865.000	
1ª parcela:	168.433.000	{a enviar}
2ª parcela:	168.432.000	{a enviar}

5.3. Assistência técnica da Diretoria do Ensino Secundário

As principais iniciativas da Diretoria nesse campo são os Ginásios para o Trabalho, os Centros de Ciências, o SERTE e os Cursos de Preparação para os Exames de Suficiência.

A. Ginásios para o Trabalho. Há na Diretoria 3 processos oriundos de estabelecimentos de ensino solicitando a instalação de oficinas de artes industriais. São eles: o Colégio Senhor do Bonfim de Aracaju (a Diretoria pede o currículo do colégio e fotocópia do certificado do professor indicado); o Ginásio Laudelino Freire de Lagarto e o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto de Simão Dias, dependendo da confirmação de professor habilitado.

Para cada sala de técnicas industriais, o programa concede a dotação de Cr\$ 10.000.000; à de técnicas comerciais, Cr\$ 14.000.000 à de técnicas agrícolas, Cr\$ 8.000.000 e à de economia doméstica Cr\$ 8.000.000.

Os professores são habilitados em cursos promovidos anualmente pela Diretoria.

Em todo o País, o MEC já instalou 241 ginásio industriais, formando 669 professores; 32 agrícolas com 291 professores; 17 comerciais com 114 professores e 24 de economia domésticas com 170 professoras.

Os recursos para 1967 estão orçados em 5 bilhões de cruzeiros antigos.

B. Centros de Ciências. Foram criados 6, localizados nas capitais dos Estados mais desenvolvidos nas diversas regiões do País, e atendendo aos Estados vizinhos com instalação de núcleos.

O núcleo de Sergipe integra o CECINE (Centro de Ciências do Nordeste, com sede em Recife). Sua sede em Aracaju está sob a orientação da Profª Lindalva Cardoso Dantas.

As atividades de cada Centro constam de Cursos de Treinamento de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Secundário em Ciências Físicas, Biológicas, Química e Matemática, estágios para professores e alunos da 3ª e 4ª séries de faculdades de filosofia, instalação de classes-piloto, seminários e conferências, jornadas científicas, feira de ciências, difusão científica (boletim, rádio, jornal, publicações), fabricação de material e seu fornecimento, projetos especiais e assessoria aos núcleos.

Em 1966, o programa em Sergipe constou de cursos de aperfeiçoamento. Para 1967, a programação abrange estágios de Matemática e Ciências já realizados de janeiro a fevereiro, classes-piloto de Biologia, Física, Química e Matemática e seminários.

A ajuda federal ao núcleo de Sergipe em 1966 foi de Cr\$ 10.000.000, não incluído o auxílio da SUDENE. Para 1967, está previsto o mesmo auxílio.

C. SERTE (Setor Experimental de Rádio e TV para a Educação). O programa em Sergipe consta do exame de madureza (1º ciclo) pelo rádio com recepção individual não organizada, havendo bancas especiais para a realização do exame. Do curso realizado em 1966, participaram 500 candidatos.

O Setor acha-se instalado em Aracaju no Edifício S.Carlos, 3º andar. Vem atuando como coordenador o Dep. Francisco de Melo Novaes. Os serviços de secretaria estão a cargo de Gildete Santos Coimbra.

A inspetora seccional - Celina Oliveira Lima - tem prestado toda assistência ao Setor.

Para 1967, está previsto o mesmo curso de madureza, com verba de Cr\$ 20.000.000.

D. Curso de Preparação aos Exames de Suficiência. Até agora a Faculdade de Filosofia local não foi ainda credenciada para a realização dos cursos. Os candidatos devem inscrever-se na Inspeccional Seccional (Edifício S.Carlos - 3º andar - Aracaju), realizando o curso na Faculdade de Filosofia de Maceió. Os cursos têm a duração de 120 dias.

5.4. Assistência de outros setores

Caberia referência aos programas de aperfeiçoamento de professores pelas Diretorias do Ensino Comercial e Industrial. Não nos forneceram dados sobre os programas atuais. Ao que parece, a tendência seria sua absorção pelo programa dos ginásios orientados para o trabalho.

Bolsas de estudo para operários sindicalizados. Instituído pelo Dec. nº 57.870, de 25/2/1966, esse programa vem sendo coordenado pelo Ministério do Trabalho, efetuando-se as inscrições dos operários ou filhos de operários na sede do sindicato a que estão filiados.

Para 1967, contando com recursos da USAID, foram previstas 70.000 bolsas, encerrando-se as inscrições a 25 de fevereiro.

Diafilmes para o ensino médio. O Instituto Nacional de Cinema Educativo (Praça da República, 141-A- Rio) distribui a ginásios e colégios séries completas de diafilmes para as diversas matérias do currículo.

Centros de Educação Física. A Divisão de Educação Física do MEC tem concedido, quando solicitada, assistência financeira para o equipamento de Centros de Educação Física, de preferência a estabelecimentos públicos.

6. ENSINO SUPERIOR

6.1. Dados estatísticos relativos a 1965¹

Cursos	Matrícula no início do ano
(1) Medicina	69
(1) Administração e Economia ...	75
(1) Filos. Ciên. e Letras	14
(1) Serviço Social	32

1. Sinopse Estatística do Ensino Superior - 1965 - SEEC - MEC

Cursos	Matrícula no início do ano
(1) Engenharia Química e Química Industrial	48
(1) Direito	123
(2) Filosofia - Humanidades ...	60

Total: 8 cursos e 421 alunos matriculados.

Estabelecimentos e matrícula por dependência administrativa

No ens. público	No ens. particular
Estabel. isolados: 3 (Administração e Economia(Est.), Direito (Fed) e Eng. Química e Química Industrial (Est.)	Estabel. isolados: 5 (Filosofia, Ciências e Letras, Geografia, História, Medicina e Serviço Social)

Matrícula: 123

Matrícula: 175

Nº de Vagas: 185 Candidatos ao vestibular: 202 Aprovados: 92

Medicina: 20	43	16
Adm. e Econ.: 30	76	23
Filosofia: 30	7	5
Serviço Social: 30	19	12
Eng. Quím. e Quím. Ind.: 25.	20	12
Direito: 50	37	24

Corpo Docente - Total: 151 professôres

Medicina:	28
Adm. e Economia:	24
Fil. Ciên. e Letras ..	13
Serv. Social	14
Eng. Quím. e Quím. Ind..	20
Direito	23
Fil. Humanidades	29

Conclusões de curso em 1964: 35

Medicina:	-
Adm. e Economia	5
Filos. Ciên. e Letras	16
Eng. Quím. e Quím. Ind.....	4
Direito	10
Serviço Social	-

6.2. Recursos Orçamentários para o Ensino Superior - 1967

Faculdade de Direito de Sergipe: Cr\$ 205.690.000 (Orçamento Programa)

A Seção de Orçamento da Diretoria do Ens. Superior indica ainda os seguintes recursos votados pelo Congresso no Orçamento de 1967:

Escola de Química de Sergipe.....	Cr\$ 30.000.000
Escola de Serviço Social	10.000.000
Faculdade Católica de Filosofia	30.000.000

Adendo C - pelo Congresso:

Faculdade de Direito de Sergipe	Cr\$ 5.000.000
Faculdade de Ciências Econômicas	1.500.000
Faculdade Católica de Filosofia	3.000.000
Diversos não especificados	59.500.000

Outra rubrica em nome da:

Escola de Serviço Social Cr\$ 2.000.000

6.3. Recursos da C.E.E.F.F. para 1967

A Comissão de Especialistas de Ensino nas Faculdades de Filosofia, ex-CADIFF, destina aos cursos de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia o seguinte:

Total: Cr\$ 6.850.000 - assim distribuídos:

Cr\$ 2.650.000 - para manutenção;
2.700.000 - para equipamento;
1.500.000 - para a Biblioteca.

6.4. Fundação - Universidade de Sergipe

Recentemente criada pelo Dec. - lei 269, de 28/2/67 - D.O. de 28/2/67, p. 2459, com retificação no D.O. de 25/3/67, p. 3374, estando previstos para a implantação progressiva da Fundação recursos especiais no valor de NCr\$ 6.000.000,00.

Integram a Universidade Federal de Sergipe: a Escola de Química, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade Católica de Filosofia, desdobrada em Fac. de Letras e Comunicação, Fac. de Filosofia e Educação e Faculdade de Ciências Humanas.

6.5. Assistência técnica da CAPES

Desde sua instituição em 1951, vem a Capes realizando um programa de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, concedendo bolsas-de-estudo para cursos no País e no Exterior e auxílios individuais.

Reestruturada em 1964, passou a denominar-se Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com os seguintes objetivos:

- colaborar no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, concedendo bolsas-de-estudo e auxílios individuais e estimulando a criação de cursos de pós-graduação em áreas definidas como prioritárias (Ciências básicas - Física, Química, Matemática, Biologia); Ciências biomédicas - Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia e Veterinária; Tecnologia);
- colaborar na formação e aperfeiçoamento de pessoal docente universitário;
- prestar auxílio técnico e financeiro a universidades, escolas superiores isoladas e institutos científicos na aquisição de equipamento, implantação de regime de tempo integral e construção de obras;
- promover estudos visando à integração do ensino universitário e da pesquisa de alto nível, bem como a aglutinação de disciplinas afins em núcleos de concentração de recursos.

De 1965 a 1966, foram beneficiados com bolsas da CAPES, no Estado de Sergipe, 9 candidatos, sendo 8 no País e 1 no Exterior.

Para 1967, estão previstas 752 bolsas no País, 86 no Exterior e 88 para auxílios. A inscrição e entrega dos documentos deve ser feita no período de 30 de novembro do ano anterior a 31 de maio para bolsas no País. De 28 de fevereiro a 31 de agosto para bolsas no Exterior e de 31 de março a 30 de setembro para auxílios individuais.

As solicitações para equipamento, pessoal, pós-graduação e cursos devem ser feitas até 28 de fevereiro de cada ano.

6.6. Equipe de Planejamento do Ensino Superior - MEC-USAID

Com base em convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), em 23/6/1965, baixou o Ministro da Educação e Cultura a Portaria nº 33 de 3/2/67, expedindo instruções para o funcionamento da Equipe de Planejamento do Ensino Superior, instalada à rua Honório de Barros, 41 - 8º and. - Botafogo - Rio).

De acordo com a Portaria são estes os objetivos da EPES:

- levantamento da situação em que se encontra o ensino superior, em confronto com as necessidades educacionais do País;
- formulação e apresentação de planos e projetos conducentes ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino superior, notadamente no que se refere à distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino (regionalização);
- treinamento de técnicos especializados em planejamento de educação universitária.

A EPES funcionará em ligação direta com a Diretoria do Ensino Superior, compondo-se a equipe de 8 brasileiros e 4 americanos, sob a coordenação do Prof. Roberto Santos e da Profª Aparecida Pourchet Campos.

Foi criada a Equipe de Planejamento das Faculdades de Filosofia, sob a coordenação do Prof. Alexis Stepanenko, com a finalidade de desenvolver e criar centros de treinamento para professores nas faculdades de filosofia.

Esse programa encontra-se em fase de estudos e planejamento.

NOTA: A coleta de dados feita diretamente nas fontes, — Diretorias do Ministério, INEP e suas publicações Anuário Brasileiro de Educação - 1964, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 100, Serviço de Estatística da Educação e Cultura com as Sinopses do Ensino Médio e Superior, CAPES, diário Oficial da União e nos Escritórios da USAID no Rio — bem como a redação deste informe e sua impressão foram realizados pela Secretaria dos CEOSE - à rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo, Rio - Gb.

CLOSE

COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO
DA EDUCAÇÃO.

I - OBJETIVOS: -----

II - NORMAS GERAIS:

1. As atividades de organização e de supervisão dos colóquios serão coordenadas pela Direção do INEP, assessorada por técnicos brasileiros e peritos da UNESCO.
2. O corpo de assessores se organizará em comissão de planejamento para elaboração do projeto definitivo dos colóquios.
3. Os colóquios serão realizados em âmbito regional e terão por sedes as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Recife.
4. A Direção do INEP designará os coordenadores regionais dos colóquios, responsáveis diretos pelo seu desenvolvimento nas respectivas regiões.
5. Após a elaboração do projeto definitivo dos colóquios, os membros da comissão de planejamento e os coordenadores regionais se organizarão em comissão de preparação dos colóquios.
6. Os colóquios se desenvolverão em 10 semanas de trabalhos, divididas em duas etapas de 5 semanas cada. Em cada mês haverá apenas uma semana de atividades, havendo entre uma e outra etapa, um mês de intervalo para avaliação dos resultados de primeira etapa e preparação da segunda.

III - PARTICIPANTES:

1. Haverá duas categorias de participantes nos colóquios: representantes da cúpula das Administrações do Ensino dos Estados e Territórios e especialistas brasileiros e estrangeiros.
2. A composição das representações estaduais e territoriais deverá variar em função do tópico de cada semana, de modo a garantir que os representantes sempre sejam elementos cujas responsabilidades específicas nas Administrações estejam relacionados com o tópico semanal.
3. Não haverá número fixo de participantes por representação, mas o total de representantes de cada colóquio não deverá ultrapassar a 30.

IV - TEMÁRIO:

1. O temário dos colóquios abrangerá 10 áreas de estudo, correspondendo 5 a cada etapa.
2. As áreas de estudo correspondentes à primeira etapa dos colóquios serão relativas à organização do ensino primário e médio, nos seus aspectos de interesse comum e imediato das Administrações.
3. As áreas de estudo correspondentes à segunda etapa dos colóquios serão relativas ao planejamento educacional.
4. Os trabalhos de cada semana versarão sobre uma única área de estudo, dividida, no máximo, em 5 itens.
5. Para cada item será designado um relator dentre os especialistas brasileiros e estrangeiros.
6. Cada representação de Estado ou Território apresentará comunicação abordando, especificamente, a situação local no que se refere ao assunto da área de estudos da semana.
7. Uma comissão de representantes dos Estados e Territórios, assessorada por especialistas brasileiros e estrangeiros, preparará comunicação-síntese dos trabalhos de cada semana.

V - DOCUMENTOS BÁSICOS

1. Os trabalhos de cada semana se desenvolverão à base de documentos relativos à área de estudo correspondente.
2. Dentre os documentos básicos se incluirão, necessariamente, as comunicações a serem feitas pelas representações dos Estados e Territórios e pelos especialistas participantes.
3. Os demais documentos serão constituídos por textos especialmente selecionados.

VI - DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE CADA SEMANA:

1. Os trabalhos a serem desenvolvidos em cada semana compreenderão:
 - 1.1 - Exposições Gerais: a serem desenvolvidas sob a responsabilidade dos especialistas participantes, versando cada exposição sobre um dos itens da área de estudos da semana. Haverá, portanto, 5 exposições desse tipo por semana.

- 1.2 - Exposições especiais: a serem desenvolvidas sob a responsabilidade de cada representação participante. Haverá, portanto, tantas exposições desse tipo quantas forem as representações presentes.
- 1.3 - Reuniões para exame de documentos básicos: a serem realizadas por comissões de representantes, assessoradas pelos especialistas participantes.
- 1.4 - Reunião final: a ser realizada sob a responsabilidade de uma comissão de representantes, assessorada pelos especialistas participantes. Essa reunião deverá ter o sentido de um balanço dos trabalhos da semana.

VII - PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS:

1. Constituição da comissão de planejamento dos colóquios, delimitação de suas atribuições e fixação dos prazos de que disporá.
2. Escolha dos coordenadores regionais de colóquios e delimitação das suas atribuições.
3. Delimitação das atribuições da comissão de preparação de colóquios e fixação dos prazos de que disporá.

Observações:

Dentre outras, serão atribuições da comissão de planejamento ou de preparação dos colóquios, as seguintes:

1. Indicação dos especialistas a serem convidados.
2. Estabelecimento de critérios para composição das representações dos Estados e Territórios.
3. Estabelecimento dos contactos com as Administrações estaduais e territoriais.
4. Estabelecimento de normas para elaboração dos documentos a serem preparados pelos Estados, Territórios e especialistas participantes.
5. Seleção dos demais documentos.

7. Problemas mais importantes e expectativas

A maioria dos dirigentes de PLAMEG e da Faculdade de Educação, e o Chefe da Casa Civil do Governador estão perfeitamente conscientes da natureza das principais deficiências do sistema educacional do Estado.

Quanto aos altos funcionários da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual de Educação, não tenho elementos para fazer a mesma afirmação.

O ambiente político, sem ser excelente, parece bem favorável a reformas.

As expectativas dos líderes educacionais em relação ao MEC e ao INEP são nulas ou negativas: os 43% das despesas do Estado são destinados à Educação, porém a contribuição da União é insignificante.

O Estado dispõe de uma organização de pesquisas educacionais de alto nível, incluída a Faculdade de Educação, que ficou ignorada.

A assistência técnica do MEC ou do INEP nos setores de planejamento educacional, de administração educacional, de estatísticas educacionais, de pedagogia aplicada, se existe, não se manifesta concretamente.

Para resolver seus problemas educacionais, o Estado de Santa Catarina necessita de:

- a) maior contribuição financeira da União;
- b) uma vontade generalizada, por parte dos líderes políticos e dos próprios educadores de reformar o sistema educacional;
- c) um plano educacional
- d) uma séria reforma administrativa da SEC.

Com um mínimo de assistência técnica operacional o Estado de Santa Catarina poderá realizar os objetivos (c) e (d) sem qualquer dificuldade, pois o Estado dispõe de técnicos competentes que, recebendo diretrizes gerais, produziriam planos e reformas de elevado nível.

A sensibilização dos educadores apresentará um problema mais grave. Os CROSE só podem modificar, parcialmente, a situação atual. O que é indispensável, é que o Ministério de Educação dê o exemplo de uma atitude reformista e ativista.

critica em maior extensão dos meios de trabalho

DNE - reunião - Org. Mg. Educ. ? Arist. Dec. ?

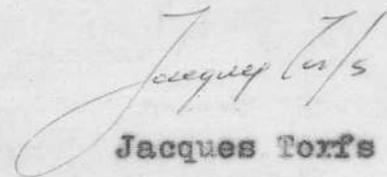
8. Recomendações

Conviria que o meu colega aproveitasse a oportunidade de sua próxima visita a Porto Alegre para passar alguns dias em Florianópolis e:

a) apresentasse o ofício do Sr. Diretor do INEP, uma cópia completa e revisada do temário dos GROSE e o currículo dos participantes;

b) dar ao Senhor Secretário de Educação (agora ausente) as informações complementares que possa desejar sobre os GROSE.

Sem mais no momento, subscrevo-me, atenciosamente,


Jacques Torfs

Para reunião do CROSE

Nº 272

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1966

MEMORANDUM

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos Colóquios Regionais sobre
Organização de Sistemas de Ensino (CROSE)

De: Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos "CROSE" no Estado de Santa Catarina

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha última viagem a serviço dos "CROSE":

1. Visita ao Estado

Visitei o Estado de Santa Catarina entre os dias 15 e 18 do corrente, para preparar os "CROSE" e assessorar o grupo de pesquisas da Universidade de Planejamento do Estado, que está terminando um estudo muito bem documentado e interpretado sobre as deficiências administrativas e pedagógicas dos sistemas de ensino primário e secundário.

2. Encontros

- a) Expus os objetivos dos "CROSE" ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, Dr. Orlando Ferreira de Melo;
- b) aos membros da Comissão de Planejamento do PLAMEG, presidida pelo Prof. Ivo Maes;
- c) ao Diretor e aos professores da Faculdade de Educação da Universidade de Educação, e particularmente aos Profs. Osvaldo Ferreira de Melo e Silvio Coelho dos Santos;
- d) ao Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, Doutor Hildebrand.

e) por ocasião de uma visita anterior, já havia falado sobre os "CROSE" com o Secretário de Educação, Prof. Galileu Craveiro de Amorim e o presidente do Gabinete de Planejamento, Dr. Ennes Gualberto

3. Material distribuído

Entreguei à Faculdade de Educação e ao Presidente do C.E.E. uma cópia do temário dos "CROSE" e uma do Cronograma. Por ocasião de minha saída do Rio para Florianópolis, ainda não havia recebido os currículos dos conferencistas e o ofício do Sr. Diretor do INEP.

4. Material recolhido

Apresento em anexo a lista do material recolhido durante a minha visita. O Diretor da Faculdade de Educação, Prof. Osvaldo Ferreira de Melo, que tem sido sempre o ponto de contato mais ativo entre o Estado e INEP/UNESCO, comprometeu-se em mandar para o Rio o material restante citado no "Programa de Atividades da Comissão dos CROSE, de 25/11/66", sob os números 1.21 a 1.26.

5. Participação nos CROSE

Devido à estruturação especial das altas responsabilidades para a operação do sistema do ensino em Santa Catarina, parece-nos conveniente incluir, na lista dos participantes dos "CROSE", dois representantes da Faculdade de Educação e dois representantes do PLAMEG. O número dos representantes da SEC e do CEE poderia ser reduzido a dois para cada uma dessas organizações. O Secretário de Educação do Estado, enviará diretamente ao Senhor Coordenador, suas sugestões oficiais a este respeito.

6. Convite de Santa Catarina

Tôdas as pessoas e organizações com as quais falei sobre os "CROSE" manifestaram o desejo de que se realizasse uma semana dos "CROSE" em Florianópolis. Será enviado, ao Ministro da Educação e ao Coordenador dos "CROSE", um convite oficial em nome do Governador do Estado.

Pessoalmente, sou muito favorável a essa iniciativa. Verifiquei que a Faculdade de Educação e PLAMEG têm salas, pessoal técnico e secretaria que os "CROSE" possam necessitar. A cidade possui bons hotéis com boa capacidade de hospedagem.

O Dr. Silvio Coelho dos Santos, Diretor Assistente do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação, seria um excelente coordenador para essas atividades.

Exposição do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes

C.R.O.S.E.

(Colóquios Regionais sôbre Organização de Ensino)

1. A Lei de Diretrizes e Bases constitui, apesar de suas deficiências, o mais realista dos estatutos educacionais já outorgados ao país. É por isso mesmo, o mais viável, e o mais apto a combinar as aspirações que expressa com as condições reais do Brasil. A integração dos ideais na realidade como instrumento fertilizador, e não como utopia estéril, confere à Lei uma objetividade dinâmica capaz de impulsionar o desenvolvimento da educação brasileira. Nisso, a nova sistemática se distingue das que a precederam, resultantes de formulações abstratas elaboradas pela burocracia, ao arrepio dos condicionamentos e possibilidades inscritas na experiência.

2. Mas a Lei de Diretrizes e Bases é menos um código de prescrições casuísticas que uma carta de princípios suficientemente nítidos, mas também flexíveis, para abrigarem a diversidade das situações e de experiências dentro duma organização saudavelmente pluralística.

Ela não fez tudo, nem pretendeu fazê-lo; não é o fim mas o princípio, ou seja, a instauração de um processo criador, que, como tal, terá de brotar dos vários campos da experiência educacional. Não há mais um órgão de fazer leis, divorciada dos setores que fazem educação: sob a égide de uma lei mais inspiradora, que limitadora, a práxis em que cada instituição, ou cada Estado, se vêem engajados é que vai delineando as suas estruturas e o seu comportamento. Reconhecemos que a filosofia, aqui definida, só incompletamente chegou a expressar-se na lei, sem que, todavia, as incongruências ou falhas sufoquem a sua inspiração e as suas virtualidades.

3. Está portanto em processo a nova organização educacional, com as transformações que reclama. Não se implantou uma arquitetura legal acabada: autorizou-se o fieri sob o impulso da iniciativa e dos progressos da experiência por parte das Administrações estaduais e municipais, das Universidades e escolas, de tôdas as instituições interessadas em educação.

Ocorre, todavia, que essa filosofia liberadora surpreendeu os Estados, e as instituições despreparadas para utilizá-la. Forçados ao longo regime da docilidade, que lhes retirava a iniciativa intelectual e a responsabilidade de analisar e resolver seus próprios problemas, tornaram-se, muitas delas, vítimas da estagnação, desprovidas, por isso mesmo, do

cabedal de informações e idéias, e dos quadros técnicos indispensáveis ao cumprimento das tarefas que lhes foram transferidas.

4. Impõe-se, destarte, que os Estados se ponham, rapidamente, em nível com o grau de responsabilidade que a lei lhes conferiu, e procurem, diligentemente, atingir as condições necessárias à realização duma política criadoramente autônoma. Se não, permanecerão, por inércia, dependentes do Ministério da Educação, ou deixarão tudo como dantes, perdendo a chance de renovar o velho estilo burocrático, formalista e esterilizante.

5. É claro que a autonomia dos Estados e das outras instituições educacionais não exclui o Ministério na formulação e na execução de uma política nacional de educação. De resto, só o Governo federal poderá promovê-la, por lhe ser exclusiva a autoridade de defenir alguns objetivos comuns -- transcendentales das particularidades regionais, e que devem -- consubstanciar-se nos Planos nacionais de educação primária, média e superior. Não se trata apenas dum imperativo sociológico, de exprimir a solidariedade de tôdas as partes na unidade dinâmica de todo, e de propiciar, pela ação estimuladora do Poder público e pela mobilização integrada dos recursos humanos e materiais, a aceleração do nosso progresso social, econômico e cultural. Trata-se, igualmente, dum postulado da Lei de Diretrizes e Bases que atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura a responsabilidade de formular os referidos Planos, à base dos recursos federais desrinados à educação. Ressaltam daí duas linhas de ação: uma, configuradora da iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura na distribuição dos recursos federais; outra, definidora de sua atuação cooperativa, junto a outras esferas do poder público ou da iniciativa privada. Numa e noutra perspectiva, terá o ministério de proceder a uma substancial revisão de seus métodos de ação, trocando o estilo autoritário pelo diálogo. Os Planos, ainda que baseados nos recursos federais, deverão cobrir iniciativas que em larga escala se devem reconhecer à liberdade dos Estados, ou de instituições autônomas, como são as Universidades. Por isso mesmo terão de ser construídos por meio de mútua consulta e interação em tôdas as fases de sua elaboração e execução. Quanto às iniciativas da competência dos Poderes autônomos, a ação do Ministério da Educação e Cultura se exercerá, primordialmente, sob a forma de estímulo e de assistência técnica.

6. Importa delinear claramente a nova posição do Ministério da Educação e Cultura e a inversão de sentido de sua atuação. Presumem alguns, equívocadamente, o seu esvaziamento, desde o momento em que se deslocaram do centro para a periferia as responsabilidades da política educacional. Se é verdade que fugiram dos órgãos centrais para os Estados atribuições primárias de ação, também deve partir daquelas para estes um constante fluxo de cooperação técnica e financeira, e no caso desta última, sob a caução de diretrizes que ao Governo federal cabe diligenciar para que sejam aceitas pelos Estados. O Poder federal se vai despojando, em boa hora, de considerável soma de encargos administrativos, mas não do dever de participar, em novo estilo, e solidariamente, da política educacional descentralizada. Persisto, pois, com outra perspectiva, a função irradiadora do Ministério da Educação e Cultura: menos normativa que supletiva, não mais como órgão da lei, prolongador de sua eficácia impositiva e coatora, mas como órgão de cooperação. Não se exerce mais o poder de política, e sim a ação política. Substitui-se o juridicismo burocrático pelo espírito de empreendimento. A Lei não outorgou ao Ministério da Educação e Cultura autoridade para comandar uma casualística formal mas para mobilizar instrumento de ação. E nisso consiste sua inovação revolucionária.

Por outro lado, força é admitir que parte da autoridade do Ministério repousa na lei, enquanto esta lhe assegura, para determinados fins, direitos exclusivos de ação normativa. Mas outra parte está na dependência da capacidade real, em termos de competência intelectual e técnica, revelada pelos executores de sua política.

O que a Lei de Diretrizes e Bases introduziu em nossa sistemática educacional, foi o imperativo da competência pessoal dos administradores e dos técnicos, de um lado, e de outro, a necessidade do diálogo que, a partir dela, se instaurou entre os órgãos centrais e os periféricos. Não só porque o laço hierárquico se flexibilizou em estilo de cooperação, como também porque tais relações não ficam prefixadas na lei escrita, mas se deverão articular dinamicamente na base dos fatos em sua contínua fluidez e mutação. As características do novo regime se configuram pela sua mobilidade, pela variedade das soluções e pelos vínculos vivos e pessoais que devem presidir a programação. Tínhamos, antes, a política estática, baseada na predomínio da lei unificadora e imutável: as normas eram estabelecidas unilateralmente pelas autoridades da cúpula que, a partir daí, passavam a ignorar a con

frontação delas com as situações concretas, e as reações entre ambas.

Foi, destarte, removido o autoritarismo abstrato e instituído o diálogo em torno dos problemas reais; substituída a disciplina mecânica pela interação ordenada. Tivemos, afinal, o triunfo do realismo, antepondo-se a realidade à norma, o movimento à fixidez, os conteúdos situacionais às generalidades da lei, o dinamismo pessoal à impessoalidade cartorial. Acabou o tout fait; a ação do Administrador e do técnico se afirma, aqui e agora, em cada emergência do permanente devenir da realidade social e educacional.

7. Duas consequências fundamentais resultam dessa transformação: a primeira é que só se realizará a política instituída na Lei, se houver, de um e outro lado - no centro e na periferia líderes e técnicos suficientemente lúcidos e adestrados para o diálogo; a segunda, é que a autoridade do Ministério da Educação tende a afirmar-se, crescentemente, mais intelectual e técnica que burocrática. O burocratismo foi, realmente, varrido pela Lei de Diretrizes e Bases.

E afortunadamente, pois uma das origens da crise educacional brasileira estava na visão burocrática que eliminava ou escamoteava o conteúdo dos problemas, de tal modo que a escola e a realidade nacional passaram a ignorar-se como duas ordens incomunicáveis.

Não reside, mais, a força do Ministério da Educação e Cultura na imperatividade de seus editos, mas na excelência de seus conselhos. E, se é verdadeira a constatação de que as soluções educacionais não podem esgotar-se nas diligências burocráticas, segue-se, igualmente, que o estudo e a gestão dos assuntos educacionais não pode ser atribuição apenas de burocratas ou de "técnicos", mas, sobretudo, de uma elite cultural capaz de dar conteúdo real à educação.

Para ser realista, é preciso ter a inteligência adequada da realidade, pois, tanto foi notória a ignorância dos fatos, na fase cartorial, quanto o seria, agora que se faz o jogo da verdade, o despreparo para identificá-los e quanto possível, conduzi-los. O realismo em que foi lançado o Ministério da Educação reclama uma mobilização de energias muito maior que dantes, pois se trata, neste momento, da verdadeira eficiência: a que se impõe, democraticamente, pelo vigor de sua lucidez, e pelo zelo de sua presença.

A outra razão em que se baseia a autoridade do Ministério da Educação e Cultura, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, consiste na necessidade de ser formulada uma políti-

ca nacional. Mantida, sempre, a preliminar da integração dialética, tal autoridade não se constitui, superpondo-se à dos Administradores de outras áreas, mas pela capacidade de definir objetivos gerais à sua política, e de ajustar, a êles, os programas específicos dos Estados e das instituições autônomas.

8. Tais são os postulados em que assenta o plano dos Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas de Educação. Trata-se de preparar as condições, mediante as quais possam a Lei de Diretrizes e Bases e a sua filosofia traduzir-se numa política concreta. Em perfeita coerência com os pressupostos do presente documento, pretende-se, 1º - instituir a pesquisa e a informação como bases da ação técnica e administrativa; 2º - realizar-tôdos os estudos que se fizerem necessários ao completo levantamento de nossa situação educacional e à fixação de objetivos e programas reclamados pelo desenvolvimento nacional; 3º - convocar, com êsses objetivos, a experiência das personalidades altamente competentes; 4º - propiciar os meios adequados para a troca de experiências e de ideias entre órgãos federais e órgãos estaduais ou instituições autônomas, e para a completa apropriação, por parte das autoridades administrativas e das equipes técnicas, das informações e serem oferecidas. O resultado final colimado será a comunicação vertical e horizontal entre autoridades e entre técnicos, combinadamente, com base no conhecimento adequado dos objetivos e dos fatos sobre os quais deve inserir-se a ação educacional.

9. O programa dos CROSE, exposto sumariamente noutra parte dêste documento, reflete, de modo coerente, a filosofia que o inspira. Parte-se da idéia de uma unidade construída, democraticamente, sobre a diversidade. Pretende-se reconhecer a nossa múltipla realidade sócio-cultural e educacional, consagrar a originalidade das experiências estaduais, além de outras fora do contróle federal, e alcançar a unidade da política nacional da educação através das diferenças complementariamente articuladas. Em vez de primitiva uniformidade, empobrecida, cabe ao Govêrno Federal, na perspectiva do LDB, construir outra unidade: o nosso esquema se inspira, destarte, no pluralismo convergente que integra num esforço comum o ensino público e o ensino privado, a ação federal e a dos Estados, Municípios e instituições autônomas. - Daí a presença de todos

Procura-se, ademais, identificar a peculiaridade de cada nível do ensino e da política que lhe corresponda.

O instrumento dessa integração flexível será o Plano.

Cabe-lhe combinar a ação diversificada das várias esferas do poder, e nisso se afirmará a sua eficácia na administração; mas também, e sobretudo, fundir a doutrina com a experiência e aí ressaltar a sua importância como instrumento da política educacional. As idéias e os fatos andarem quase sempre separados em nossos programas de educação: aquêles continuaram a ser declamados, inutilmente, e êstes a ser relegados ao velho e opaco empirismo; entre ambos, um intervalo que impedia a comunicação fertilizadora.

10. A iniciativa do INEP ao propor a instituição dos CROSE está justificada pelas suas atribuições legais. Com efeito, o INEP é um órgão de pesquisa, documentação e informação, a serviço da política educacional do Governo em todas as áreas e níveis. Tendo em vista, porém, a exiguidade de seus quadros, e as limitações que a rotina burocrática oferece, julgou imprescindível a criação duma Comissão de especialistas o INEP, de alto nível, destinada especificamente, e em regime especial de trabalho, à organização e execução das tarefas dos CROSE, ou seja: realizar pesquisas e estudos, conferências e relatórios; organizar uma documentação básica sobre problemas educacionais, a ser oferecida às autoridades e aos técnicos que vierem a participar dos Colóquios; assessorar os serviços técnicos e administrativos dos Estados, na linha de objetivos fixados neste documento.

Dos mencionados especialistas três são brasileiros e três da UNESCO. Além da Comissão, deverão participar dos trabalhos dos CROSE outras destacadas figuras da educação brasileira.

I - Temas Gerais

1 semana

1. A educação brasileira : análise histórica e sociológica
2. A atualidade educacional brasileira
3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

II - Temas Específicos

1 semana

Princípios e técnicas de avaliação de realidade educacional

a) segundo a natureza dos problemas

4. A organização e administração do ensino
5. Economia da educação (incluindo financiamento)
6. O planejamento educacional (incluindo métodos de avaliação)
7. Estatística

a) as estatísticas educacionais

b) segundo os graus de ensino

1 semana
" "
" "

8. Ensino primário e normal - Paulo
9. Ensino médio
10. Ensino superior

III. A Síntese

1 semana

11. Diretrizes para uma política nacional de educação
12. O plano nacional de educação

6 semanas de 5 dias

Educ. adaptada

CRDSE
Asamba

COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO
DA EDUCAÇÃO.

I - OBJETIVOS: -----

II - NORMAS GERAIS:

1. As atividades de organização e de supervisão dos colóquios serão coordenadas pela Direção do INEP, assessorada por técnicos brasileiros e peritos da UNESCO.
2. O corpo de assessores se organizará em comissão de planejamento para elaboração do projeto definitivo dos colóquios.
3. Os colóquios serão realizados em âmbito regional e terão por sédes as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Recife.
4. A Direção do INEP designará os coordenadores regionais dos colóquios, responsáveis diretos pelo seu desenvolvimento nas respectivas regiões.
5. Após a elaboração do projeto definitivo dos colóquios, os membros da comissão de planejamento e os coordenadores regionais se organizarão em comissão de preparação dos colóquios.
6. Os colóquios se desenvolverão em 10 semanas de trabalhos, divididas em duas etapas de 5 semanas cada. Em cada mês haverá apenas uma semana de atividades, havendo entre uma e outra etapa, um mês de intervalo para avaliação dos resultados de primeira etapa e preparação da segunda.

III - PARTICIPANTES:

1. Haverá duas categorias de participantes nos colóquios: representantes da cúpula das Administrações do Ensino dos Estados e Territórios e especialistas brasileiros e estrangeiros.
2. A composição das representações estaduais e territoriais deverá variar em função do temário de cada semana, de modo a garantir que os representantes sempre sejam elementos cujas responsabilidades específicas nas Administrações estejam relacionados com o temário semanal.
3. Não haverá número fixo de participantes por representação, mas o total de representantes de cada colóquio não deverá ultrapassar a 30.

IV - TENÁRIO:

1. O tenário dos colóquios abrangerá 10 áreas de estudo, correspondendo 5 a cada etapa.
2. As áreas de estudo correspondentes à primeira etapa dos colóquios serão relativas à organização do ensino primário e médio, nos seus aspectos de interesse comum e imediato das Administrações.
3. As áreas de estudo correspondentes à segunda etapa dos colóquios serão relativas ao planejamento educacional.
4. Os trabalhos de cada semana versarão sobre uma única área de estudo, dividida, no máximo, em 5 itens.
5. Para cada item será designado um relator dentre os especialistas brasileiros e estrangeiros.
6. Cada representação de Estado ou Território apresentará comunicação abordando, especificamente, a situação local no que se refere ao assunto da área de estudos da semana.
7. Uma comissão de representantes dos Estados e Territórios, assessorada por especialistas brasileiros e estrangeiros, preparará comunicação-síntese dos trabalhos de cada semana.

V - DOCUMENTOS BÁSICOS

1. Os trabalhos de cada semana se desenvolverão à base de documentos relativos à área de estudo correspondente.
2. Dentre os documentos básicos se incluirão, necessariamente, as comunicações a serem feitas pelas representações dos Estados e Territórios e pelos especialistas participantes.
3. Os demais documentos serão constituídos por textos especialmente selecionados.

VI - DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE CADA SEMANA:

1. Os trabalhos a serem desenvolvidos em cada semana compreenderão:
 - 1.1 - Exposições Gerais: a serem desenvolvidas sob a responsabilidade dos especialistas participantes, versando cada exposição sobre um dos itens da área de estudos da semana. Haverá, portanto, 5 exposições desse tipo por semana.

- 1.2 - Exposições especiais: a serem desenvolvidas sob a responsabilidade de cada representação participante. Haverá, portanto, tantas exposições desse tipo quantas forem as representações presentes.
- 1.3 - Reuniões para exame de documentos básicos: a serem realizadas por comissões de representantes, assessoradas pelos especialistas participantes.
- 1.4 - Reunião final: a ser realizada sob a responsabilidade de uma comissão de representantes, assessorada pelos especialistas participantes. Essa reunião deverá ter o sentido de um balanço dos trabalhos da semana.

VII - PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS:

1. Constituição da comissão de planejamento dos colóquios, delimitação de suas atribuições e fixação dos prazos de que disporá.
2. Escolha dos coordenadores regionais de colóquios e delimitação das suas atribuições.
3. Delimitação das atribuições da comissão de preparação de colóquios e fixação dos prazos de que disporá.

Observações:

Dentre outras, serão atribuições da comissão de planejamento ou de preparação dos colóquios, as seguintes:

1. Indicação dos especialistas a serem convidados.
2. Estabelecimento de critérios para composição das representações dos Estados e Territórios.
3. Estabelecimento dos contactos com as Administração estaduais e territoriais.
4. Estabelecimento de normas para elaboração dos documentos a serem preparados pelos Estados, Territórios e especialistas participantes.
5. Seleção dos demais documentos.



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo
Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 1070

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1968

Ao: Professor Carlos Mascaro, Diretor do INEP

De: Michel Debrun, perito da UNESCO

Objeto: Assuntos relacionados com os CEOSE

*1. Acurar e aprovar
2. Comunicar que este assunto
forneceu a substituição
18.6.68
C. J. S.*

Prezado Professor,

Tenho o prazer de envlar-lhe os seguintes documentos:

1. Relatório Paraíba:

- a) Parte referente ao Ensino Médio (II,3);
- b) Parte referente aos Orgãos de Assessoramento Geral (II,5).

Trata-se de uma versão, melhorada, de dois dos documentos que o Sr. apanhou na semana passada. Peço-lhe, pois, considere nula, a versão anterior.

O roteiro do relatório Paraíba, em definitivo, é o seguinte:

- I - Diagnóstico.
- II - Plano de Reestruturação:
 - 1. O Ensino Primário e Normal.
 - 2. A Educação de Base.
 - 3. O Ensino Médio.
 - 4. O Departamento de Cultura.
 - 5. Os Orgãos de Assessoramento Geral.
- 2. Ante-projeto da Lei de Reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba:

Esse ante-projeto, que vai em breve bonsubstanciar-se numa lei, foi, no essencial, elaborado pelo Prof. Trigueiro e por mim.

O organograma anexo é a expressão do ante-projeto.

3. Relatório das minhas atividades nos CEOSE, desde abril 1966 até abril 1968 (houve, posteriormente, os CEOSE do Rio Grande do Norte e do Ceará):

Trata-se da cópia de um trabalho que eu mandei ao Prof. Trigueiro no início de abril. Poderá constatar o Sr. que a passagem dos CEOSE para uma segunda etapa já está encarada, e que sugerimos certas modalidades, sôbre as quais gostaríamos de ouvir seus comentários.

Sem mais, no momento, subscrevo-me.

Atenciosamente.

M. Debruy

26 de junho de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Sr. Michel Debrun - Perito da UNESCO

: Agradecimento

Senhor Perito:

Apraz-me acusar o recebimento dos vários documentos enviados por V. Sa. a esta Diretoria.

Levando em conta as modificações introduzidas na 1ª versão do relatório Paraíba, posso informar que já providenciamos sua substituição pela versão posterior, melhorada e considerada definitiva.

Agradecendo a V. Sa. pela remessa dos referidos documentos, valho-me da oportunidade para reafirmar minhas expressões de alta consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilm^o. Sr.
Dr. Michel Debrun
Perito da UNESCO
C B P E
N e s t a

Nº 595

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Devolução de passagens e ressarcimento de despesas.

Senhor Coordenador:

Tenho o prazer de devolver-lhe, em anexo, os seguintes bilhetes de passagem e prestar-lhe os devidos esclarecimentos:

- 1) Bilhete VARIG nº 363531 (Rio-Aracaju-Rio), do qual utilizei apenas o trecho Rio-Aracaju, a 17 de abril corrente.
- 2) Bilhete CRUZEIRO DO SUL Nº 341162 (Rio-Salvador-Rio), obtido da troca do bilhete anterior, na parte não utilizada. Dêste bilhete só fiz o trajeto Salvador-Rio, uma vez que viajei de Aracaju para Salvador por carro. Têm, portanto, os CEOSE um crédito referente ao preço da passagem Aracaju-Salvador.

Devo, outrossim, esclarecer-lhe que, para obter a troca de bilhetes de uma companhia por outra, tive de despendar NCr\$37,70 (trinta e sete cruzeiros novos e setenta centavos), já que a viagem pelo Caravelle da Cruzeiro é mais cara.

Assim sendo, agradecer-lhe-ia o reembolso da despesa por mim efetuada na troca das passagens.

Com meus agradecimentos antecipados, apresento-lhe

Cordiais saudações

Argemiro - R
CRS

Jacques Torfs
Jacques Torfs

CEOSE

Nº 974

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1968

A: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

De: Michel Debrun
Perito da UNESCO

Assunto: Atividades no CEOSE

Apresento-lhe um relatório sintético das minhas atividades dentro da equipe CROSE — a qual passou a ser denominada CEOSE a partir de fevereiro de 1967 — desde abril de 1966.

Distinguirei quatro períodos:

1. Abril-setembro/66:

a. Na ausência de membros brasileiros, a equipe do CROSE se reduzia a três peritos da UNESCO (Furter, Torfs, Debrun), sem orientação precisa. Havia algumas dúvidas sobre o conteúdo e o significado exato dos acordos celebrados em fins de 1965 entre o então Diretor do INEP, o Prof. Carlos Pasquale e o Sr. Robert Davée, Técnico da UNESCO, que, no segundo semestre de 1965, veio estudar com as autoridades educacionais brasileiras as possibilidades de uma colaboração da UNESCO em matéria de planejamento e administração da Educação. No que parece, as duas partes entendiam os acordos de maneira bastante diferente.

Nessas incertezas, tentamos redefinir o programa e cronograma do CEOSE num documento que, além de atender a determinadas ponderações do Prof. Pasquale, refletia também as preocupações dominantes de cada um de nós. Ou seja: em fazer sobre a pedagogia por parte de Pierre Furter; sobre o planejamento por parte de Jacques Torfs; sobre a sociologia e administração da educação da minha parte. Esse documento modificou substancialmente o esquema Davée: em vez de nove temas cada um exposto e debatido, durante uma semana, sucessivamente em qua-

tro regiões (o que daria 36 GROSE, já que o Brasil tinha sido dividido em 4 regiões), propusemos quatro temários mais abrangentes. Cada um seria debatido durante uma semana a uma semana e meia, nas quatro regiões, sucessivamente (o que daria 16 GROSE); entre dois temários haveria intervalos (não previstos no documento Davée), a fim de meditar sobre os êxitos e fracassos registrados.

b. Esse período, na verdade, foi sobretudo dedicado à atividades exteriores ao GROSE, ou com êles só indiretamente relacionados. Da minha parte: preparação da missão UNESCO que, em julho-agosto de 1966 veio opinar sobre a reestruturação da Universidade da Bahia; participação em seguida aos trabalhos dessa missão; participação em agosto ao Colóquio de Belo Horizonte sobre o Ensino Primário; e seminários, após o Colóquio sobre a organização da Faculdade de Educação de UFMG com a comissão encarregada dessa reestruturação etc...

2. Setembro-66/fevereiro-67:

a. No início de setembro se constituiu a comissão brasileira/UNESCO encarregada de redefinir o GROSE e, posteriormente, promovê-los. Os trabalhos dessa comissão tomaram, como ponto de partida das suas discussões, um documento elaborado meses antes pelo Prof. Durmeval Trigueiro e o nosso próprio documento. Aos poucos se chegou a um documento unificado.

b. Esse documento foi em seguida (dezembro-66/janeiro-67), apresentado aos Secretários de Educação, aos membros dos Conselhos Estaduais, aos Reitores etc... das várias unidades da Federação, a fim de mobilizar a opinião dos educadores a favor do novo empreendimento. No que me diz respeito, visitei os Estados de Mato Grosso e Acre, e o Território de Rondônia, em dezembro de 1966; Os Estados de Maranhão e Piauí em janeiro/66. Cada uma dessas visitas deu lugar a um relatório pormenorizado sobre minhas atividades, sobre possibilidades dos respectivos sistemas educacionais e sobre as chances do GROSE.

c. Logo verificou-se — e essa conclusão foi também a dos meus colegas — que os GROSE teriam pouca probabilidade de êxito: seria difícil reunir quatro vezes, durante 8 a 10 dias, os educadores de uma mesma região; seriam, escalados, para êsses encontros, de preferência os responsáveis mais ^{influentes} ~~destacados~~, em detrimento de pessoas menos importantes no organograma das SEC, mas que não deixam quer de assegurar o funcionamento das "máquinas" quer de possuir grandes qualidades, aproveitáveis no futuro em outras ^{situações} ~~considerações~~ políticas; aqueles responsá -

veis não poderiam dedicar senão uma atenção distraída e um tempo escasso a cada Colóquio — vislumbrava-se facilmente que os abandonariam depois de um ou dois dias de "presença"; a reunião de Estados muito desiguais entre si daria maior pêsso à voz dos grandes Estados; os problemas de cada Estado, em que pêsse aos seminários previstos na parte da tarde, não poderiam ser captados na sua vivência e nos seus pormenores; enfim, haveria muitas dificuldades logísticas e muitas despesas para congregar, nos vários lugares, tanta gente.

d. Nessas condições, decidiu-se, nas vésperas do 1º Colóquio — que devia se verificar em S. Paulo na 1ª quinzena de março — de transformar os Colóquios Regionais em Colóquios Estaduais (CEOSE).

3. Março-dezembro/67:

a. Participei da realização dos Colóquios da Paraíba (8 a 16 de março); Sergipe (19 a 26 de abril); Paraná (22 a 27 de maio); Santa Catarina (5 a 8 de julho).

b. Em fins de julho, fiz uma viagem ao Nordeste para verificar os intentos mudancistas ocorridos em decorrência dos primeiros CEOSE; e para preparar os CEOSE de Pernambuco e Alagoas. Tive também um encontro com o Superintendente e o Diretor do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, no sentido de sondar a entidade sôbre a possibilidade de organizar, para o fim do ano, um encontro regional cuja finalidade seria estudar os objetivos do planejamento educacional na região Nordeste e a repartição dos encargos dêsse planejamento entre a Federação, o organismo regional e as unidades estaduais. Tal encontro — cuja idéia, na opinião de Maciel e na minha, não deve ser abandonada — representaria uma certa volta ao espírito dos GROSE, com essa diferença que, até sua realização, os Estados (ou a maior parte dêles) seriam trabalhados individualmente pela equipe CEOSE, portanto preparados para o encontro; por outro lado, êste encontro equacionaria apenas os problemas de planejamento, com os respectivos técnicos (atuais ou *a serem formados* em potencial), deixando de lado as questões relativas à reorganização das SEC, supostamente solucionados pelos CEOSE.

Como se sabe, as reuniões com o pessoal dirigente da SUDENE não deram, na época, os resultados esperados. A idéia do GROSE nordestino sôbre planejamento está caminhando, porém.

c. Por ocasião dessa viagem, e de outras viagens entre agosto e dezembro, constatei que a receptividade às sugestões da equi-

pe CEOSE está particularmente bôa nos ^Festados de Paraíba e Sergipe. Nêste último parece que os projetos de reestruturação da SEC que elaboramos, Jacques Torfs e eu, estão acabando de superar as últimas resistências. Quanto à Paraíba, lembro-lhe que houve uma permanente troca de correspondência entre mim (Ofícios nos. 676, 689, 690, 696, 736, 895, 927) e o Secretário José Medeiros Vieira. O ante-projeto de lei de reorganização da SEC, que elaboramos juntos, foi objeto de sucessivos aperfeiçoamentos. Apresentei também algumas idéias que poderiam servir a Medeiros para expor a filosofia da lei. Enfim, houve numerosas gestões, no sentido de mandar para a Assessoria de Coordenação e Contrôlê prevista no ante-projeto, um estatístico de grande gabarito.

d. Nos meses de setembro-outubro participei da elaboração do curso do Ciclo de Planejamento e Administração da Educação, o qual infelizmente, não se realizou. Por ocasião desta preparação, redigi alguns documentos: "Princípios da Reforma Administrativa da SEC"; "Os Órgãos-fins das SEC"; "Os Órgãos-meios das SEC"; "A Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário"; e em novembro participei, na sede da UNESCO em Paris, da elaboração do documento de trabalho destinado a preparar a Conferência Internacional sôbre Planejamento da Educação (agosto/68).

4. Janeiro-março/67:

a. De 8 de janeiro até fins de fevereiro integrei a comissão da UNESCO encarregada de estudar a possibilidade de implantar, no Brasil, um projeto-pilôto de alfabetização funcional.

b. No ensejo de uma visita ao Recife, com essa comissão, acertei com a Divisão de Educação do DRH da SUDENE as modalidades de futuro CEOSE, que incluiriam a participação conjunta da nossa equipe, do IPEA, da SUDENE e do Instituto do Serviço Público da Bahia. Foi combinado que faríamos duas experiências-pilôto, no Maranhão e no Piauí, em fins de março.

c. Êsses dois CEOSE se verificaram, com bom êxito, na minha opinião, na data prevista. A colaboração entre as entidades referidas funcionou plenamente, havendo de destacar além da atuação de Maciel e de Amorim (IPEA), a de Maria Alice *de Azevedo* do ISPB, autora de dois projetos de reestruturação para a SEC do Maranhão e do Piauí. A discussão girou, principalmente em tórno dêsses projetos, bem estruturados em conjunto, mas dos quais estava ausente a consideração

de alguns aspectos educacionais fundamentais. Acredito que as sínteses às quais chegamos, por consenso unânime, vão ser encampadas pelos respectivos Estados.

d. De volta, passei por Natal onde estudei com o Secretário Sr. Jarbas Bezerra, a eventualidade de um CEOSE no R.G. do Norte, o qual se verificaria entre 15 de maio a 15 de junho. As moças da SUDENE, por sua vez, concordaram em visitar em breve a SEC do Ceará, a fim de estudar a possibilidade de um CEOSE no mesmo período.

e. Depois do CEOSE R.G. do Norte e Ceará, toda a área do nordeste (e uma parte do Norte) terá sido coberta. Acredito, então, que poderemos enveredar por uma nova fase do CEOSE, pelo menos nessa região. Maciel e eu concordamos nas seguintes idéias:

- Não haveria mais Colóquios propriamente ditos, mas uma assistência técnica contínua aos Estados, através da ação conjunta das entidades acima evocadas.

- Na hipótese da reforma administrativa das várias SEC está seriamente encaminhada, poder-se-á dar maior ênfase ao planejamento. Sugerimos a criação de um pequeno escritório de planejamento, que funcionaria dentro do CRPE do Recife sob a direção de Maciel e com participação periódica dos outros elementos da equipe: a tarefa desse escritório seria formar ou reciclar planejadores escolhidos nos Estados (1 ou 2 por estado), no decorrer de estágios muito breves (1 ou 2 meses), que não comportariam palestras, conferências etc..., mas apenas trabalhos concretos, cuja metodologia poder-se-ia inspirar nos documentos nossos, e nos que Maciel elaborou para Pernambuco.

- Na mesma perspectiva, a idéia do GROSE Nordeste toma ria novo impulso: ele poderia se realizar quer no decorrer desses estágios de planejamento quer no fim deles (lá pelo fim do ano), constituindo seu coroamento e permitindo um equacionamento mais amadurecido das tarefas a serem desempenhadas, no campo do planejamento, pelas várias instâncias por este interessadas.

f. É evidente, porém, que o êxito decisivo dessa nova fase dos CEOSE depende do rumo que tomará a remodelação institucional em curso do âmbito federal, e do lugar que, na reforma do MEC, será reservada a nossa equipe.

Prezado Mascaro,

Desejo agradecer-lhe o convite que me fez para a reunião com o Professor Trigueiros, no qual estava implícita a possibilidade de vir, a critério dêste, a participar, posteriormente, dos trabalhos do CEOSE.

Lamento ter que dizer-lhe que para êste ano, essa possibilidade chegou um pouco tarde, pois no mês de fevereiro, tomei um compromisso de alta responsabilidade com a Federação de Obras Sociais, onde estou dirigindo um grande centro de formação de pessoal voluntário para trabalho em assistência e bem-estar social. Devido a êssa compromisso, seria difícil ausentar-me, ainda que periodicamente, de São Paulo, durante êste ano, como o exigiriam os trabalhos do CEOSE.

Sempre agradecida pela sua constante atenção,

Luendes Machado.

S.P. 24. 3. 68.

Trigueiros
cert

62-4778



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - INEP
CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
"PROF. QUEIROZ FILHO"



Reunião com o Professor Durmeval Trigueiro - (CEOSE)

5ª feira - 21.3.68

Presentes:

- 1 - Carlos Correa Mascaro
- 2 - Paulo Ernesto Tolle
- 3 - Padre Vasconcelos
- 4 - Carlos Pasquale
- 5 - Durmeval Trigueiro
- 6 - João Villalobos
- 7 - Roque Spencer Maciel de Barros
- 8 - Maria de Lourdes Santos Machado
- 9 - Flávio Manzoli
- 10 - Aparecida Joly Gouveia
- 11 - Neuza Rocha Goyano
- 12 - José Augusto Dias
- 13 - Lisete Patrone Gomes
- 14 - Arlete Marques
- 15 - Heudo Borghi
- 16 - J. Querino Ribeiro
- 17 - José Mario Pires Azanha

Prof. Trigueiro



Reunião com o Prof. ^{Armando} Trigueiro - (CEOSE)

- Presentes
- 1- Carlos Lealano
 - 2- Paulo Erneste Tolle
 - 3- Padre Vanoncelos
 - 4- Carlos Pasquale
 - 5- Armando Trigueiro
 - 6- João Villalobos
 - 7- Roque S. M. Barros
 - 8- Maria de Lourdes Santos Machado
 - 9- Flávio Mazzoli
 - 10- Aparecida Joly
 - 11- Neere Jiano
 - 12- José Augusto Dias
 - 13- Lisete Patrone Gomes
 - 14- Cellete Marques
 - 15- Heudo Borghi
 - 16- J. Querino Ribeiro

5^a feira - 21.3.68

17- José Manoel P. Azpúa

CEOSE
Arquive-se
JH

*CEOSE
H. H. H.
Aguirre. R.
J. G. L.*

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1968

Meu caro amigo Dr. Jacques Torfs,

Estando virtualmente encerrada a sua missão no Brasil, como perito da UNESCO, e não podendo eu estar aqui na ocasião de sua partida, quero antecipar-lhe, como Coordenador dos CEOSE, os meus profundos agradecimentos pessoais e os de toda a nossa equipe pela colaboração que o ilustre amigo prestou ao Brasil durante todo o tempo de sua permanência entre nós. É meu dever assinalar a sua inexcusável dedicação às tarefas a seu cargo, sempre servido por uma alta competência e por uma invariável correção nas relações funcionais e pessoais.

Ultrapassando os estritos limites de sua missão, nunca se furtou o ilustre amigo a atender a todos os setores, em variados campos da administração federal e estadual - que solicitaram a sua cooperação. Concorreu o seu trabalho, juntamente com os dos demais membros do CEOSE, para incentivar a formação de equipes técnicas destinadas ao planejamento educacional nos Estados, ou para orientar e apoiar o esforço das equipes já existentes. Entre as suas capacidades, destaca-se, notavelmente, a de animar esse tipo de trabalho solidário, articulando órgãos, pessoas ou atividades dispersas, e dinamizando-lhes, ao mesmo tempo, as possibilidades de ação.

Não preciso acentuar (o que está claro no próprio tom desta carta) que não cumpro, aqui, mero dever protocolar, mas, ao contrário, expresse o sincero reconhecimento do CEOSE e do INEP pela sua eficiente contribuição ao esforço que estamos realizando no Brasil no sentido de racionalizar e impulsionar nossa política educacional.

Tôdas essas razões, e mais a necessidade de assegurar desenvolvimento adequado a iniciativas que tiveram a sua participação, me animam a esperar da UNESCO que lhe conceda as possibilidades de, sem prejuízo de suas novas funções, acompanhar os trabalhos que delas resultaram.

E.
Com os meus melhores votos de felicidades para o caro amigo e sua família, e de êxito em sua nova missão, as saudações muito cordiais de

Durmeval Trigueiro Mendes

Coordenador dos CEOSE

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do INEP

Dr. John Howe, Chefe da
Missão da UNESCO no Brasil

Dr. Durmeval Trigueiro,
Coordenador dos CEOSE

Arquivo



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo
Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 733

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1967

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

Assunto: Afastamento temporário de Perito

Senhor Diretor,

Tendo recebido do Sr. John Howe, Chefe da Missão da UNESCO no Brasil, cópia da carta que dirigiu a V.S.^a sobre a viagem a Paris do Sr. Jacques Torfs, por solicitação da UNESCO, venho manifestar-lhe minha perfeita concordância, como Coordenador dos CEOSE, com o afastamento por alguns dias do referido perito. Trata-se de uma viagem proveitosa não só para a UNESCO, como também para os CEOSE, por estar ligada ao campo de atividades no qual o Sr. Torfs nos presta importante colaboração.

Atenciosas saudações,

Durmeval T. M.

Durmeval Trigueiro
Coordenador

*Depois de já ter
providenciado o Sr. Torfs
ao Chefe de Missão Dr. Jacques
26.9.67
C. J. B.*



001712 25 JUN 67
PROTÓCOLO

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 332

Rio de Janeiro, GB.

Em 3/ de maio de 1967

De Secretário de Estado de Educação e Cultura
Ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Diretor:

Agradeço a V.Sa. ter comunicado a esta Secretaria de Estado a constituição de uma comissão de educadores e outros especialistas, para a preparação nos estados do programa de cooperação técnica exposte em anexo ao ofício remetido.

Apraz-me informá-lo de que esta Secretaria muito apreciou o referido programa e deseja efetivamente contar com a cooperação e assistência da comissão educacional estruturada por V.Sa. para a execução do programa.

Apresento a V.Sa. os protestos de alte apreço e consideração.

Benjamin Moraes Filho

BENJAMIN MORAES FILHO
Secretário de Estado de Educação e Cultura

*DAM 14/6/67
Junte ofício x ofício
C. G. S. C.*

D. Louieis:

Dr. Marcos desoja falar c/ a Senhora.

*Assimbe - Al
C. G. S. C.*

Ilmo.Sr.

Profº CARLOS CORREA MASCARO

DD. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Ministério de Educação e Cultura

Tríplice



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 412

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1967

A: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do INEP

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Senhor Diretor,

Tenho o prazer de enviar em anexo, os Relatórios referentes a
Organização dos CROSE nos Estados do Piauí e Maranhão.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atentamente.

Caro Sr. Mascaro.
CD

MICHEL DEBRUN

Nº 398

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1967

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Colóquios Regionais sôbre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Piauí

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Estado do Piauí, do dia 15 até o dia 17 do corrente. Tenho a fazer as seguintes observações:

1. Apresentação dos CROSE:

A finalidade, o espírito, o conteúdo e o cronograma dos CROSE foram expostos e debatidos numa reunião de quase três horas. A lista dos principais participantes da reunião figura no anexo 1 (O Padre Balduino Barbosa de Deus, Secretário de Educação, não estava em Teresina; só tive, infelizmente, uma conversa telefônica com êle, antes de meu embarque para o Piauí).

Tive, mais talvez do que nos outros Estados visitados, de desfazer dois equívocos simétricos relativos aos CROSE:

a) A opinião de muitos, segundo a qual a equipe dos CROSE se proporia a executar tarefas de ordem operacional, de racionalização do sistema educacional. Mostrei que, de acôrdo com a letra e o espírito da L.D.B., tal racionalização só pederia brotar da iniciativa dos próprios educadores do Estado, aos quais os CROSE pretendem oferecer, apenas, uma visão mais ampla da situação educacional brasileira, dos seus matizes regionais, bem como dos instrumentos quer de análise quer de racionalização de tal situação. Os Colóquios são essencialmente didáticos.

b) O pensamento, segundo o qual êles seriam didáticos no sentido banal, ou seja, implicando numa relação mestre-aluno. Salientei que, ainda de acôrdo com a L.D.B., o que deveria reinar era o espírito de diálogo (a vigorar, em particular, nas sessões da tarde), o único capaz de favorecer a autonomia educacional dos Estados. O diálogo se impõe,

aliás, por outra razão: os esquemas da Comissão INEP/UNESCO são, por definição, gerais. A maneira de utilizar os instrumentos que êles evocam, a de sagem a realizar entre os vários instrumentos, bem como o conteúdo educacional descrito, explicado e a reestruturar, isso tudo varia de lugar para lugar, em que pese à identidade nuclear dos problemas. Ora, as necessárias transposições só podem, por definição, resultar de um confronto demorado entre os educadores "centrais" e "locais", e não de uma simples manipulação dos dados apresentados por êsses àquêles.

2. Situação e Perspectivas Educacionais do Estado:

Elas me foram pormenorizadamente descritas no decorrer dos seguintes encontros:

2.1. Tive uma reunião com as Sras. Rita de Lima Veloso, Supervisora-chefe, e Maria Dolores Veras da Silva, Coordenadora dos Cursos de Treinamento dos Leigos, que, ao analisarem a situação atual do ensino primário e normal, destacaram:

- a) a redução de 3 para 2 turnos nas principais cidades;
- b) os cursos de 8 meses para melhoria dos regentes e sua transformação em "auxiliares";
- c) o trabalho realizado pela supervisão no interior junto aos titulares;
- d) os cursos de recuperação de leigos, em Terezina e Ociras (êsses cursos, análogos aos do PAMP, se desenrolam em várias etapas: janeiro-fevereiro, julho, janeiro-fevereiro do ano seguinte).

Guardei uma excelente impressão dos esforços ali empreendidos: os leigos, ainda, são 700 no Estado, mas os regentes e auxiliares, reunidos, 531; os professores normalistas 1062. (1)

Por outro lado, grandes esforços estão sendo desenvolvidos nos seguintes setores:

- a) criação de uma equipe técnica de supervisoras (8) na Secretaria, destinada a visitar os centros de supervisão (5) do interior; organizar e executar encontros pedagógicos entre os professores, notadamente do interior; preparar boletins, para orientação didática dos professores.
- b) Colaboração da supervisão com a Escola Normal (pública) de Terezina, para organização de aulas de metodologia.

(1) É verdade que êsses algarismos ainda são irrisórios em comparação das necessidades: há, nas zonas rurais, 200.000 crianças escolarizáveis (obrigatoriamente) no primário, das quais apenas 40.000 estão atendidas.

- c) Organização de encontros estaduais de supervisores.
- d) Atendimento melhor do professor leigo, até hoje apenas treinado nos cursos de férias, e não orientado de modo regular como o titular. O Prof. Marcille Velloso, Coordenador nacional do PAMP, deve chegar em breve a Terezina para estabelecer um convênio (dinheiro, material etc) nesse sentido.
- e) Criação de um curso de especialização para lecionar na 1ª série, também em decorrência do convênio acima.

2.2. Estudei a situação do ensino médio com o Prof. Paulo Nunes, Inspetor Seccional da Diretoria de Ensino Secundário, com os responsáveis pelos cursos de verão da CADES, e com o Prof. Edmilson de Vasconcelos Pontes, do Centro Educacional de Maceió, coordenador do curso de matemáticas de verão promovido pelo CECINE (Centro de Ensino das Ciências do Nordeste; o curso inclui também estagiários do Maranhão, do Ceará e do Rio Grande do Norte):

- a) Os ginásios orientados para o trabalho só existem no papel (com exceção de um só, que funciona precariamente): há prédios, mas o material (oficinas) prometido pelo MEC ainda não foi remetido. Há um ginásio do SESI, em Terezina, mas ele funciona num sentido principalmente acadêmico, que constitui a tônica de todo o ensino ginasial. Não tive, é verdade, a oportunidade de visitar nenhum dos 16 estabelecimentos da CNEG (Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos).
- b) No colegial, mesma situação:
O Colégio Agro-Técnico mantido pela União funciona pessimamente (o Ministério da Agricultura não manda nada). As escolas comerciais parecem funcionar de modo precário e acanhado. O Colégio Industrial mantido pela União é provavelmente melhor (pelas impressões colhidas), mas não o visitei nem falei com o corpo docente.
- c) Tive uma impressão mitigada do curso da CADES: Algumas aulas de história, e ciências, às quais assisti, me pareceram fracas. Seria bom que a coordenação dos Cursos fosse da responsabilidade direta da Diretoria de Ensino Secundário, que não pode se limitar a uma

colaboração financeira e a uma orientação didático-pedagógica remota. Fiquei também desfavoravelmente impressionado com a notícia de que, desde a criação desses Cursos da CADES, nenhum dos estagiários desaconselhados de apresentar (no fim do curso) o exame de suficiência, tivesse sido, paralelamente, afastado de ensino.

Não tive a oportunidade de apreciar o rendimento dos encontros entre professores de determinadas matérias; os encontros regionais entre diretores de estabelecimentos de ensino; os cursos para secretários de estabelecimentos médio - êles todos promovidos ou sustentados pela CADES.

d) Existem, todavia, sérias perspectivas de melhoria:

- dois ginásios orientados para o trabalho vão, afinal, funcionar (a partir de março ...), graças a recursos do P.N.E.
- um colégio industrial (distinto do acima referido), criado pela União mas até hoje parado (e que possuiria um equipamento "fabuloso"), vai ser encampado pelo Estado, que se comprometeu em torná-lo funcional.
- sobretudo, os cursos do CECINE, como os do CECIBA na Bahia, vêm fazendo uma recuperação sistemática dos "leigos" (médicos, farmacêuticos, engenheiros, etc...) do ensino secundário científico. Assisti a uma aula para 1ª série ginásial, baseada na mais moderna didática (ela própria inspirada na "teoria dos conjuntos"), e achei excelente. A duração de um curso é de mais ou menos um mês (janeiro ou julho), com 6 a 8 horas diárias de aulas teóricas, comentários de livros-textos, exercícios práticos. Cada núcleo (Recife, Terezina etc ...) deve ter sucessivamente 5 cursos (Ciências, Matemáticas, Física, Química, Biologia). O programa do atual curso de Terezina (Matemáticas) figura no anexo 2.

Acrescentemos que o CECINE, como os outros CECI, está publicando manuais para o ensino científico: após cada curso, os orientadores e os melhores professores-alunos da turma redigem, em colaboração, um desses manuais.

O CECINE organiza também (nas maiores capitais) estágios para os professores secundários científicos, com orientação mais ampla de professores universitários. Finalmente, em colaboração com o MEC e a SUDENE, promove classes-pilôtos.

Em que pese esses aspectos favoráveis, as perspectivas do ensino médio e secundário parecem menos promissoras do que as do primário.

2.3. A situação do ensino superior me foi exposta pelo Prof. Camillo José de Silveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Educação. Existem 1 Faculdade (federal) de Direito, 1 Faculdade (particular) de Filosofia, 2 escolas estaduais (odontologia e medicina. Esta última tem recebido apreciável ajuda externa do Governo da Alemanha Oriental (material comprado com empréstimo a longo prazo), e tem pessoal formado no exterior (com ajuda da CAPES). Finalmente, duas escolas já estão criadas em lei (Serviço Social e Enfermagem).

Apesar desse crescimento quantitativo, e da vontade, constatada muitas vezes no decorrer da minha visita, de criar uma Universidade no Piauí (um projeto foi transmitido à Diretoria do Ensino Superior), não tive uma impressão muito favorável do ensino superior no Estado, e das suas possibilidades de desenvolvimento a curto e a médio prazo. Com efeito:

a) Todos os professores (a começar pelo próprio Prof. Camillo, que teria 14 empregos públicos ...) têm inúmeros encargos, não só no ensino superior ou nas profissões liberais, mas também no ensino médio e secundário, nos órgãos governamentais e para-governamentais, etc ...

b) As escolas de Direito e Filosofia são de baixo nível. No referente a esta última pode-se perguntar, frente a fraqueza do corpo do cante, se vale encorajar por enquanto, a formação de professores de ensino secundário em Terezina, pelo menos nos ramos científicos: quem assegura ou quem assegurará essa formação? É melhor, por um lado, ampliar o treinamento de "leigos", primeiro nos cursos (melhorados) da CADES, depois nos cursos do CECINE - e, por outro lado, mandar alunos para os grandes centros universitários. Uma parte deles é que poderia formar, posteriormente, os quadros da Faculdade de Filosofia (ou dos institutos básicos e da Faculdade de Educação que lhe sucederem).

c) O crescimento da Medicina e da Odontologia terá de ser induzido e sustentado de fora para dentro, não só no referente aos recursos materiais, bem como à orientação científica. O que, até certo ponto, é normal: só que a data do verdadeiro take-off aparece bastante imprevisível.

d) Não há corpo docente para as escolas de Serviço Social e Enfermagem.

e) Sobretudo, não há escola superior agrícola nem escola veterinária (está apenas "cogitada"). Ora, escolas desse tipo são imprescindíveis ao desenvolvimento do Estado que, conforme aos planos da CODESE (Comissão de Desenvolvimento, que constitui, de fato, a secretaria de planejamento do governo), elaborados em estreita colaboração com a SUDENE, deve ter como eixo o crescimento da agro-pecuária (tive o ensejo de visitar o frigorífico de Campo Maior, que será o maior do Nordeste, e vai passar a funcionar daqui a dois meses).

2.4. O ponto alto da minha visita foi uma demorada conversa com a "alma" da Secretaria de Educação, o Prof. Itamar de Sousa Brito, técnico em educação, Chefe da Assessoria de Programação e Controle (APC) e, neste título braço direito do Secretário. O fato do Prof. Itamar ocupar esse cargo faz muito tempo, já no governo precedente, lhe tem proporcionado uma visão ampla do problema educacional piauiense. Acrescentemos que acompanhou de perto, nos idos de 60, os esforços pioneiros realizados no Rio Grande do Norte, com a colaboração da SUDENE e da USAID, no sentido de uma melhoria sistemática (e que foi brilhantemente sucedida) do ensino primário.

Destaquei alguns pontos:

a) No momento, a Secretaria está acabando a execução de um plano trienal educacional (1) formulado em 1963 (para 64, 65 e 66), em decorrência de um acordo SUDENE-USAID-Estado do Piauí-MEC (mas a participação deste último foi simbólica até 1965, data a partir da qual começaram a afluir os recursos do PNE, que foram colocados a serviço do plano trienal estadual). O plano visava a ampliação e melhoria da rede de ensino de base,

(1): Cujo entrosamento com o Plano Trienal Nacional e sua parte educacional, elaborados na mesma época, não parece ter sido profundo: a ligação com o complexo SUDENE-USAID foi maior que a integração aos objetivos nacionais.

primário e normal. Não atendia às despesas correntes, a cargo do Estado e dos municípios (numa proporção que não cheguei a avaliar no decorrer da minha curta visita). Foi elaborado pela APC, apresentado a SUDENE-USAID, financiado sobretudo pela USAID (2 bilhões e 250 milhões, contra 300 milhões do Estado do Piauí e 150 da SUDENE), executado pela Secretaria, controlado pela APC.

Tinha sido prevista a seguinte repartição:

1. Construção e equipamento de salas de aula, escolas normais, etc ... : 1 bilhão e seiscentos milhões, ou seja, aproximadamente: 70%.

O plano previa a construção de 1.000 salas: 300 apenas puderam ser construídas, devido à estrutura deficiente da Secretaria e à inflação (voltaremos a esse assunto).

2. Melhoria do ensino: 30% essencialmente para ensino primário (treinamento de leigos, formação de supervisores, etc ...).

O plano devia, originalmente, se desdobrar em planos trimestrais, mas só houve planos anuais, devido à falta de pessoal qualificado.

b) Para a elaboração do plano trienal, a Secretaria e sua A.P.C. (e, de modo mais geral, o SECEP - Serviço Cooperativo Educacional do Piauí - de qual a A.P.C. constitui a cabeça) foram assistidas por uma empresa de São Paulo, a PLANASA, que já tinha colaborado ao planejamento educacional do Rio Grande do Norte. Conheço pessoalmente alguns dirigentes (notadamente o Sr. Jorge Hori, que foi meu aluno na EBAP), de seriedade comprovada.

A assistência da PLANASA comportou dois itens:

- redação de 2 "Manuais de Organização", inspirados em particular, nos Cursos de "organização e métodos", da EBAP e da Escola das Empresas de São Paulo (ambas da Fundação Getúlio Vargas).
- treinamento em serviço, em 5 meses, do pessoal da SECEP. O próprio professor Itamar recebeu esse treinamento.

c) A colocação dos recursos do P.N.E. a serviço do plano trienal estadual a partir de 1965, se fez sem dificuldade, havendo compatibilidade entre as metas de ambos.

d) Uma comissão de planejamento do C.E.E. (3 membros: o próprio Prof. Itamar, o Dr. Paulo da Silva Ferraz, ex-secretário da educação, e a Prof^a Diana Veloso) está equacionando um novo plano de educação, a ser integrado ao plano global do Estado, a cargo da CODESE (ver Anexo 3, o "Documento Preliminar ao III Plano de Desenvolvimento Econômico e Social", elaborado por esse organismo).

Perguntei se, os princípios e os mecanismos dessa integração tinham sido definidos, ou iam sê-lo. Deve a educação atender às necessidades em mão-de-obra dos outros setores? No caso afirmativo, quem fará a avaliação dessas necessidades e sua tradução no plano educacional? Como a expansão da economia estadual, por sua vez, há de permitir a realização dos objetivos cívico-culturais da educação? Têm sido esses últimos objetivos claramente formulados e quantificados? Percebi que os educadores piauiense - e, de modo geral, o Estado - não estão ainda preparados para o planejamento inter-setorial (e essa parte dos GROSE vai trazer para eles muita novidade). O que se entende lá por integração inter-setorial ainda não passa de uma compatibilização empírica entre as exigências dos vários setores, à luz de prioridades formuladas em termos éticos ou emocionais, no sentido de repartir verbas antes do que de promover a integração das várias esferas da vida social.

O que não significa que haja hostilidade entre os vários setores. Pelo contrário: notei que a CODESE aceitou pacificamente, para 1967, o plano provisório proposto pela A.P.C. para o setor educacional, plano esse a ser ampliado (e eventualmente reformulado) dentro do plano acima referido, a cargo do C.E.E. Mas, justamente, essa aceitação fácil, por parte dos planejadores, das exigências dos educadores, revela que as suas incidências econômicas não têm sido seriamente equacionadas.

e) Dentro dessa perspectiva limitada, fiquei interessado por um projeto de criação de novas escolas, nas zonas menos povoadas do Estado, atendendo-se ao seguinte critério:

São delimitadas áreas circulares de 3 kms de raio, em que haja pelo menos uma população escolarizável de 100 crianças; quando isso ocorre uma escola vai ser estabelecida no centro do círculo.

O trabalho de delimitação dos próprios círculos, a cargo de supervisoras e administradores, já estaria bastante adiantado.

3. O Estado do Piauí e os GROSE:

Frente a êsses vários elementos, quais são as perspectivas de êxito dos GROSE no Piauí? Ou melhor: que benefícios o Estado pode sofrer com êles?

3.1. Importantes melhorias qualitativas poderiam ser sugeridas no âmbito do primário e do médio. Menos no que diz respeito aos aspectos administrativos (organização da Secretaria, descentralização regional, implantação de novas unidades escolares, etc ... onde sérios esforços estão sendo envidados) do que no plano pedagógico: as possibilidades da pesquisa e da experimentação pedagógicas terão de ser sistematicamente desvendadas, num ambiente que, apesar do seu dinamismo, ainda fica dominado por atitudes rotineiras. Isso, em particular, no âmbito do secundário.

3.2. No tocante ao ensino superior, acredito, infelizmente, que pouco poderão fazer os GROSE: muito embora as possibilidades de atuação do MEC (principalmente através do P.N.E. e dos planos anuais que o desdobram, da Diretoria do Ensino Superior e da CAPES) sejam, neste âmbito teoricamente boas, a criação de novas escolas, as nomeações de professores (e a multiplicação dos empregos universitários para cada professor), a qualidade do ensino - tudo isso reflete contingências sócio-políticas locais sobre as quais o Poder Central, por algum tempo ainda, terá fraca influência. Há de duvidar que os GROSE (sem verbas a distribuir!) possam provocar uma arrancada nesse setor. Tal arrancada só se dará no momento em que, frente a prementes exigências suscitadas pelo desenvolvimento de fato, a assistência maciça do governo federal, condicionada a normas de eficiência até hoje desconhecidas no Piauí, aparecerá inevitável, e será pacificamente aceita. Por enquanto só há aspiração ao desenvolvimento, que permanece assim um ideal, em relação ao qual não há compromisso efetivo das elites da sociedade piauiense.

3.3. O que parece mais importante que as melhorias que poderiam, a partir dos GROSE, surgir para tal ou qual nível de ensino, é a idéia que se deve infundir, em todos os educadores e administradores da educação, da continuidade do sistema escolar, do pré-primário até o superior. Não só para que cuidem das necessárias transições pedagógicas e didáticas, mas também para que cada nível seja atento aos problemas de escoamento dos alunos que forma: será que o nível superior pode absorver parte substancial d'êles? Segundo que modalidades? Que será dos outros? Não significa nada alfabetizar por alfabetizar, nem diplomar por diplomar.

3.4. Nessas condições, os GROSE devem também proporcionar uma visão das relações recíprocas entre economia e educação, numa coletividade que, conforme salientamos, apenas almeja o desenvolvimento, e não se dá conta exata das necessidades em mão-de-obra qualificada que êle requer, nem modalidades e limites que impõe à formação dessa mão-de-obra.

Disse em Terezina que a equipe do Piauí seria provavelmente de 6 pessoas. Os educadores do Estado vão discutir entre si da formação dessa equipe, que poderia incluir:

- O Prof. Itamar de Sousa Brito, que seria responsável local;
- um outro membro da A.P.C.;
- o Prof. Paulo Nunes;
- 2 supervisoras.

O 6º membro poderia ser:

- o próprio secretário de educação ou o Prof. José Camillo da Silveira Filho, no caso de um ou outro puderem se dedicar aos colóquios.
- No caso contrário, um representante do ensino agrícola, ou, eventualmente, industrial.

Em conclusão:

a) Como o Estado do Mato Grosso, o Piauí está pronto para o take-off educacional. Tem inclusive, a seu favor, uma certa experiência e projetos bem estruturados no campo do ensino primário.

b) Em contrapartida o número e a força das estruturas cristalizadas, dos corpos intermediários (entre os projetos de reforma e sua realização) são maiores do que em outros Estados num estágio econômico parecido.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente



MICHEL DEBRUN

Nº 4/1

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Colóquios Regionais sôbre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Maranhão

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Estado do Maranhão, do dia 18 ao dia 20 de corrente, tendo a fazer as seguintes observações:

1. Apresentação dos CROSE:

Mesmo processo adotado em outros lugares (cf. relatórios sôbre Mato Grosso, Acre, Rondônia, Piauí). Ver no Anexo I, a lista dos participantes da reunião de apresentação.

2. Situação e Perspectivas Educacionais do Estado:

Ela me foi exposta no decorrer dos seguintes encontros:

2.1. Reunião com o Sr. Secretário de Educação, Tenente Coronel Machado de Andrade, a Diretora do Departamento de Educação, Dona Elina Figueiredo de Almeida Silva e o chefe do Departamento de Cultura, Professor Domingos Vieira Filho.

A Secretaria, no momento, envida esforços nos seguintes sentidos:

a) regionalização da escola primária: o Estado vai ser dividido em 21 centros de pesquisas educacionais e supervisão do ensino, e em cada um a coordenadora, assistida por 2 assessores, terá a faculdade de determinar a entrada dos alunos em férias, atendendo às imposições do plantio, da safra, das chuvas, etc ... (há regiões inteiramente ilhadas). Inversamente, períodos tradicionalmente de férias (mês de dezembro, janeiro, julho) poderão ser de aulas, para completar o ano letivo. Uma das principais causas da evasão escolar ficaria assim sanada.

b) organização do ensino supletivo, para pessoas de 14 anos em diante. Um programa está sendo elaborado pelo Departamento de Educação, visando a uma iniciação profissional rápida (3 anos). Tal formação se dará nos momentos ociosos da escola, ou em outros ambientes. Em cada escola será instalada uma oficina.

c) melhoria da condição de professor primário, notadamente no interior: gratificações pro labore poderão até quase duplicar os vencimentos de base.

d) entrosamento dos novos ginásios do interior (5 vão entrar em funcionamento este ano) com a comunidade que atendem: a parte vocacional (ensino agrícola, principalmente) será importante, tendo os novos estabelecimentos uma "motivação telúrica". A responsabilidade dos pais será despertada pela obrigação, para fazer inscrição dos filhos, de pertencer a uma fundação educacional (haverá futuramente uma fundação em cada município).

e) dinamização da construção escolar, graças a um sistema de retenção (5% dos pagamentos, para cada etapa da construção: são 6 etapas para os ginásios acima referidos) e de multas rigorosamente aplicadas.

f) elaboração de um novo regimento para os órgãos da Secretaria e os serviços dela dependentes), a ser realizada progressiva e empiricamente: uma nova legislação consagrará esse trabalho de aproximação, em vez de editar normas a priori.

g) planejamento educacional, em 3 níveis:

- estudos e pesquisas, a cargo de uma turma de planejamento (evocada a seguir);
- decisões tomadas por uma câmara composta dos diretores de departamentos da Secretaria;
- decisão final, da responsabilidade do Secretário.

2.2. Reunião com a turma de planejamento da Secretaria: (Otávia Pereira; - Assistente Social; Niomar das Graças Motta - Supervisora do Ensino; Maria José Mercês Farias - Prof. com curso de Capacitação Educacional; Zelira Cotrim - Curso de Pesquisas Educacionais; Dora Luzenin Matta Roma Brasil Nogueira - Prof. da Faculdade de Filosofia e do Instituto de Educação, com o curso de Orientação Pedagógica; Socorro Nina - Supervisora chefe).

Notas:**a) ensino primário:**

- na capital 31.000 crianças estão na escola (população escolarizável: 42.000); no interior, 214.000 (em 510.000 escolarizáveis);

- Há, na capital, até 55 alunos por turno; os turnos são geralmente 4, de 3 horas cada um (a não ser o de 13-15 horas, apenas de 2 horas!). No interior, geralmente 2 turnos, de 4 horas cada um.

- A 5ª série já está implantada, também no interior.

- Planejando-se um crescimento da população escolarizada de 10% em 1967, de 20% em 1968, de 25% em 1969 e de 40% em 1970, o número de crianças fora da escola seria, neste último ano, de 160.000 - mantendo-se a taxa atual de crescimento da população escolarizável, que tem sido de 8,4%, em média. (1)

- Aperfeiçoamento do corpo docente: os cursos do PAMP funcionam desde 64, nos moldes descritos para outros Estados, (1.000 leigos já foram "recuperados"); a supervisão, na capital, só cuidou até hoje dos leigos (à diferença de que acontece no interior), mas vai ser estendida este ano aos titulares.

b) o ensino normal:

Tem-se verificado uma nítida melhoria, de 1965 para cá:

- A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério organiza cursos para formação de supervisoras (36, no curso atual); em 1966 houve também um curso para diretoras (60).

- Um Centro Educacional está projetado para este ano (mas vai funcionar mesmo?). Ele incluiria um instituto de educação (curso normal - eventualmente com pós-graduação; ginásio feminino; curso de aplicação; jardim de infância); e um centro de supervisão (para formação de supervisoras, orientadoras

(1) A taxa de crescimento da população maranhense é de 4,4% ao ano (2.500.000 de habitantes em 1960 - 3.380.000 previstos em fins de 1967). A grande discrepância com a taxa de crescimento da população escolarizável provém, sem dúvida, de uma diminuição maciça da mortalidade infantil, não acompanhada no mesmo ritmo pelo aumento da esperança de vida do resto da população.

pedagógicas e diretoras). A atual Divisão de Aperfeiçoamento, passaria a cuidar só da melhoria dos professores primários (em colaboração com o PAMP, e orientando a supervisão) e secundários (o que já vem fazendo, mas de modo assistemático e precário).

- A supervisão, na capital, só cuida por enquanto dos leigos, mas vai se estender êste ano aos titulares (como é o caso no interior, já faz anos).

- Um novo curso normal 2º ciclo (noturno) público vai funcionar a partir dêste ano na capital.

c) O ensino médio:

- O aumento da matrícula, espetacular de 1964 para 1965 (de 18.500 alunos a 25.700), tem sido reduzido de 1965 para 66 (de 25.700 para 26.000), devido essencialmente ao fato de que a Campanha Nacional dos educandários gratuitos (CNEG) não criou nenhum estabelecimento novo no ano retrasado (foram criados 10 em 1965).

- As escolas da União (Colégio Industrial 1º e 2º ciclos, Escola Agrícola 1º ciclo); educandários da CNEG) e do Estado (Liceu Maranhense, cujo prédio é o único do Estado no ensino médio - vai ter uma ampliação de 11 salas até março; os 5 ginásios acima referidos, mais um ginásio em São Luiz, só funcionarão a partir de março) parecem ter um nível razoável (pelas impressões colhidas, muito superficiais), mas o resto do ensino, particular, é muito comercializado.

- Boa parte dos professores têm o curso da CADES (mas sabemos pelo Piauí e outros exemplos quanto são deficientes), mas só alguns o do CECINE (bem melhores: ver relatório Piauí). 1 professor em 7, apenas, tem formação universitária regular.

- Uma melhoria qualitativa, que vai beneficiar em primeiro lugar os novos estabelecimentos do Estado, vai ser promovida nas seguintes direções:

1. realização de uma pesquisa da consciência profissional do magistério;
2. de acordo com os resultados da pesquisa, simpósios pedagógicos;
3. atualização dos professores de matemáticas (independentemente do CECINE);
4. encontros de professores de matérias afins;
5. treinamento de professores para os ginásios vocacionais;
6. em colaboração com o MEC, realização de jornadas pedagógicas, nos municípios.

Só colhi dados, da turma de planejamento. O planejamento está encarado para muito mais tarde, dependendo também da reorganização interna da Secretaria. No que diz respeito ao passado (de 1960 para cá), não houve nenhum planejamento (a diferença é grande, aqui, com o Piauí), mas apenas listas anuais de metas, que mereceram inicialmente um certo apoio SUDENE-USAID, rapidamente cortado logo que se percebeu que as verbas tinham sido dilapidadas ou mal aplicadas.

2.3. Encontro com as Diretoras do Departamento Administrativo (Dona) e do Departamento de Recursos (Dona Rita Castro e Costa):

- São 4, no novo organograma, os departamentos da Secretaria: Educação, Cultura, Administração e Recursos. "Filtram" os problemas, apresentando-os resumidos e já praticamente solucionados, ao Secretário.

- Um cadastro dos professores de todo o Estado (ou seja: não só do próprio Estado, mas também dos estabelecimentos federais, municipais e particulares) está sendo estabelecido. Reconheceu Dona que, no momento, não é sempre possível dizer se um professor está lecionando ou não. Nem o próprio número dos professores secundários parece certo (há 1.416 recenseados, mas há "provavelmente" muitas duplicações, devido à multiplicidade dos empregos da maioria dos professores)!

- Todas as entradas financeiras (dotações orçamentárias do Estado, quotas dos Fundos Nacionais dos ensinos primário e médio, auxílios da SUDENE e da USAID) se fazem através do Departamento de Recursos, que controla também todas as saídas.

3. Planejamento Global e Planejamento da Educação:

Tive uma reunião com o Dr. Eliezer Moreira, Diretor da SUDEMA (Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão) e seus assessores, alguns deles emprestados pela SUDENE, afim de colaborar ao planejamento econômico e social do Maranhão.

Notei:

3.1. O Governo está empenhado na elaboração de um plano quadrienal, confiada à SUDEMA (ver anexo 2, Lei de 29/7/1966, criando este órgão).

3.2. O planejamento do Estado tem de se enquadrar no planejamento regional. Só que, no caso do Maranhão, a região é dúbia: Norte ou Nordeste? De fato, o Estado, até hoje contemplado pelos planos e recursos da SUDENE, está também ligado à área da SUDAM (o governador e seus principais assessores participaram, em dezembro passado, da reunião do órgão, promovida pelo MECOR - Ministério Extraordinário da Coordenação dos Organismos Regionais). Meus interlocutores insistiram longamente sobre o fato de que essa "dupla fidelidade" não implica numa situação anárquica: o planejamento que vai promover a SUDAM é menos de integração interna da bacia amazônica do que de incentivo à produção (basicamente similar) de todos os Estados e Territórios que a compõem; a complementação, pois, há de se verificar entre essa região, considerada como um todo essencialmente fornecedor (por bastante tempo ainda) de matérias primas e de alimentos (com possibilidade de um certo beneficiamento) e certas áreas ou serviços do Nordeste, fornecedores de bens mais elaborados (borracha sintética, cimento, etc..., de Pernambuco) e de energia elétrica (Paulo Afonso, Boa Esperança).

3.3. Os problemas suscitados pelo entrosamento do planejamento global e do planejamento educacional estão claramente percebidos pelos responsáveis do planejamento global. Caso surgisse um conflito, a SUDEMA teria certamente, frente às aspirações dos educadores, poderes superiores aos do MEPCE frente ao MEC: pela Lei criadora que a estrutura (artigo 14), "A partir do exercício de 1967, inclusive o Orçamento Geral do Estado consignará às Secretarias de Estado e demais órgãos do Executivo, apenas

os recursos para despesas correntes, e outras destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos, material permanente e manutenção ou conservação dos serviços criados, de acôrdo com os programas integrantes do Plano do Governo." Ou seja: todo planejamento setorial há de se integrar estreitamente no planejamento estadual global, pelo menos no que diz respeito à utilização de recursos estaduais (não ficou bem clara a situação dos fundos do P.N.B. neste particular). É verdade, porém, que o orçamento-programa para os "Serviços em Regime de Programação Especial" (artigo 13) há de ser estabelecido pela SUDENA em colaboração com as Secretarias de Estado (artigo 15), e que, por outro lado, cada secretário é membro do Conselho Deliberativo da SUDENA.

Não me pareceu que, no equacionamento dos problemas a médio e longo prazo, os educadores fôsem, por sua vez, perfeitamente conscientes das possibilidades, mas também das dificuldades e imposições, que vai implicar a integração crescente do planejamento da educação ao planejamento global.

4. O Convênio SUDENE-USAID - Instituto de Serviço Público da Universidade Federal da Bahia - para melhoramento das práticas administrativas dos Estados do Nordeste. (Anexo 3).

Tive uma reunião com a Professora Iracy Castro Silva, Chefe do Escritório Regional do Instituto de Serviço Público da U.F.B., coordenadora do convênio no Maranhão (outro coordenador é o Dr. Eliezer Moreira), que esclareceu:

4.1. O Instituto de Serviço Público da U.F.B., criado graças à colaboração da SUDENE e da USAID, passou há poucos anos a ser regional. Então que foi firmado o convênio acima, que idealizou 4 etapas, para cada Estado:

- a) apresentação de documentos sobre todos os setores sociais e econômico, e treinamento de administradores;
- b) projetos de reestruturação administrativa;
- c) implantação dos projetos;
- d) assessoria permanente às administrações estaduais.

4.2. A primeira fase se desenrola atualmente no Maranhão, sob a forma de "Seminários Para Formulação de Políticas Governamentais", reunindo especialistas locais e de fora; e, paralelamente, de cursos para o treinamento quer de especialistas de administração geral (em geral assessores de Governo) quer de auxiliares de levantamento - todos êles indicados pelas Secretarias de Estado.

4.3. Os seminários, por sua vez, comportam várias etapas (Anexo 3). Por enquanto realiza-se um seminário relativo às infraestruturas econômicas, com a participação de 50 elementos do Estado, e de 20 de fora.

4.4. Simpósios e cursos de treinamento interessam, evidentemente, ao campo educacional:

- O Simpósio sobre "Infraestrutura Social" (que inclui a educação) terá lugar do 20/2 ao 24/2.
- 2 assessores e 2 auxiliares de levantamento estão atualmente treinados, com vistas à sua colaboração ao planejamento educacional.
- A reforma administrativa, que decorrerá das 4 fases acima referidas, englobará o setor educacional.

5. Perspectivas dos GROSE no Estado do Maranhão

5.1. Não há nenhum elemento-chave que apareça desde já capaz, como em outros lugares: primeiro, de garantir uma boa receptividade para os GROSE e a coerência da equipe através de 5 meses; segundo de tornar práticas as ilações dos colóquios. O Secretário de Estado, apesar da sua boa vontade, não está ainda entrosado com os problemas educacionais (e pode, aliás, ser substituído de um dia para outro, como êle próprio me disse). A sua presença neutraliza, por outro lado, qualquer elemento com vocação de liderança (como parece ser o caso de Dona Elina).

5.2. Como na maioria dos Estados pouco desenvolvidos, o sistema educacional fica na dependência da Secretaria de Educação, não havendo lugar (por enquanto, mas talvez os GROSE pudessem atuar nesse campo) para uma ação relativamente autônoma do C.E.E.

5.3. As potencialidades de melhoria do sistema educacional, em decorrência dos GROSE, são todavia amplas, e bastará que surja um elemento cristalizador, até março ou no decorrer dos próprios GROSE, para que se atualizem. Com efeito, verificam-se:

- grandes necessidades;
- uma taxa já razoável de crescimento, e um mínimo de diferenciação do sistema educacional (à diferença do que acontece no Acre ou em Rondônia, por exemplo), permitindo que tais carências sejam levadas na devida consideração, com vontade e possibilidades efetivas de saná-las.

5.4. Os pontos estratégicos para os quais os GROSE deveriam despertar a atenção são, a grosso modo, os mesmos do Piauí: necessidade da continuidade do sistema educacional e da sua integração às exigências do desenvolvimento sócio-econômico; possibilidades, sem grandes despesas, de novas melhorias qualitativas, nos ensinos primário (a muito curto prazo) e médio (a prazo maior, porém mais curto do que o necessário no Piauí, por exemplo).

Não falei do ensino superior. Troquei algumas idéias com os professores deste nível presentes na palestra de apresentação dos GROSE, mas não tive tempo de entrar no mérito do projeto de criação da universidade maranhense, por reunião de estabelecimentos públicos (federais) e particulares (idéia inédita no Brasil), nem de manter um encontro com o Sr. Josué Montello, membro do C.F.E., que acabava de chegar à São Luiz especialmente para debater as linhas diretrizes dessa estruturação. Acredite que os problemas relativos ao corpo docente não devem ser muito diferentes dos existentes nos Estados pouco desenvolvidos: o que faz com que o ensino superior só poderá deslanchar quando houver realmente necessidade dele. Mas, no caso do Maranhão, essa exigência se afirma muito mais próxima do que em outros lugares, em razão, simultaneamente:

- da demanda, atual ou potencial, já muito importante (há 110 cursos de ensino médio no Estado);
- do crescimento maciço dessa demanda daqui a alguns anos, em decorrência da criação dos novos ginásios (ou seja, dos novos colégios que vão implicar em breve);

- das necessidades objetivas da região, em função do próximo plano quadrienal, em particular no referente a:

- a) escolas superiores agrícolas e veterinárias;
- b) técnicos de nível intermediário (do tipo formado na França pelos "Instituts Universitaires de Technologie"), indispensáveis ao crescimento e à melhoria de algumas indústrias de transformação (farinha de peixe, tratamento das madeiras, das carnes de exportação, etc ...).

Acho, por essas últimas razões, que seria conveniente que um ou outro jovem de ensino superior científico participasse aos CROSE.

5.5. Parece-me que o responsável local pelos CROSE devia ser a Prof^o Elima de Figueiredo de Almeida Silva, inspiradora da maior parte das idéias expostas em 2.

5 outros participantes:

- 1 representante do ensino superior, de preferência, também, membro do C.E.E.;
- 1 representante do ensino médio (que poderia ser o Prof. Ronald Carvalho, Vice-Diretor da Escola Técnica Federal de São Luiz, que manifestou interesse particular pelos CROSE;
- 1 Supervisora, que podia ser a Supervisora-Chefe;
- A Diretora do Departamento Administrativo;
- 1 elemento da turma de planejamento.

Haveria evidentemente de remodelar esse esquema, caso o Secretário (que até o momento não parece muito interessado), ou seu eventual sucessor, decidisse participar.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.

M. Derrun

ESTADO DO MARANHÃO - LISTA DOS ANEXOS

- ANEXO I: - Relação das pessoas que participaram da palestra do Prof. MICHEL DEBRUN no Conselho Estadual de Educação.
- Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação.
- ANEXO II: - Lei de Estruturação da SUDEMA
- ANEXO III: - Convênio SUDENE - USAID - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE SERVIÇO PÚBLICO - para melhoramento das práticas administrativas governamentais dos Estados do Nordeste.

ESTADO DO MARANHÃO - ANEXO I

Relação das pessoas que participaram da palestra do Prof. MICHEL DEBRUN
no Conselho Estadual de Educação.

Dr. JOSÉ SERRÃO - Presidente da Associação Médica Maranhense
Prof. da Faculdade de Medicina.

Dr. PEDRO NEIVA DE SANTANA - Secretário de Finanças
Prof. da Faculdade de Medicina.

Ten. Cel. JOSÉ SALES DE ANDRADE SOUZA - Secretário de Educação

Dra. ELIMAR FIGUERÊDO DE ALMEIDA SILVA - Diretora do Departamento de Educação

Prof. DOMINGOS VIEIRA FILHO - Diretor do Departamento de Cultura

Prof^a. ROSÁRIO NINA DE ARAUJO COSTA - Diretora do SENAC

Dr. JOSÉ M. MARTINS - Diretor da Faculdade de Filosofia

Prof. RONALD CARVALHO - Vice Diretor da Escola Técnica de São Luís

Dra. DAGMAR DESTÊRRO E SILVA - Prof^a. da Faculdade de Filosofia

Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação:

OTÁVIA PEREIRA - Assistente Social

DIOMAR DAS GRAÇAS NOTTA - Supervisora de Ensino

MARIA JOSÉ MERCÊS FARIAS - Prof. com Curso de Capacitação Educacional

ZELIRA CUTRIM - Curso de Pesquisas Educacionais

Dra. LUZERIA MATTA ROMA BRASIL NOGUEIRA - Prof. da Faculdade de Filosofia e
do Instituto de Educação com o curso de Orientação
Pedagógica.

SOCORRO NINA - Supervisora Chefe

ESTADO DO MARANHÃO - LISTA DOS ANEXOS

- ANEXO I: - Relação das pessoas que participaram da palestra do Prof. MICHEL DEBRUN no Conselho Estadual de Educação.
- ANEXO II: - Lei de Estruturação da SUDEMA
- ANEXO III: - Convênio SUDENE - USAID - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE SERVIÇO PÚBLICO - para melhoramentos das práticas administrativas governamentais dos Estados do Nordeste.

ESTADO DO MARANHÃO - ANEXO I

Relação das pessoas que participaram da palestra do Prof. MICHEL DEBRUN
no Conselho Estadual de Educação.

Dr. JOSÉ SERRÃO - Presidente da Associação Médica Maranhense
Prof. da Faculdade de Medicina.

Dr. PEDRO NEIVA DE SANTANA - Secretário de Finanças
Prof. da Faculdade de Medicina.

Ten. Cel. JOSÉ SALES DE ANDRADE SOUZA - Secretário de Educação

Dra. ELIMAR FIGUERÊDO DE ALMEIDA SILVA - Diretora do Departamento de Educação

Prof. DOMINGOS VIEIRA FILHO - Diretor do Departamento de Cultura

Prof.^o ROSÁRIO NINA DE ARAUJO COSTA - Diretora do SENAC

Dr. JOSÉ M. MARTINS - Diretor da Faculdade de Filosofia

Prof. RONALD CARVALHO - Vice-Diretor da Escola Técnica de São Luiz

Dra. DAGMAR DESTÊRRO E SILVA - Prof.^o. da Faculdade de Filosofia

OTÁVIA PEREIRA - Assistente Social

DIOMAR DAS GRAÇAS MOTTA - Supervisora de Ensino

MARIA JOSÉ MERCÊS FARIAS - Prof.^o. com Curso de Capacitação Educacional

ZELIRA GOTRIM - Curso de Pesquisas Educacionais

Dra. LUZERIA ROMA BRASIL NOGUEIRA - Prof.^o. da Faculdade de Filosofia e do
Instituto de Educação com o curso de
Orientação Pedagógica.

SOCORRO NINA - Supervisora-Chefe

Nº 401

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE
Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Arquivo - 14
CTH
10.2.67

MEMORANDUM

Assunto: Organização dos CROSE. ESTADO DE SÃO PAULO

1. ITINERÁRIO

Estive em São Paulo, organizando os CROSE, entre os dias 22 e 24 de janeiro corrente.

2. ENCONTROS

Encontrei com o atual Secretário de Educação do Estado Prof. Carlos Pasquale e com funcionários dessa dependência. Também expliquei a organização dos CROSE na Câmara de Ensino Primário e Médio do Conselho Estadual e, depois, ao Conselho reunido em sessão plenária (v. lista dos Conselheiros e dos Conselheiros presentes na reunião - Anexo A).

Visitei o Prof. Mário Azanha, diretor encarregado do Centro Regional de Pesquisas, e o Dr. João de Deus Cardoso de Melo, Vice-Reitor da Universidade Mackenzie.

O futuro secretário de Educação do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Barros de Ulhoa Cintra assistia à reunião plenária do Conselho.

Os reitores da Universidade Católica e da Universidade de São Paulo encontravam-se numa reunião de reitores no Rio de Janeiro e será necessário informá-los sobre a organização dos CROSE, em carta separada.

3. MATERIAL DISTRIBUÍDO

Deixei exemplares do programa completo dos CROSE aos Drs. Pasquale e Cintra, ao Presidente do Conselho, Dr. Arnaldo Laurindo (2 cópias), e uma cópia à Prof.^a Lourdes Britto Pereira. O Prof. Mário Azanha já tinha um exemplar.

4. MATERIAL RECOLHIDO

Pelos ofícios nº 380, de 19 de janeiro de 1967 e nº 404, de 30 de janeiro de 1967, tive a satisfação de fornecer, ao senhor Coordenador dos CROSE, as informações pertinentes à operação dos serviços educacionais do Estado de São Paulo.

5. LISTA DE PARTICIPANTES

A Prof.^a Lourdes Britto Pereira está elaborando uma lista de participantes dos CROSE, a qual sujeitará aos Drs. Pasquale e Cintra, ao Presidente do Conselho Estadual e aos reitores.

6. COORDENAÇÃO

O C.R.P.E. de São Paulo deveria encarregar-se das funções coordenadoras, através da criação de um órgão coordenador competente, particularmente importante naquele Estado.

Falei a êsse respeito com o Dr. Azanha, diretor do Centro, que assinalou o seguinte:

O Centro poderá, provavelmente, responsabilizar-se pela organização local dos CROSE, porém:

a. Não dispõe de local para reuniões plenárias. A Universidade poderia oferecer a sala.

b. O transporte dos conferencistas e dos participantes dos CROSE poderá ser providenciado, se tiver os meios financeiros para pagar aos motoristas as horas extraordinárias.

c. Assegurará os trabalhos de secretaria que se fizerem necessários, se tiver meios para pagar as horas suplementares.

d. Pode oferecer uma refeição aos participantes.

e. O Dr. Azanha não dispõe do tempo necessário para encarregar-se, pessoalmente, dos trabalhos de Coordenação.

f. De um modo geral, o Dr. Azanha não pode assumir a responsabilidade moral e financeira em nome do CRPE, ou nomear um coordenador, sem receber instruções específicas, por escrito, a esse respeito, por parte das autoridades competentes, isto é, do Senhor Diretor do INEP.

Os comentários do Dr. Azanha são muito lógicos, razão por que permito-me recomendar que o Dr. Mascaro forneça-lhe as instruções e autorizações apropriadas.

7. PROBLEMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO

O Estado dispõe de recursos consideráveis para o desenvolvimento do seu sistema educacional. Os fatores negativos são:

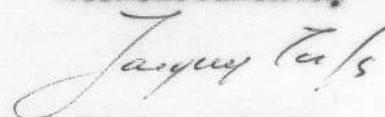
- a. Organização administrativa muito deficiente da Secretaria de Educação.
- b. Ausência de dados estatísticos básicos.
- c. Falta de planejamento.
- d. Falta de vagas: algumas escolas primárias urbanas operam com três turnos.
- e. O Sistema de pesquisas educacionais não tem relação com os maiores problemas da Secretaria.
- f. Proliferação inútil de Faculdades Regionais não planejadas.

Entre os fatores positivos, destaca-se o desejo do atual Governo de reformar as estruturas administrativas deficientes.

8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES

- a. O Dr. Pasquale deseja instruções e convites precisos a respeito de sua própria participação nos CROSE.
- b. O Dr. Pasquale considera que se deveria fazer um esforço especial no sentido de os CROSE se tornarem muito mais operacionais e alcançarem um número maior de pessoas.
- c. O Dr. Azanha também opina que os CROSE deveriam ser muito mais práticos e operacionais, e que, na sua forma atual serão muito custosos.

Atenciosamente,



Jacques Torfs

GOVÉRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Caixa Postal, 12.957 - São Paulo - Brasil

----- Sessão do CONSELHO PLENO - 23/1/67 -----
=====

FÔLHA DE PRESENÇA DOS SENHORES CONSELHEIROS
=====

1. Oswaldo Muller da Silva
- * 2. Honório Monteiro
- * 3. Alpínolo Lopes Casali
4. Antônio de Carvalho Aguiar
- * 5. Arnaldo Laurindo
6. Carlos Correa Mascaro
- * 7. Carlos Henrique Liberalli
8. Carlos Pasquale
- * 9. Mons. Emílio José Salim
- *10. Erasmo de Freitas Nuzzi
- *11. Esther de Figueiredo Ferraz
12. Flamínio Fávero
13. Laerte Ramos de Carvalho
14. Pe. Lionel Corbeil
15. I^a Maria I. Leme Monteiro
16. Miguel Reale
- *17. Nelson Cunha Azevedo
- *18. Paulo Gomes Romeo
- *19. Paulo Ernesto Tolle
20. Vespasiano Consiglio
- *21. Zeferino Vaz

=====

SUBSTITUTOS
=====

- * 1. Antônio Barros de Ulhôa Cintra
- * 2. Elisário Rodrigues de Sousa
- * 3. Theophilo Arthr de Siqueira Cavalcanti F^o
- * 4. Alfredo Gomes
5. José Salvador Julianelli

(*) Presentes

Nº 405

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

*Arquivado - M -
10.2.67
cedf*

Assunto: Ressarcimento de despesas

Senhor Coordenador,

De acôrdo com o que comuniquei a V.S.^a, através do Ofício nº 366, viajei para São Paulo, a serviço dos CROSE, em meu automóvel particular.

Assim sendo, passo às suas mãos os comprovantes das despesas seguintes:

1.	Lubrificação - PÔSTO DE GASOLINA ESPLANADA DO CASTELO LTDA	Cr\$ 12.000
2.	Gasolina - PÔSTO MOTEL QUATRO ESTRELAS - Via Dutra	Cr\$ 5.700
3.	Gasolina - PÔSTO ESSO RESENDE	Cr\$ 13.150
4.	Estacionamento - ESTACIONAMENTO VERÍSSIMO	Cr\$ 16.000
5.	Gasolina - PÔSTO DE SERVIÇO "IMARÉS" LTDA	Cr\$ 15.400
6.	Gasolina - PÔSTO ESSO RESENDE	Cr\$ 13.300
	Total	Cr\$ 75.550

Agradeço, antecipadamente, a V.S.^a as providências no sentido do ressarcimento dêsses gastos.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

Cópias: Dr.Mascaro/Mr.Howe/ UNESCO/Torfs/Arquivo

Nº 400

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967

Aos Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Lista dos participantes dos CROSE de Sta Catarina.

Senhor Coordenador,

Por ocasião de minha última viagem a Sta Catarina, pedi aos altos funcionários de sistema educacional daquele Estado que me fornecessem uma lista de pessoas que pudessem participar dos CROSE.

Não recebi qualquer resposta e acho que, na realidade, será muito difícil obter uma lista completa por parte da Secretaria de Estado de Sta Catarina, uma vez que esse órgão não deseja falar ou atuar em nome das demais organizações educacionais de Estado.

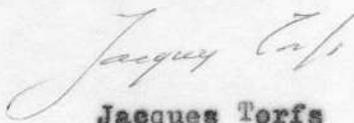
Em consequência, permito-me apresentar a seguinte lista de candidatos, que, de acôrdo com as pessoas com quem me encontrei em Florianópolis, têm ou terão grandes responsabilidades no desenvolvimento do sistema educacional de Estado:

1. Prof. Galileu Craveiro de Amorim - Secretário de Educação.
2. Prof. Cândido Goulart - Diretor do Departamento de Educação da Secretaria.
3. Prof. Orlando Ferreira de Melo - Presidente do Conselho Estadual e Diretor da Fundação Educacional de Santa Catarina.
4. Dr. Ennes Gualberto - Secretário Geral do Gabinete de Planejamento.

5. Dr. Oswaldo Ferreira de Mele - Diretor da Faculdade de Educação.
6. Prof. Sílvio Coelho dos Santos - Diretor Assistente do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, que seria o Coordenador dos GROSE em Sta Catarina.
7. Dr. Hoyedo G. Lins, assessor principal do Gabinete do Planejamento.
9. Prof. Alcides Abreu - especialista em problemas de mão-de-obra, nacionalmente conhecido.

Faltaria apenas, para completar a lista, um candidato nomeado pela Universidade Federal, cujo nome poderia ser solicitado através de uma carta apropriada ao Reitor daquela Universidade.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

cc.

Dr. Carlos Correa Mascaro ✓
Diretor do INEP

Mr. John Howe
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

UNESCO

Prof. Jacques Torfs

Arquivo

Nº 399

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos GROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

*Requib. 127
10.2.67
cdl*

Assunto: Preparação dos GROSE. Visita a João Pessoa - Paraíba.

Senhor Coordenador,

Viajei de Natal a João Pessoa no dia 12 de janeiro corrente. Não encontrei o Secretário de Educação ou os demais membros do Conselho de Educação e pareceu-me, conseqüentemente apropriado encurtar minha visita e pedir pessoalmente a V.S.^a, como o fiz em Recife, encarregar-se da preparação dos GROSE no Estado da Paraíba.

Tive interessante conversa com o Prof. Francisco Alde, da Secretaria, o qual me forneceu as seguintes informações:

a. A situação educacional do Estado vinha sendo muito complicada até o ano de 1965, devido aos níveis salariais excepcionalmente baixos: os professores leigos ganhavam Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros) por mês; os professores primários normalistas Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) por mês e os professores secundários Cr\$ 70.000 (setenta mil cruzeiros). Esta situação foi parcialmente retificada e os salários atuais são de Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros), Cr\$ 85.000 (oitenta e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 320.000 (trezentos e vinte mil cruzeiros), respectivamente.

b. Este melhoramento foi possível porque, nas condições atuais, quase todos os programas de construção escolar, treinamento, pesquisas são feitos mediante a utilização de fundos provenientes do MEC, da SUBENE e da USAID.

A quase totalidade do orçamento de 1967, ou seja, 9 bilhões de cruzeiros, poderá ser utilizada para pagar salários dos professores e do pessoal administrativo.

c. Os custos de construção das escolas são notavelmente mais altos que no Estado de Ceará e atingem a Cr\$ 60.000 por m² para as escolas primárias urbanas. Não são superiores para as escolas de nível médio.

Atenciosamente,

Jacques Terfs

Jacques Terfs

cc.

Dr. Carlos Correa Mascaro ✓
Diretor do INEP

Mr. John Howe
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

UNESCO

Prof. Terfs

Arquivo

Nº 404

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1966

*Arquivo-12
ccdl
12.2.67*

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes,
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs,
Membro da Comissão dos CROSE

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem, a serviço dos CROSE, em São Paulo:

Anexo nº 1 - Custo de aluno no ensino primário (2 exemplares)

Anexo nº 2 - Delegacias de Ensino Elementar da Capital
Despesas com o Pessoal do Ensino em Agosto de
1966 (3 exemplares)

Anexo nº 3 - Membros do Conselho Estadual de Educação (1 e-
xemplar)

Anexo nº 4 - Conselho Estadual de Educação - 146ª Sessão do
Conselho Pleno - 23 de janeiro de 1967 - (1 e-
xemplar)

Atenciosamente,

Jacques Torfs

JACQUES TORFS

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro, ✓
Diretor do INEP

Mr. John Howe, Chefe da
Missão da UNESCO no Brasil

UNESCO

M. Torfs

Arquivo

CROSE



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 430

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967

Ao: Prof. Carlos Correa Mascaro

Diretor do INEP

Do: Prof. Paulo de Almeida Campos

Membro da Comissão dos CROSE

*Ciente
Augusto - M
C. H. S.*

Senhor Diretor,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe uma cópia do relatório de minha viagem ao Rio Grande do Sul, nº 428.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os protestos de minha distinta consideração.

Paulo de Almeida Campos

Prof. Paulo de Almeida Campos

Nº 428

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1967

Ao: Prof. Darneval Trigueiro
Coordenador dos GROSE

Do: Prof. Paulo de Almeida Campos
Membro da Comissão dos GROSE

Assunto: Relatório de viagem

Senhor Coordenador,

Ao retornar da viagem que empreendi dia 10 de janeiro último a Porto Alegre, para contactos preliminares junto a autoridades educacionais do Rio Grande do Sul, visando à realização dos GROSE, venho apresentar-lhe rápido relatório das providências de que me desincumbi na condição de um dos membros da Comissão dos COLÓQUIOS REGIONAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO.

I - Autoridades com que mantive contacto.

1. Padre José Carlos Nunes - Presidente do Conselho Estadual de Educação, e duas de suas auxiliares: Prof.ª Cleci Mayer, Chefe de Assessoramento e Prof.ª Guiomar Reis Loureiro, Secretária do Conselho.

Em nossa reunião, pude avaliar o alto grau de receptividade demonstrado pelo Padre Nunes, quanto aos GROSE, prontificando-se a uma colaboração por parte do Conselho Estadual de Educação. Mostrou-se o Presidente interessado em conhecer não só as linhas gerais mas até mesmo minúcias relativas ao trabalho dos GROSE, que considerou muito oportuno, no que tange a um balanço da realidade educacional brasileira e conhecimento de certas diretrizes que devam ser firmadas para a solução dos problemas maiores.

Como se encontrasse naquele momento em Brasília, para uma reunião convocada pelo Diretor do INEP, o então Secretário de Educação, não pude falar-lhe. Em consequência, Padre Nunes tentou, por solicitação mi

nha, um contacto com o Secretário de Educação que, convidado pelo Governador eleito, deveria assumir a 31 de janeiro. Infelizmente, o futuro Secretário, Dr. Luiz Lessegueur de Faria, que é professor universitário, estava de partida para o interior, e não nos pôde receber.

2. Prof. José Carlos Fonseca Milano - Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De mesmo modo que quanto ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, igualmente foi muito compensadora a visita por mim feita ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, que inclusive admitiu que determinados assuntos a serem tratados pelos GROSE - economia da educação, planejamento educacional e ensino superior -, motivariam de modo especial o interesse de significativa parcela do professorado universitário, especialmente da Comissão de Planejamento da Universidade, além dos Departamentos de Sociologia e de Educação da Faculdade de Filosofia.

3. Prof.^o Odiles Fonseca Pereira e Dr. Edmundo C. Marques - Assessores do Diretor (ausente de P. Alegre) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP.

Por que se encontrasse em Brasília o Prof. Álvaro Magalhães, Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, entendi-me com dois de seus auxiliares - Prof.^o Odiles e Dr. Edmundo, a quem fiz entrega de uma pasta contendo a documentação dos GROSE, solicitando-lhes divulgação, na imprensa local, dos propósitos dos COLÓQUIOS, e que transmitissem ao Dr. Álvaro tôdas as informações que eu lhes acabava de fornecer.

4. Prof.^o Antonieta Barone - Diretora do Serviço de Educação Artística da Secretaria de Educação e Cultura.

Considerando antigo conhecimento pessoal com essa ilustrada educadora gaúcha - que integrou em 1956 a delegação do Brasil a Conferências de Educação em Lima, Peru -, procurei ouvi-la a respeito da Secretaria de Educação. A Prof.^o Barone, confirmando observação já feita pelo Presidente do Conselho, contraindicou contactos outros naquela Pasta, que não o próprio Secretário, ora ausente. A Secretaria de Educação vivia clima que não ensejaria entendimento frutífero, inclusive porque, com a próxima posse do nôvo Governador, deveria ter substituídos seus principais diretores.

5. Prof. Jorge Alberto Furtado.

Transmiti a êsse professor, o convite que lhe mandava fazer o Prof. Durmeval Trigueiro, para desincumbir-se de uma palestra sobre o "ensino de grau médio", não secundário.

II - Local de realização dos GROSE e elemento de articulação.

Dos entendimentos havidos com o Presidente do Conselho de Educação, com o Reitor da Universidade Federal e elementos da Secretaria

de Educação, considero que o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP deverá ser a sede dos GROSE em Pôrto Alegre, e seu Diretor o nosso elemento de ligação naquela capital.

III - Entidades a serem convidadas diretamente pelo INEP.

Da minha visita a Pôrto Alegre, entendo que deverão ser convidadas diretamente pelo Diretor do INEP para participação dos GROSE:

a. Irmão José Otão - Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre.

b. Dr. José Mariano da Rocha Filho - Reitor da Universidade de Santa Maria, R.G.S.

IV - Considerações finais.

Considerando a existência de duas Universidades em Pôrto Alegre, além de uma no interior do Estado, e de vários organismos de expressiva atuação na capital e na região sul - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, Comissão de Planejamento da Universidade Federal, Conselho de Pesquisas da Universidade Federal, Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, SENAC, SENAI, Inspeção Seccional do Ensino Médio do MEC e outros -, seria de grande alcance que a capital gaúcha fôsse sede de 4 semanas dos GROSE.

Minha estada em Pôrto Alegre compreendeu os dias 10 (chegada), 11, 12 e 13 de janeiro, havendo regressado dia 14.

Da oportunidade, sirvo-me para apresentar-lhe, Senhor Coordenador da Comissão dos GROSE, os protestos de grande apreço pessoal.


Prof. Paulo de Almeida Campos

*Aguardar
PSC*

Nº 429

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1967

De: Prof. Paulo de Almeida Campos
Membro da Comissão dos GROSE

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos Coléquios Regionais sôbre Organização
dos Sistemas de Ensino - GROSE

Prezado Senhor Coordenador,

Tenho a honra de comunicar-vos que após minha estada na cidade de Pôrto Alegre, a serviço dos GROSE, nos dias 10, 11, 12 e 13 de janeiro do corrente ano, retornei ao Rio de Ônibus, viajando durante os dias 14 e 15.

Assim sendo, estou devolvendo ao INEP o bilhete da passagem de volta nº 351950, emitido por Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A.

Em consequência, tenho a honra de solicitar-vos que o numerário de Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros velhos), por mim recebido como suprimento para viagem, seja transformado em seis (6) diárias, processado e necessário encontro de contas.

Aproveite a oportunidade para renovar-vos os protestos de grande estima e elevado apreço pessoal.

Paulo de Almeida Campos

Paulo de Almeida Campos

Membro da Comissão dos GROSE

*Trigueiro
CC de N*

Rio de Janeiro, 8 de março de 1967

Nº 459

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

De: Dr. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos CROSE

Sr. Diretor,

Estando afinal delineado o programa dos CROSE, segundo os objetivos que o inspiraram, venho submetê-lo à apreciação de V.Excia., juntamente com alguns dados e perspectivas que me parecem essenciais ao êxito deste empreendimento.

I. Os CROSE (Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas de Ensino) se prendem a duas conseqüências extremamente importantes da Lei de Diretrizes e Bases: a descentralização da política educacional, de que resultou a criação de vinte e dois sistemas estaduais de educação, em lugar do antigo sistema único, comandado artificialmente pelo MEC; e a nôvo caráter imposto às atividades deste.

II. Contudo, a salutar autonomização dos sistemas estaduais, que lhes permite o esforço criador autêntico, em vez da simples e mecânica repetição dos clichês recebidos do MEC, não pode efetivar-se sem a colaboração técnica que incumbe a este oferecer aos Estados. Faltam aos sistemas estaduais quadros técnicos na quantidade e com a aptidão suficiente para assumirem responsabilidades que nunca antes tiveram. Situação análoga, por exemplo, à dos jovens países africanos, em busca desesperada de quadros para a direção eficiente de suas atividades. A nosso favor, em tal confronto, vale ressaltar que os vinte e dois sistemas convivem dentro da unidade nacional, sendo perfeitamente possível uma política baseada neste postulado: mobilizar os melhores, estejam onde estiverem, para juntos, em equipe e

sob forma sistemática, oferecerem assistência aos Estados menos desenvolvidos, ou aos setores ainda esperrados da educação - em qualquer Estado, ou mesmo no sistema federal.

III. Essa é, de resto, a nova função dos vários departamentos e serviços do MEC. Procurando situar-se adequadamente na nova sistemática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, o INEP, por iniciativa do Prof. Carlos Pasquale, seu Diretor na época, e ao cabo de estudos que tiveram a colaboração de vários educadores qualificados, entendeu que a mais apropriada forma de exprimir-se eficazmente a atuação do INEP, segundo o espírito da Lei, seria a cooperação técnica nos moldes afinal consubstanciados nos CROSE.

IV. Que representam esses Colóquios? quais os seus objetivos? como estão organizados? quais as suas implicações e efeitos?

A. O que representam

Os CROSE significam a presença de uma equipe de educadores e especialistas de alto nível, junto a cada Estado, realizando aquilo que se vem pretendendo inutilmente fazer através de ofícios, relatórios e outros expedientes burocráticos; ou com reduzida eficiência, através de congressos e reuniões mais ou menos formais. Essas equipes vão realizar, por assim dizer, um trabalho artesanal, tomando problemas e soluções, não por palavras mas operativamente: na sua origem, na sua significação, e sobretudo, na maneira de fazer as coisas. Não se fará, por exemplo, uma conferência sobre estatística educacional; far-se-á a própria estatística com a participação dos elementos locais. A teoria comparecerá nesses encontros no seu justo papel, de assegurar princípios e critérios que servirão de apoio permanente à prática, evitando que esta se esgote no simples treinamento.

Os Colóquios também representam a possibilidade de recolher diretamente em cada Estado informação válida sobre o respectivo sistema educacional global e sobre os seus aspectos mais significativos. Nunca no Brasil foi utilizado um instrumento desse porte na coleta de dados indispensáveis à orientação do MEC: para que não continue, este, a agir abstratamente e, sim, a partir da experiência real em desenvolvimento em cada Estado.

B. O que pretendem

O objetivo fundamental dos CROSE é tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de educação. Depois de seis anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, que os instituiu, é muito tênue a sua realidade; basta atentar para a extrema debilidade dos Conselhos Estaduais de Educação, em alguns Estados praticamente inexistentes; e onde o Conselho Estadual não constitui um dos eixos do sistema, é sinal de que, aí, não funciona a Lei de Diretrizes e Bases. Com efeito, cabe aos Conselhos a elabora-

ção dos planos de educação nos Estados: onde vem sendo cumprido tão importante mandamento legal?

Para assegurar a real implantação dos sistemas estaduais, impõe-se que as idéias, fórmulas e soluções recebidas passivamente por cada Estado, seja do MEC, seja de outros Estados - por simples mimetismo - sejam perfeitamente conscientizados: só a partir dessa conscientização eles poderão saber se o que foi importado lhes convém, e, em caso afirmativo, como incorporá-lo à sua viva tessitura. Exemplo atual: os ginásios voltados para o trabalho; a solução é preconizada pelo MEC, que oferece amplos recursos financeiros para sua implantação; alguns Estados, contudo, usam a denominação nova sem nada alterar da velha substância do ensino médio; vale a pena? Cabe então a assistência técnica, não por meio de ofícios e relatórios, mas por aquele processo "artesanal" que constroi a idéia em cada lugar com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.

C. A organização

1. Histórico

Tendo em vista a necessidade de especialistas altamente categorizados, planejou o INEP a contratação de educadores brasileiros e a vinda de três peritos da UNESCO que são os professores Michel Debrun, Pierre Furter e Jacques Torfs. Os primeiros já se encontram no Brasil há mais de um ano; por dificuldades de ordem administrativa, só puderam entrar em ação nos trabalhos dos GROSE acêrca de quatro meses, quando se constituiu a Comissão mista que tenho a honra de coordenar. Entretanto, mesmo antes das atividades dos GROSE, os peritos estrangeiros colaboraram com vários setores de atividades educacionais, ligados ao próprio MEC, ao Ministério de Planejamento e às Secretarias de Educação de alguns Estados.

De acôrdo com o primeiro plano de trabalho, elaborado pela referida Comissão, os GROSE seriam regionais, podendo, assim, o conjunto deles transcorrer dentro de período de tempo mais curto. Chegamos, todavia, à conclusão, ao termo dos contatos que mantivemos, os membros da Comissão, com todos os Estados, com vistas à realização dos Colóquios, que o esquema estabelecido não seria o mais adequado aos objetivos que se pretendia alcançar. Impunha-se a realização de um Colóquio em cada Estado, permitindo a análise dos seus problemas sob a perspectiva das condições locais, e o contato com um grande número de administradores e técnicos que não seria possível deslocar para os centros regionais, previstos na hipótese anterior.

O nôvo esquema, da estadualização dos GROSE, sôbre ser mais eficiente, é mais econômico, já que suprime as despesas com as representações estaduais, fora das respectivas sedes.

2. Estrutura e métodos de trabalho

O programa em cada Estado terá a duração de 8 dias, e se desenvolverá, a largos traços, da seguinte forma:

a) Os dois primeiros dias serão dedicados ao levantamento da situação educacional do Estado. Depois de uma reunião conjunta com os administradores e técnicos mais qualificados e, depois, com o Conselho Estadual de Educação, os membros da equipe se dispersarão pelas diversos setores e serviços, segundo a especialidade de cada um, entretendo com os respectivos dirigentes e funcionários entrevistas que lhes permitam a análise, a crítica e as sugestões sabíveis, com a participação solidária dos dois lados. Com base nos dados colhidos, a Comissão fixará os temas prioritários, e as perspectivas com que devam ser abordados, na segunda parte do encontro.

b) Depois da sondagem acima referida, flexível, informal, deliberadamente despojada de parti-pris, virá a etapa mais sistemática, na qual confrontar-se-ão os dados oferecidos pela situação e as idéias propostas pela equipe ou por elementos locais: idéias inspiradas na própria realidade factual do Estado, a qual terá sido estudada pela equipe não só no período de abordagem, como na documentação selecionada para tal fim. Essa etapa desdobrar-se-á da seguinte forma: dois dias consagrados ao ensino primário e normal; um dia, ao ensino médio, nas suas várias modalidades; um dia, ao plano de educação do Estado, incluído no plano global do desenvolvimento deste, devendo participar dos estudos, os órgãos vinculados a tal setor; e o último dia, à organização da Secretaria e do Conselho Estadual de Educação, a qual deverá emergir de todas as etapas precedentes, uma vez que a constituição do órgão deve ajustar-se às funções que deve abrigar.

D. Implicações e efeitos

Não será apreendido o verdadeiro sentido dos CROSE sem a perspectiva de seus desdobramentos no futuro; por outras palavras: os oito dias dos CROSE não se destinam a resolver, mas a revolver; representam, antes de tudo, o desencadear de um processo que vai reclamar continuidade.

A eficiência dos Colóquios poderá ser imediata ou mediata, de acordo com a natureza de cada problema: para alguns a solução pode resultar do próprio encontro; para outros, não se poderá ir além de indicações, a modo de roteiros, entregues à boa vontade e ao dinamismo das administrações.

Sendo inevitável a projeção no futuro dos problemas suscitados nos CROSE e das soluções que eles apenas iniciam, terá o MEC de escolher o adequado instrumento de sustentação desses esforços, ou seja, a institucionalização de uma verdadeira política de assistência técnica aos sistemas estaduais de educação. De resto, falam todos, a começar pelo próprio MEC, da assistência que a este compete oferecer aos Estados; admite-se, às vezes ingenuamente, a existência de um estoque de técnicos à espera de serem

utilizados para essa tarefa. Para ilusão. As menções constantemente feitas à assistência técnica carecem de objetividade, simplesmente porque não existem os técnicos; ou melhor, são poucos os que existem e, estes mesmos, pertencem a categorias arcaicas, como é o caso dos técnicos de educação e dos inspetores de ensino. Por isso mesmo, a conclusão deste relatório é uma observação de senso comum: a necessidade de se instituírem: a) um novo sistema de cooperação técnica com os Estados, e b) novas categorias de especialistas em educação, moldados nas exigências da atualidade educacional brasileira. O desfêcho dos GROSE, entre várias alternativas, poderá ser - e esta é a minha sugestão final - a criação, no INEP, de uma escola de formação de especialistas de educação destinados, além de outros objetivos, às tarefas que competem ao MEC na perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases: pesquisa educacional e assistência técnica. O Ministério na versão nova deve representar a melhor inteligência dos problemas educacionais brasileiros, traduzida pela melhor técnica de resolvê-los.

Ao encerrar este relatório, desejo acenar a lucidez, presteza e objetividade com que V.Excia., na qualidade de Diretor do INEP, vem apoiando o trabalho da Comissão que tenho a honra de coordenar.

Atenciosas saudações

Durmeval Triguairó
Coordenador



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 385

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1967

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Prof. Michel Debrun
Membro da Comissão INEP/UNESCO

Senhor Diretor,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe as cópias dos seguintes documentos:

1. Ofício nº 358 - Aos Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos CROSE, relatando os resultados de minha visita ao Estado do Acre e ao Território de Rondônia, a serviço dos CROSE.
2. Ofício nº 382 - Dirigido ao Prof. Luiz Pereira, convidando-o a participar ativamente da 2ª semana dos Colóquios.
3. Ofício nº 383 - Dirigido ao Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, convidando-o a participar ativamente da 1ª semana dos Colóquios.
4. Ofício nº 384 - Dirigido ao Prof. Wilson Rodriguez, Secretário de Educação do Estado do Mato Grosso, comunicando-lhe a escolha de Cuiabá como sede do Grupo B e fazendo outras observações a respeito dos CROSE.

Muito atentiosamente,

Michel Debrun

Nº 358

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1966

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Colóquios Regionais sobre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Acre e no Território de Rondônia

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Território de Rondônia, do dia 15 ao dia 17 de mês de dezembro, e o Estado do Acre, do dia 17 ao dia 20, para apresentar o programa dos CROSE.

Tenho a fazer as seguintes observações:

1. Tive várias reuniões, muito concorridas e animadas, com os educadores das duas unidades, mas duvido que estas tenham alcançado o mínimo de take-off educacional, que tornaria os CROSE realmente proveitosos. O pouco número de pessoas - não digamos qualificadas no campo da educação, mas aspirando a tal qualificação, e tendo capacidade para tanto -, bem como o aspecto ainda essencialmente político (em termos de política local) das nomeações de administradores e professores, deixa problemática a possibilidade de uma racionalização dos sistemas educacionais, em decorrência dos CROSE.

2. Não que toda e qualquer racionalização seja, em princípio, impossível: o excelente trabalho lá desenvolvido pelas equipes do PATE (Programa de Assistência Técnica em Educação) X de INEP, a cargo de CRPE de São Paulo, sob a coordenação de Prof. José Mario Azanhas, prova o contrário. Tais equipes, sob a direção de Prof. Getúlio Zaina (Rondônia), e João Franzolin Neto (Acre), se têm dedicado, com êxito, a tarefas operacionais da mais diversa ordem:

- melhoria do rendimento da "turma de administração" da Divisão de Educação (não há Secretaria de Educação) de Rondônia, graças à ação das professoras Elizabeth Casagrande, Maria Aparecida da Cunha, Maria Fernandes Neves, Izar Garcia de Andrade; o serviço de estatísticas educacio-

nais, em particular, foi completamente reorganizado; um novo organograma da Divisão de Educação foi proposto e aceite (deverá mandá-lo, em breve, para a Comissão INEP/UNESCO);

- participação, em Porto Velho e Rio Branco, à organização dos cursos do PAMP (Programa de Aperfeiçoamento de Magistério Primário), para "leigos", em janeiro-fevereiro, e julho), sob a forma, simultaneamente, de redação de programas para esses cursos e de orientação dada às orientadoras pedagógicas e supervisoras encarregadas de ministrá-los. (Essas orientadoras e supervisoras, por sua vez, têm sido formadas, em geral, no DAP de Belo Horizonte, nos cursos de Colatina, e no último curso de CBPE de Rio);

- Em Rio Branco, o Prof. João Franzolin assume, praticamente, a chefia da Divisão de Ensino Primário. Tem dado grande apoio e impulso à atividade das orientadoras e supervisoras; suprime grupos escolares "fantasmas"; limitando ao máximo a interferência da política nas nomeações; constituindo um exemplo e um estímulo para os chefes das outras divisões da Secretaria de Educação.

A própria maneira, porém, de se processar a intervenção das equipes do PATE - intervenção não ditatorial, é verdade, mas de cima para baixo - evidencia que o que convém às duas unidades é, por enquanto, uma assistência direta do MEC. A pregação didática dos GROSE, além de equacionar inúmeras questões técnicas cuja maior parte nem se apresenta, em caráter concreto ou urgente, no Acre ou em Rondônia, encontraria poucos ouvintes realmente desejosos de prolongar as discussões no terreno prático. E as poucas pessoas que estariam capacitadas para participar aos colóquios dificilmente podem - por serem quer incipientes no magistério quer de pouco peso político - ser nelas incluídas.

3. Devemos ainda salientar que não há Conselho Estadual da Educação em Rondônia (tratando-se de um território - é verdade que o Governador determinou recentemente a criação de um organismo que deverá preencher finalidades semelhantes); e que o do Acre está funcionando em péssimas condições. Não existem, pois, os alicerces da estruturação de sistemas estaduais de educação autônomos, nos termos e no espírito da L.D.B.

Por todas essas razões os sistemas educacionais do Acre e de Rondônia não possuem, ainda, os requisitos mínimos que tornariam, desde já, a sua autonomização desejável, desejada e possível. Paradoxalmente, o crescimento e a diferenciação interna desses sistemas, que se constituem em precondições de tais motivações e possibilidades, não podem ser senão a carga

Nº 382

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Ao: Professor Luiz Pereira
Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT)
São Paulo

De: Professor Michel Debrun
Comissão INEP/UNESCO

Prezado Luiz Pereira,

O INEP vai promover, com a colaboração da UNESCO e a partir de março vindouro, "Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas Educacionais" (CROSE). Esses Colóquios terão uma duração de 4 semanas, e cada semana, correspondendo a um grupo de temas afins, será por sua vez reproduzida, sucessivamente, em quatro regiões do país. Cada semana se estenderá, assim, sobre um mês ou um mês e meio, conforme se trate de uma "pequena semana" (5 dias) ou de uma "grande semana" (9 dias). O conjunto de empreendimento levará um pouco mais de 5 meses (de 13 de março a 19 de agosto). Recomendamo-lhe a leitura do temário e do cronograma anexos.

A finalidade do projeto é proporcionar aos Estados e Territórios uma visão melhor do problema educacional brasileiro, levando-se em conta as diversidades regionais, a fim de facilitar uma racionalização dos seus sistemas educacionais, de acordo com o espírito de descentralização e autonomia presente na L.D.B.

Os CROSE consistirão de palestras (na parte da manhã), debates e apresentações de relatórios (na parte da tarde). Seus participantes (em número variável, conforme a importância do Estado ou Território: de 1 até 8) serão escolhidos nas seguintes faixas: membros dos Conselhos Estaduais, secretários e principais responsáveis das Secretarias de Educação, ou dos órgãos e serviços ligados às Secretarias (Centros de treinamento de magistério, serviços de supervisão ou orientação pedagógica, etc.).

Sugeri aos membros da comissão INEP/UNESCO que, no 1º dia da segunda semana (24 de abril em Porto Alegre, 8 de maio em Belém, 17 maio em Fortaleza, 29 de maio em Belo Horizonte) você, que é dono da matéria, fôsse convidado para fazer uma exposição sobre "Métodos e Técnicas da Pesquisa Sociológica", com aplicação específica ao campo educacional. Haveria de seguir, mas em termos muito flexíveis, o roteiro que eu elaborei (ver papel anexo, II,1,B). Essa palestra ligar-se-ia à que vou fazer sobre as áreas de pesquisa da sociologia da educação. Você, ou, eventualmente, outras pessoas ligadas à sociologia da educação nas diversas regiões alcançadas pelos GROSE - conduzirmos os debates da tarde (II,1,C).

Devo esclarecer que, além das passagens e da hospedagem, você receberia Cr\$ 100.000 pela redação da palestra, e mais Cr\$ 50.000 por apresentação - ou seja, no conjunto: $100.000 + (50.000 \times 4) = \text{Cr\$ } 300.000$.

Peço-lhe comunique-me em breve sua resposta (se possível antes do fim deste mês), a fim de que, se fôsse negativa (tomara não seja!), eu pudesse sugerir em tempo algum outro nome.

Sem mais, subscrevo-me, cordialmente,

Michel Debrun

Nota: independentemente de sua resposta escrita, você poderia telefonar-me, na parte da manhã ou na hora do almoço, para o CBPE (tels: 46-0889 e 46-9574), deixando o recado, caso eu não estivesse na hora.

Nº 383

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Aos Prof. Roque Spencer Maciel de Barros
Centro Regional de Pesquisas Educacionais
Dos Prof. Michel Debrun
Comissão INEP/UNESCO

Prezado professor,

O INEP vai promover, com a colaboração da UNESCO e a partir de março vindouro, "Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas Educacionais" (CROSE). Esses Colóquios terão uma duração de 4 semanas, e cada semana, correspondendo a um grupo de temas afins, será por sua vez reproduzida, sucessivamente, em quatro regiões do país. Cada semana se estenderá, assim, sobre um mês ou um mês e meio, conforme se trate de uma "pequena semana" (5 dias) ou de uma "grande semana" (9 dias). O conjunto do empreendimento levará um pouco mais de 5 meses (de 13 de março a 19 de agosto). Recomendamo-lhe a leitura do tomário e do cronograma anexos.

A finalidade do projeto é proporcionar aos Estados e Territórios uma visão melhor do problema educacional brasileiro, levando-se em conta as diversidades regionais, a fim de facilitar uma racionalização dos seus sistemas educacionais, de acordo com o espírito de descentralização e autonomia presente na L.D.B.

Os CROSE consistirão de palestras (na parte da manhã), debates e apresentações de relatórios (na parte da tarde). Seus participantes (em número variável, conforme a importância do Estado ou Território: de 1 até 8) serão escolhidos nas seguintes faixas: membros dos Conselhos Estaduais, secretários e principais responsáveis das Secretarias de Educação, ou dos órgãos e serviços ligados às Secretarias (centros de treinamento do magistério, serviços de supervisão ou orientação pedagógica, etc.).

Sugeri aos membros da comissão INEP/UNESCO que, nos 2º e 3º dias da primeira semana (17 e 18 de março em São Paulo; 4 e 5 de abril em Brasília; 11 e 12 de abril no Recife; 18 e 19 de abril no Rio) V.S.º (cujo livro "A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade" é uma de minhas chaves na interpretação da realidade brasileira) fosse convidado para apresentar:

- no 2º dia ("Panorama Histórico da Educação Brasileira"): I,2,A: "Evolução e Principais Correntes";
- no 3º dia ("Ideais e Realizações dos Pioneiros da Geração de 1930"): I,3,B: "Principais tendências".

Deixei, voluntariamente, bastante indecisos os roteiros dessas duas palestras, a fim de que V.S.º se sentisse mais à vontade para equacionar os temas. O essencial é que haja um mínimo de entrosamento com as palestras que eu farei nos mesmos dias (I,2,B e I,3,A). Nas tardes, conduzirmos, juntos, os debates em relação aos temas apresentados na parte da manhã.

Devo esclarecer que, além das passagens e da hospedagem, V.S.º receberia Cr\$ 100.000 pela redação de cada palestra, e mais Cr\$.. 50.000 por apresentação - ou seja, no conjunto:

I,2,A : 100.000 + (50.000 x 4) = 300.000 cruzeiros
I,3,B : 100.000 + (50.000 x 4) = 300.000 cruzeiros
Total : 600.000 cruzeiros

Peço-lhe que me comunique o mais breve a sua resposta (se possível antes do fim deste mês), a fim de que, se fôr negativa, eu possa indicar algum outro nome. Eventualmente, aliás, V.S.º poderia fazer sugestões nesse sentido.

Sem mais, subscrevo-me, cordialmente,

Michel Debrun

Nota: independentemente de sua resposta escrita, poderia V.S.º telefonar-me, na parte da manhã ou na hora do almoço, para o CBPE (tels: 46-0889 e 46-9574), deixando o recado, caso eu não estivesse na hora.

Nº 384

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Wilson Rodrigues
Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso

De: Prof. Michel Debrun
Membro da Comissão INEP/UNESCO

Prezado Professor:

Tenho o prazer de comunicar-lhe (mas o Sr. já se sabe, acredito, pelo Prof. Durmeval Trigueiro), que a cidade de Cuiabá foi escolhida como sede da 4ª semana dos GROSE, no Grupo B. Estaremos, pois, entre os Bororó e Xavantes, do dia 31 de julho ao dia 4 de agosto.

Mais algumas observações:

1. Sugeri que o Sr. fosse o responsável pelos GROSE no Estado do Mato Grosso, e gostaria que nos transmitisse, em breve, a sua resposta, afirmativa, acredito. Se considerar pesado demais esse ônus, peça-lhe o obséquio de indicar o nome de outra personalidade.

2. Mando-lhe o novo cronograma: houve modificações na 1ª semana, devido à realização da 3ª Conferência Nacional de Educação.

3. Poderia mandar-me os papéis que o Sr. e D. Léia Fonseca me prometeram? Insisto, em particular, sobre o novo organograma - que julguei muito funcional e suscetível de transplantação em outros lugares - da Secretaria e dos órgãos a ela ligados. Peça, também, os dados quantitativos sobre a situação educacional do Estado, nos graus primário e médio, bem como o plano de construções escolares (com indicações sumárias referentes aos materiais, tipos de construção, dimensionamento das unidades, etc.), elaborado pelo Sr. e apresentado ao Governo do Estado.

4. Sugiro que faça uma lista de 8 (oito) nomes (que encaixaria), indicando personalidades que, por um lado, teriam que assumir o compromisso de participar nas 4 semanas dos colóquios, e cujas possibilidades de atuação ulterior no campo educacional se afiguram boas, por outro lado. Nesta lista, a Comissão INEP/UNESCO escolheria, de cima para baixo, o número de pessoas finalmente considerado conveniente para o Estado do Mato Grosso (6, pelo que acredito, mas nada ainda foi decidido).

Aproveitando o ensejo para agradecer a acolhida que me proporcionou em Cuiabá, renovo a V.Sa. os protestos da minha mais alta consideração.

Michel Debrun

cc.

Prof. Mascaro
Diretor do INEP

Prof. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos GROSE

Prof. Pierre Furter
Membro da Comissão dos GROSE

Prof. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos GROSE

Prof. Paulo de Almeida Campos
Membro da Comissão dos GROSE

Missão da UNESCO

Arquivo

Durmeval M.
CCB

Nº 386

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1967

MEMORANDUM

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Rio Grande do Norte

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Rio Grande do Norte, a serviço dos CROSE.

1. Itinerário

Visitei Natal nos dias 11 e 12 de janeiro.

2. Encontros

Fui recebido pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Prof.^a Zilda Lopes e pela Diretora do Centro de Pesquisas Educacionais D. Anilda Menezes. O Secretário de Educação Sr. Jarbas Bezerra estava ausente.

Expliquei os objetivos dos CROSE a todos os altos funcionários da Secretaria de Educação e a todos os membros do Conselho Estadual reunidos numa seção plenária, sob a Presidência do Dr. João Wilson.

Visitei, também, o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Prof. Onofre Lopes da Silva.

3. Material distribuído

Entreguei ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e ao presidente do Conselho Estadual dois exemplares completos do Programa e Cronograma dos CROSE e distribuí várias cópias do Programa resumido aos membros do Conselho Estadual e ao Reitor da Universidade.

4. Material recolhido

Pelos ofícios 364 de 16/1/67 tive a honra de comunicar ao Senhor Coordenador dos CROSE toda a informação recolhida sobre os sistemas educacionais do Rio Grande do Norte.

Em anexo a esse memorandum o Sr. Coordenador encontrará:

Anexo A : Quadro dos diretores dos Serviços de Secretaria.

Anexo B : Relação da equipe técnica do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Anexo C : Lista dos membros do Conselho Estadual de Educação.

5. Lista de participantes dos CROSE:

A lista dos participantes dos CROSE foi discutida pelo Chefe do Gabinete da Secretaria com o Presidente do Conselho Estadual de Educação que recomendaram a seguinte distribuição:

a) representantes da Secretaria de Educação:

1. Secretário de Educação Dr. Jarbas Bezerra.
2. Chefe do Planejamento Dra. Eunice Correia da Costa.
3. Diretora do Centro de Pesquisas Anilda Menezes.
4. Chefe de Gabinete Zilda Lopes.

b) representantes do Conselho Estadual de Educação:

1. Dr. João Wilson, Decano da Faculdade de Economia da Universidade e Presidente do Conselho.
2. Dra. Maria Alexandrina Sampaio, Supervisora Chefe das Supervisoras.

c) representantes da Universidade: o Reitor Dr. Onofre Lopes da Silva ou a pessoa que terá a bem recomendar.

6. Coordenador

O Coordenador dos CROSE poderia ser o Chefe do Planejamento da Secretaria Dra. Eunice Correia da Costa, agora ausente, em viagem para Europa.

A professora Eunice C. da Costa foi recomendada por todas as pessoas com as quais tive maiores entendimentos tanto na Secretaria como no Conselho Estadual.

7. Problemas mais importantes e expectativas.

1. Os maiores problemas educacionais no R.G. Norte.

- a) Falta de planejamento: os altos funcionários da Secretaria de Educação e os membros do Conselho confirmam que o Conselho não tem meios técnicos e financeiros necessários para planejar.

Os funcionários da Secretaria acham que os planos deveriam ser feitos na Secretaria e apresentados ao Conselho para obter sua homologação.

Os membros do Conselho desejam obter ajuda financeira da União pela contratação de técnicos que poderão se dedicar à elaboração de planos.

- b) O planejamento universitário não responde a objetivos e necessidades calculados cientificamente e não passa de uma lista de despesas para a realização de objetivos fixados de maneira arbitrária.

- c) A estrutura administrativa da Secretaria de Educação é inadequada e não define nítida e logicamente as responsabilidades e autoridades de cada uma das direções.

Existe, também, uma confusão entre as atribuições normativas e executivas dos vários órgãos da Secretaria.

- d) Os membros do Conselho Estadual dedicam a maior parte de seu tempo a discussões bizantinas sobre regulamentações escolares ou temas menores de administração escolar que poderiam ser resolvidos facilmente pelos funcionários da Secretaria ou regulamentos gerais.

- e) E ainda, o sistema educacional do Estado sofre do número excessivo de professores leigos, de escolas de uma única sala, do excesso de professores do sexo feminino e do conservantismo das autoridades educacionais.

2. Fatores Positivos.

O Reitor da Universidade Federal está desenvolvendo com grande sucesso, a idéia da CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária).

Esta iniciativa parece muito interessante e merece ser apoiada.

8. Sugestões e observações.

A organização dos CROSE em Natal pode ser difícil porque a cidade dispõe, apenas, de um só hotel apropriado para receber os conferencistas e convidados, que é o Hotel dos Três Reis Magos, com uma capacidade de setenta aposentos.

A disponibilidade de conduções, também, é limitada. Estes aspectos deverão ser resolvidos com vários meses ou semanas de antecipação.

Sem mais pelo momento, subscrevo atenciosamente,

Jacques Torfs

Jacques Torfs
Perito da UNESCO

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro ✓
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

ANEXO A

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO DOS DIRETORES DOS SERVIÇOS

Nº	N O M E	F U N Ç Ã O	OBSERVAÇÃO
01	Zilda Lopes de Rêgo	Chefe de Gabinete	
02	Eunice Correia da Costa	Chefe Assessoria Planejamento	
03	Dr. Luciano Alves da Nóbrega	Diretor Serviço de Administração	
04	Maria Anilda de Menezes	Diretora do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais	
05	Ilma Diniz Mele	Diretora do Serviço Cultural	
06	Dr. Olave Sidrin	Diretor do Serviço de Atividades Complementares	
07	Iracema Brandão de Araújo	Inspetora da 1ª Inspetoria Regional de Ensino	
08	Maria José Fernandes	Inspetora da 2ª Inspetoria de Ensino - Mossoró	
09	Carmen Silvia Machado Nóbrega	Inspetora da 3ª Inspetoria de Ensino - Caicó	
10	Maria de Lourdes Cabral	Inspetora da 4ª Inspetoria de Ensino - Pau dos Ferros	
11	Vilma da FONSECA TINÔCO	Inspetora da 5ª Inspetoria Regional de Ensino - Angicos	
12	Francisca Ivaíta Guilherme	Inspetora da 6ª Inspetoria de Ensino - Santa Cruz	
13	Naide da FONSECA TINÔCO	Inspetora da 7ª Inspetoria de Ensino - Nova Cruz	

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO B

RELACÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

SECÇÃO	NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Secção de Orientação e Supervisão.	Maria Anilda de Menezes	Técnico em Educação	Curso em Educação Elemental E.E.U.U.	Atualmente na Direção do CEPE.
	Leonice de Medeiros Lima	Técnico em Educação	Chefe de Secção	Pré-Primário E.E.U.U.
	Rita Santos de Melo	Técnico em Educação	-	-
	Terezinha Garcia de Melo	Técnico em Educação	INEP	
	Nancy Gomes dos Santos	Técnico em Educação	INEP	
	Isôlda Trigueiro	Técnico em Educação	PABAE	
	Luzia Maria Tôrres	Técnico em Educação	INEP Pré-Primário	
	Elizete Cardoso do Nascimento	Professôra Primária	INEP Pré-Primário	À disposição do CEPE
	Maria do Socorro Rocha	Professôra Primária	PABAE	À disposição do CEPE
	Maria do Socorro Lopes	Professôra Primária	Artes Industriais	À disposição do CEPE
Maria Alexandrina Sampaio	Técnico em Educação	PABAE	À disposição da Comissão Bôlsas de Estudo	
Secção de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores.	Cleomar Cardoso Freire	Técnico em Educação	Especialista em Educação.	
	Jocy Edvalda da Costa	Técnico em Educação	Especialista em Educação.	
	Maria do Socorro de Souza	Técnico em Educação	Educação Elemental E.E.U.U.	
	Maria Elza Fernandes Sena	Técnico em Educação	Psicologia E.E.U.U.	Atualmente na SUDENE em Recife.
	Lenilza Grant de Oliveira	Técnico em Educação	-	Fazendo Bôlsa nos Estados Unidos.
	Alda Aldira de Araújo	Técnico em Educação	PABAE	À disposição da Comissão do Ensino Médio.

SECÇÃO	NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Secção de Pesquisas e Experimentação.	Ernani Silva	Técnico em Educação	Artes Industriais	À disposição do CEPE
	José Maria Pinto	Técnico em Educação	Artes Industriais	
	Margarida Cortez da Silva	Professora Primária	Especialista Educação	
	Zilda Lopes do Rêgo	Técnico em Educação	Pesquisas em Educação	À disposição do GABINETE.
	Edith Ferreira do Monte	Técnico em Educação	Pesquisas em Educação	À disposição do I.P.
	Inalda Medeiros	Técnico em Educação	Chefe de Secção Pesquisa em Educação	
Maria de Paula Souza	Técnico em Educação	-		
Secção de Iniciação à Ciências	Dione Moreira	Técnico em Educação	CECINE	-
	Maria das Neves Queiroz Soares	Técnico em Educação	INEP	-
	Maria Lúcia da Silva	Técnico em Educação	PABAEE	-
Secção de Recursos Audio-Visual	Maria Augusta da Fonsêca	Técnico em Educação	INEP	-
	Cleizimar Freire Luz	Desenhista	Curso Denho	-
	Maria Ozenita Cordeiro	Desenhista	Curso Desenho	-

ANEXO C

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS

Câmara de Leg. e Normas

- 1 - João Wilson Mendes Mélo
- 2 - Ulisses Celestino de Góes
- 3 - Jessé Dantas Cavalcanti

Câmara de Ensino Superior:

- 1 - Clevis Gonçalves dos Santos
- 2 - Odilon de Amorim Garcia
- 3 - Jessé Dantas Cavalcanti

Câmara de Ensino Médio

- 1 - Ney da Silva Gurgel
- 2 - Padre Mario Carlos Daurize
- 3 - Francisca N. Fernandes de
Oliveira

Câmara de Ensino Primário

- 1 - Maria Alexandrina Sampaio
- 2 - Dalva de Oliveira
- 3 - Lia Campos

SECRETARIA DO CONSELHO

Maria de Lourdes Silva de Medeiros - Secretária
Sueli da Silva Cavalcanti
Isabel Fernandes de Nascimento
Judith Amerim
Germana Filgueira Freire
Raimunda Pereira de Castro
Maria da Conceição de Medeiros
Alice Floréntino de Brito
Edmilson Jales Dantas
Pedro Silvino Pereira

*Arquivado
C.B.F.E.*

Nº 381

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes

Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs

Perito da UNESCO

Assunto: Apresentação de material.

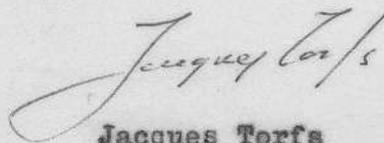
Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos, em anexo, os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem ao Ceará, a ser viço dos CROSE:

ANEXO Nº 1 : Cópia da Lei nº 6.322, de 16 de maio de 1963, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.

ANEXO Nº 2 : Cópia do Regimento do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará (Decreto nº 6865, de 8 de julho de 1965).

Atenciosamente,


Jacques Torfs

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro, ✓
Diretor do INEP
Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil
Mr. Torfs
UNESCO
Arquivo

*Arquivo - M
C. B. P. E.*

Nº 380

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos GROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: apresentação de material.

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos o seguinte material, recolhido quando de minha última visita a São Paulo, a serviço dos GROSE:

- ANEXO Nº 1 : Tabelas Explicativas da Receita e Despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 1966.
- ANEXO Nº 2 : Recenseamento Escolar do Estado de São Paulo - 1964. Publicação da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação - Comissão Estadual de Censo Escolar.
- ANEXO Nº 3 : REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - Estudos procedidos na administração do Professor Carlos Pasquale, titular da Pasta.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Mr. John Howe
Chefe da Missão da UNESCO

Mr. Torfs
UNESCO
Arquivo

ADDFE.
Carim. de
Cegl
19. 1. 67

Nº

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1966

Ao: Ex^{mo} Sr. Secretário de Educação do Estado do Paraná

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrza é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido esse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar esse contato no nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colóquios regionais.

Têm, pois, os CROSE, dois objetivos essenciais: 1) a elucidação mais ampla possível da Lei de Diretrizes e Bases, bem como da legislação e dos atos administrativos que a complementam; 2) a colaboração técnica do MEC com as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação dos Estados, no esforço que vêm realizando no sentido de atualizar os respectivos sistemas educacionais, de acordo com os imperativos do desenvolvimento nacional.

Tendo em vista a soma de encargos que esse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para esse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun, Pierre Furter e o economista Jacques Torfs.

Cabe-me, nesta oportunidade, apresentar a V. Ex^{ta} e Prof. Jacques Torfs, o qual foi encarregado pelo INEP de levar pessoalmente a V. Ex^{ta} e às demais autoridades educacionais desse Estado, uma visão mais detalhada de nossos objetivos, assim como de recolher todos os elementos de informação que possam assegurar objetividade aos nossos estudos. O referido professor poderá, igualmente, oferecer maiores esclarecimentos sobre o tema e o cronograma que acompanham este ofício, assim como sobre a forma de participação desse Estado.

Solicito a V. Ex^{ta} a gentileza de facilitar ao Prof. Jacques Torfs os contatos indispensáveis ao desempenho de sua missão, dentro do curto prazo de que dispõe.

Apresento a V. Ex^{ta}, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Nº 368

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1967

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes,
Coordenador Geral dos CROSE

De: Jacques Terfs,
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado de Ceará

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Ceará, a serviço dos CROSE.

1. Itinerário.

Visitei Pernambuco nos dias 9 e 10 de janeiro.

2. Encontros.

Fui recebido por Dr. Raimundo Girão, Secretário de Cultura, encarregado da Secretaria de Educação durante a ausência do titular, Dr. José Lucio Ferreira de Mele.

Expliquei os objetivos dos CROSE, ao Secretário e aos altos funcionários da Secretaria, a todos os membros do Conselho Estadual de Educação reunidos numa sessão plenária (ver a lista completa no anexo nº 1), e aos Professores Antonio Marques Filho, Francisco Nelsen Chaves e Fran Martins da Universidade Federal do Ceará.

3. Material distribuído.

Entreguei ao Secretário de Educação e ao Presidente do Conselho, dois exemplares completos do Programa e do cronograma dos CROSE, e distribuí várias cópias do programa resumido aos membros do Conselho e aos professores da Faculdade.

4. Material recolhido.

Peles Ofícios nº 363 e nº 381 tive a honra de comunicar ao Sr. Coordenador dos CROSE a informação recolhida sobre os sistemas educacionais do Ceará.

5. Lista de participantes dos CROSE.

Anexo a lista de participantes dos CROSE (anexo nº 2), tal como foi sugerida pelas organizações interessadas.

Um oitavo candidato, Dr. José Themio Bezerra, que dirige na Secretaria a construção escolar, parece-me ser muito mais qualificado que os demais candidatos para tirar o maior benefício dos CROSE, e, considero que a sua inclusão numa lista definitiva é muito recomendável.

6. Coordenador.

O Secretário de Educação titular, parece o candidato mais indicado para coordenar os CROSE no Estado de Ceará.

7. Problemas mais importantes e expectativas.

Os maiores problemas educacionais no Ceará são:

- a) falta de planejamento;
- b) insuficiência das verbas federais;
- c) número excessivo de professores leigos;
- d) número excessivo de escolas de uma única sala;
- e) falta de assistência técnica federal nos setores de estatística, organização e planejamento;
- f) mobilização exagerada de recursos financeiros e intelectuais para o sistema de ensino superior;
- g) conservantismo das autoridades educacionais que acreditam que todas as reformas não podem ser introduzidas rapidamente no meio cearense e que este meio tem problemas fundamentalmente diferentes dos demais Estados da União.

Aparentemente não existem muitos fatores positivos que possam modificar esta situação. As autoridades cearenses desejam obter alguma ajuda em planejamento educacional e acreditam que tal assistência pode

ser obtida através do grupo misto MEC/USAID de planejamento.

Desenvolve-se, satisfatoriamente, um programa de construções escolares urbanas.

Visitei, em Fortaleza, numerosas escolas primárias e secundárias bem planejadas e construídas. O custo de construção das escolas primárias é de Cr\$ 40.000/m² e o das escolas secundárias é de Cr\$ 67.000/m².

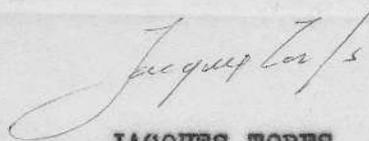
8. Sugestões e observações pessoais.

Tenho a impressão que o problema educacional será de solução mais difícil no Ceará e nos demais Estados do Nordeste que na região Sul da União, não tanto por falta de recursos ou de pessoal intelectualmente competente, porém, por razões de atitude intelectual, que parece essencialmente passiva. Em consequência, parecer-me-ia particularmente útil e importante promover um intercâmbio sistemático de técnicos válidos entre o Sul e o Nordeste.

Por razões de atitude, também, achei que seria necessário tomar medidas no sentido de treinar um número cada vez maior de professores rurais de sexo masculino. No ambiente rural do Nordeste as possibilidades ou desejos que pode ter uma professora de sexo feminino de modificar as situações existentes são muito limitadas por estritas tradições sócio-culturais.

Professores de sexo masculino provavelmente teriam melhores possibilidades de introduzir novos conceitos e reformas, que seriam mais facilmente aceitas pela população.

Atenciosamente,



JACQUES TORFS
Perite da UNESCO

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro, ✓
Diretor do INEP

Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil

UNESCO

Mr. Torfs

Arquivo

ANEXO 1

RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ.

JORGELITO CALS DE OLIVEIRA PE. - PRESIDENTE - Dir. Colégio Castelo Branco.
JOSÉ TEIXEIRA DE FREITAS - 1º VICE-PRESIDENTE - Prof. Faculd. Filosofia.
DÁRIO BATISTA MORENO - 2º VICE-PRESIDENTE - Prof. Ensino Secundário.
ALBERTO NEPOMUCENO DE OLIVEIRA PE. - Dir. Colégio Paulovvi (Secundário)
ALUÍSIO CAVALCANTE - Dir. Escola de Administração do Ceará.
ANTONIETA RABELO DE CASTRO ANDRADE - Prof. Primária
CYBELLE POMPEU SOUSA BRASIL - Prof. Secundária
ERNANDO UCHÔA LIMA - Dir. Colégio Leurenço Filho (Particular)
FRANCISCO ARAÚJO - Prof. Faculd. Medicina da Universidade
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES - Dir. de Ensino Secundário - Prof. Col. Militar
JOAQUIM DE FIGUEIREDO CORREIA - Prof. Esc. Administração - Deputado Federal
MARIA ANTONIETA CALS DE OLIVEIRA - Prof. Direito - Dept. de 1º grau da Secretaria de Educação.
ODILON AGUIAR FILHO - Prof. Escola de Administração.
ÍTALA QUEZADO SAMPAIO - Prof. Primária.

Fortaleza, 9 de janeiro de 1967

ANEXO 2

Participantes
dos CROSE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

1. Prof. JOSÉ LÚCIO FERREIRA DE MELO - Secretário de Educação
2. MARIA ANTONIETA CALS DE OLIVEIRA - Diretora do Departamento de Ensino de 1º Grau.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

3. Pe. JORGELITO CALS DE OLIVEIRA - Presidente do Conselho.- Diretor de Colégio Castelo Branco (Particular)
4. DÁRIO BATISTA MORENO - Professor de 2º Grau
5. FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES BASTOS - Diretor do Departamento de Ensino de 2º Grau.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

6. NELSON CHAVES - Prof. FRANCISCO NELSON CHAVES- Vice-Presidente da Comissão Central de Ensino.
7. Pe. FRANCISCO BATISTA LUZ - Diretor da Faculdade de Filosofia.

Recomendação de Jacques Terfs:

8. Dr. JOSÉ THEMIO BEZERRA - Diretor Construção Escolar.

Auguste-12
19. 1. 67
C. J. H. S.

Nº 365

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Férias

Senhor Coordenador,

Permito-me confirmar que, de acôrdo com os regulamentos da UNESCO e as autorizações que recebi dessa organização, entrarei em gôzo de minhas férias anuais, no período de 10 de fevereiro até 26 de março do corrente ano.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs
Perito da UNESCO

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

*Arquivo - ne,
19.1.67
CG*

Nº 366

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Despesas de viagem a São Paulo

Senhor Coordenador,

Para organizar os CROSE no Estado de São Paulo, tenho a intenção de viajar para esta capital, nos próximos dias 23 e 24 do corrente.

Desejo utilizar, para esse fim, meu automóvel particular. Em consequência, apresentarei oportunamente os comprovantes correspondentes às despesas efetuadas.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

Perito da Unesco

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

*Augusto M
19.2.67*

Nº 367

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Despesas de viagem ao Norte

Senhor Coordenador,

No dia 12 de janeiro do corrente ano, tive que viajar de Natal a João Pessoa para discutir a organização dos CROSE na Paraíba.

Devido a impossibilidade de arranjar passagem por via aérea ou de procurar uma condução oficial, por parte da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte, tive que alugar um carro particular o que custou Cr\$ 90.000 (noventa mil cruzeiros), de acordo com o recibo anexo.

Agradeceria suas instruções para que essa importância me fosse reembolsada.

No mesmo dia, viajei de João Pessoa a Recife, num automóvel da Secretaria de Educação da Paraíba.

Devolvo, em anexo, a passagem de transporte aéreo Natal-Recife, que não utilizei, e os bilhetes de passagem nº 351786 e 145047 da Cruzeiro do Sul que correspondem a minha viagem Rio-Portaleza, e regresso.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs
Perito da UNESCO

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

*aproveite
19.1.67
[Signature]*

Nº 363

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1967

Aos Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Dos Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos o seguinte material, recolhido no Estado do Ceará, quando de minha viagem a serviço dos CROSE:

1. ANEXO Nº 1 : CATÁLOGO GERAL - Universidade Federal do Ceará, 1966.
2. ANEXO Nº 2 : DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO CEARÁ (2 volumes) - publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará e pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural.
3. ANEXO Nº 3 : Planejamento para seis anos - 1961/1966 - Publicado pela Universidade do Ceará.
4. ANEXO Nº 4 : Pequena História do Ceará - de Raimundo Girão.
5. ANEXO Nº 5 : O UNIVERSAL PELO REGIONAL - Definição de uma Política Universitária - de Antônio Martins Filho.
6. ANEXO Nº 6 : Plano de Desenvolvimento - Universidade Federal do Ceará - 2 exemplares.

Atenciosamente,

[Signature]
Jacques Torfs

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

Nº 364

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos o seguinte material que recolhi quando de minha viagem a Rio Grande do Norte, a serviço dos CROSE:

1. ANEXO Nº 1 : REVISTA do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - nº 1 - agosto 1964.
2. ANEXO Nº 2 : REVISTA do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - nº 2 - janeiro, 1965.
3. ANEXO Nº 3 : REVISTA do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - nº 3 - setembro, 1965.
4. ANEXO Nº 4 : CRUTAC - Revista do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária - 3ª ed.
5. ANEXO Nº 5 : CRUTAC - Revista do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária - 4ª ed.
6. ANEXO Nº 6 : SISTEMA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO - Publicação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - 1966.
7. ANEXO Nº 7 : ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO - Lei nº 3.198, de novembro de 1964.

8. ANEXO Nº 8 : Publicação do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte contendo: Lei Federal nº 4.024, de 20-12-61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei estadual nº 2.768 de 9-5-62 - Dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação e Cultura. Lei estadual nº 2.983, de 13-11-63 - Modifica disposições da Lei 2.768. Decreto estadual nº 4.055, de 10-5-63 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação e Cultura.
9. ANEXO Nº 9 : UM DIA NO CRUTAC (Instantâneo do Trabalho de um Dia no CRN-1) - de Severino Brito.
10. ANEXO Nº 10: CRUTAC - Folheto explicativo do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária.
11. ANEXO Nº 11: CRUTAC - Boletim Informativo - nº 1 - dezembro de 1966.
12. ANEXO Nº 12: Quadro dos Diretores dos Serviços da Secretaria de Estado de Educação e Cultura
13. ANEXO Nº 13: Regulamento da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.
14. ANEXO Nº 14: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte , de 29 de dezembro de 1966, contendo a Lei nº 3.407 de 17 de novembro de 1966.

Atenciosamente,



Jacques Torfs

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

Nº 354

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1967

Ao: Dr. Durneival Trigueiro Mendes
Coordenador dos Colóquios Regionais de Organização
sobre Sistemas de Ensino (CROSE)

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Paraná

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Paraná, a serviço dos "CROSE":

1. VISITA A CURITIBA - Paraná

Visitei Curitiba nos dias 19 a 21 de dezembro, a fim de divulgar os "CROSE" e participar da organização do grupo que elaborará o Plano Estadual de Educação.

2. ENCONTROS

Em visitas anteriores, eu já havia explicado os objetivos dos "CROSE" ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Lauro Pimentel, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, a seu assessor técnico Dr. Beneditto Cordeiro, à Prof. Zélia Milleo Pavão, do Conselho Federal de Educação, aos Profs. Luiz Carlos Sibut e Ulysses Santos Filho da FUNDEPAR.

Nessa última ocasião dei explicações mais completas a essas mesmas pessoas e também a vários membros do Conselho Estadual de Educação, que se reuniram informalmente para ouvir-me, entre os quais o Prof. Vespere Mendes, Presidente, e a Prof.ª Ruy Caldeira.

3. MATERIAL DISTRIBUÍDO

Entreguei o horário dos "CROSE" e um programa provisório ao

Dr. Beneditto Cordeiro, ao Dr. L. C. Sibut e à Prof. Zélia Pavão.

Essas referidas pessoas deverão receber agora os horários e os programas definitivos dos "CROSE".

4. MATERIAL RECOLHIDO.

Pelos ofícios nº 274 de 28 de dezembro/66 e nº 270 de 23 de dezembro/66, tive a honra de comunicar ao Senhor Coordenador dos "CROSE" toda a informação disponível sobre os sistemas educacionais do Paraná.

5. LISTA DE PARTICIPANTES DOS "CROSE".

Em minha opinião, na lista de participantes dos "CROSE", dever-se-ia incluir as seguintes pessoas:

Dr. CARLOS ALBERTO MORO - Secretário de Educação e Cultura.

Dr. BENEDITTO CORDEIRO - Assessor técnico do Secretário
Professor Escola Técnica Federal de Curitiba.

Dr. VESPERO MENDES - Conselho Estadual de Educação - CODEPAR - Membro Conselho Nacional de Planejamento - CONSPLAN.

Dra. ZÉLIA PAVÃO - Conselho Estadual de Educação - Professora Universidade Federal (Fac. Filosofia).

Dr. ULYSSES SANTOS FILHO - FUNDEPAR (Economista).

Dr. LUIZ CARLOS SIBUT - FUNDEPAR (Assessor) - Professor Faculdade Católica Ciências Econômicas - Professor Escola Oficiais Especialistas da Aeronáutica.

Todos são pessoas cuja assistência aos "CROSE" parece imprescindível pela influência efetiva que têm sobre a operação dos sistemas de ensino atuais e futuros no Paraná e pela participação aos trabalhos de planejamento no Estado.

Consideraria ideal a inclusão de mais quatro candidatos:

Dra. ISOLDE ANDREATA - S.E.C. Diretora Dpto. Pesquisas.

Dra. CECÍLIA WESTPHALEN - Comitê diretivo FUNDEPAR - Professora Universidade Federal - Faculdade de Filosofia

Dr. JUCUNDINO DA SILVA FURTADO - Conselho Estadual de Educação - Professor Univ. Federal - Escola de Química.

Dra. ALDA MULLER - Diretora Depart. de Educação do S.E.C. - Professora Universidade Federal - Faculdade Filosofia.

6. COORDENADOR

Recomendaria que o Prof. LUIZ CARLOS SIBUT fôsse nomeado Coordenador dos "CROSE" no Paraná. Esta possibilidade foi discutida e aprovada por tôdas as pessoas intimamente relacionadas às atividades INEP/UNESCO, no referido Estado.

7. PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES E EXPECTATIVAS.

Os maiores problemas educacionais no Paraná são:

- a) Falta de planejamento.
- b) Insuficiência das verbas federais.
- c) Desorganização Administrativa da Secretaria de Educação.
- d) Ineficiência dos trabalhos dos Inspetores e Supervisores.
- e) Número excessivo de Professôres Leigos.
- f) Número excessivo de escolas de uma só sala.
- g) Mau treinamento dos professôres primários em Curitiba.
- h) Mau treinamento do pessoal de pesquisas.
- i) Falta de coordenação entre atividades educacionais dos municí - pios e do Estado.
- j) Falta de assistência técnica federal nos setores de estatística, organização, administração e planejamento.

Muitos desses problemas poderiam ser facilmente resolvi - dos porque existem fatores positivos que permitem a introdução rã - pida de reformas bem estudadas. Esses fatores positivos são:

- a) Excelente informação estatística.
- b) Existência de instrumentos adequados à execução dos planos esta - duais (CELEPAR, CODEPAR, FUNDEPAR e Secretaria de Viação e Obras Públicas).
- c) Desejo de planejar e melhorar rapidamente a situação, várias vê - zes manifestados pelo Senhor Secretário, pelos membros do Conse - Estadual e dirigentes da FUNDEPAR.

8. SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES PESSOAIS.

Baseado sôbre as discussões que tive em São Paulo, Floria - népolis e Curitiba a respeito da organização dos "CROSE", permito-me formular as seguintes sugestões e observações:

- 1) O INEP deveria, dentro do possível, facilitar conduções para os participantes.
- 2) Os coordenadores locais deveriam ser, de preferência, pessoas cog - nitas a colaborar nos "CROSE" como participantes ou relatores.

Deveriam dispor de um orçamento. Seria interessante convidá-los a vir ao Rio, com bastante antecipação, para que pudessem receber as instruções necessárias.

3) Em cada cidade em se realizassem os "CROSE", deveriam ser convidadas:

- a) Todos os membros dos Conselhos de Educação (entre 15 e 21 pessoas).
- b) Todos os altos funcionários da Secretaria de Educação e o pessoal dos centros de Pesquisas (entre 10 e 20 pessoas).
- c) Todos os altos funcionários das Universidades ou autarquias que tenham interesse em planejamento educacional, construção escolar etc. (também entre 20 e 30 pessoas).

Conseqüentemente, a assistência média aos "CROSE" alcança o limite de 100 pessoas, assim discriminados:

- I) Conferencistas - 6
- II) Participantes convidados pelo INEP - 40
- III) Demais pessoas - 45 a 71

4) Não parece possível limitar a lista das pessoas convidadas aos "CROSE" a 6/8 pessoas por Estado:

As Secretarias de Educação e os Conselhos Estaduais têm pelo menos 3 importantes candidatos cada um.

Os Centros de Pesquisas educacionais estaduais ou federais e as Universidades também têm um candidato imprescindível cada.

Ademais, nos estados que conhecemos existem organizações estaduais diretamente ligadas ao planejamento educacional, com 2 ou ainda 3 candidatos especialmente válidos.

Finalmente, cada Estado terá 1 ou 2 especialistas em Educação que não têm funções oficiais elevadas ou muito bem definidas, mas que muito provavelmente contribuirão efetivamente ou darão sua ajuda aos futuros programas educacionais.

Em nossa opinião seria apreciado estabelecer uma lista de 10 convidados por Estado.

Sem mais, subscrevo, atenciosamente,

Jacques Torfs

Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Nº 329

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Dumerval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da Unesco

*Assinatura
19. I. 67
C. J. L.*

Senhor Coordenador,

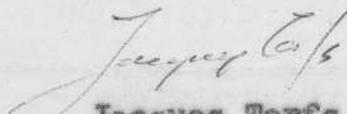
Tenho a satisfação de passar a suas mãos, em anexo, os seguintes documentos, que me foram enviados, de Santa Catarina, pelo Dr. Oswaldo Ferreira Melo:

- ANEXO 1 : 1ª Mensagem Anual - Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1966, pelo Governador Ivo Silveira. (1 exemplar)
- ANEXO 2 : Regimento da Faculdade de Educação. (1 exemplar)
- ANEXO 3 : Publicação da Fundação Educacional de Santa Catarina, contendo: descrição, discurso do Diretor, relação dos dirigentes, atos de constituição e legislação. (1 exemplar)
- ANEXO 4 : Publicação da Fundação Educacional de Santa Catarina, contendo o Estatuto da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. (1 exemplar)
- ANEXO 5 : Lei nº 3.791, de 30 de dezembro de 1961, que dispõe sobre o Plano de Metas do Governo para o quinquênio 1966/1970. (1 exemplar)

ANEXO 6 : Pasta do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, contendo: Lei nº 2.975, de 18 de dezembro de 1961, que dispõe sobre Educação e Cultura; Lei nº 3.030, de 15 de maio de 1962, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação; Decreto N. SE-03-07-62/1.672, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação; Lei nº 3.191, de 8 de maio de 1963, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina; lista dos Conselheiros Efetivos e respectivos suplentes; lista dos membros da Secretaria de Educação e Cultura.
(1 exemplar)

ANEXO 7 : Organograma da Secretaria de Negócios de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina.
(1 exemplar)

Atenciosamente,


Jacques Torfs

Nº 274

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1966

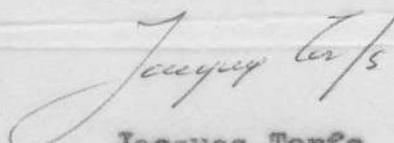
Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos CROSE

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de apresentar-lhe um exemplar do organograma da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Estado do Paraná (Estrutura aprovada pelo Decreto nº 10.527, de janeiro de 1963), o qual obtive quando de minha viagem ao Paraná a serviço dos CROSE.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

Nº 275

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1966

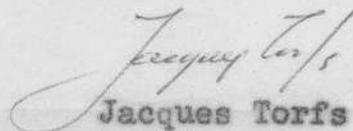
Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos CROSE

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe, em anexo um exemplar do "Diário Oficial" do Estado de São Paulo, de 19 de novembro do corrente ano, onde se encontra a publicação da Lei n.º 9545, de 17 de novembro de 1966, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1967.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

Nº 267

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1966

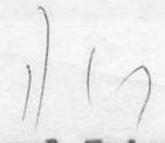
INSUBRA S/A - INTERCOMERCIAL SUECO-BRASILEIRA
Av. Rio Branco 138 - 14º andar
Rio de Janeiro - GB

Prezados Senhores,

Em resposta à proposta apresentada, referente ao consêrto da máquina ADLER, na ordem de serviço nº 1106, no valor de Cr\$ 69.856, comunicamos a VV.SS. que estamos de acôrdo com o orçamento proposto, devendo o serviço ser começado com a maior urgência possível.

Outrossim, pedimos que a cobrança seja feita em nome de Colóquios Regionais sôbre Organização de Sistemas Educacio - nais (CROSE).

Atenciosamente,


Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Nº 273

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1966

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro,
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs,
Membro da Comissão dos CROSE

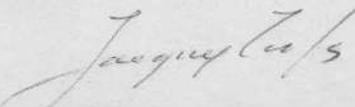
Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem, a serviço dos CROSE, a São Paulo:

ANEXO Nº 1 - Noticiário Estatístico nº 43
Secretaria de Economia e Planejamento
(1 exemplar)

ANEXO Nº 2 - 1 Pasta contendo:
Ensino primário comum - conclusões de curso
Ensino primário comum - aprovações
Ensino primário comum - alunos matriculados no fim de ano letivo
População - estimativa em 1º de setembro

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.


JACQUES TORFS

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro, ✓
Diretor do INEP

Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil

Arquive

M. Torfs (2)

Nº 271

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1966

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos CROSE

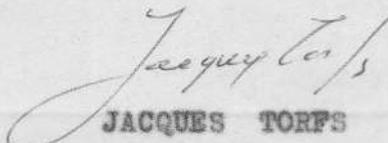
Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem, a serviço dos CROSE, a Santa Catarina:

- ANEXO Nº 1 - Lei nº 3.791, de 30 de dezembro de 1965
(2 exemplares)
- ANEXO Nº 2 - Plano de Escolarização (Ensino Primário)
(1 exemplar)
- ANEXO Nº 3 - O Ensino Normal de 1º Ciclo (Publicação nº 1)
(1 exemplar)
- ANEXO Nº 4 - 1º Ano de Trabalho (Plano de Metas do Governo Celso Ramos) - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 5 - 3º Ano de Trabalho (Plano de Metas do Governo Celso Ramos) - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 6 - 4º Ano de Trabalho (Plano de Metas do Governo Celso Ramos) - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 7 - Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária para o Exercício de 1965 (Plano de Metas do Governo Celso Ramos) - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 8 - Folheto de propaganda - Em 1965 nenhuma criança sem escola - (1 exemplar)

- ANEXO Nº 9 - Folheto de propaganda - As estradas conduzem o progresso - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 10 - Organograma dos Órgãos subordinados diretamente à Chefia do Poder Executivo (1 exemplar)
- ANEXO Nº 11 - Regimento da Faculdade de Educação da Fundação Educacional de Santa Catarina - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 12 - Súmula dos Empreendimentos (até 31-12-1964) Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo Celso Ramos - (1 exemplar)
- ANEXO Nº 13 - Folheto de propaganda - UDESC - Faculdade de Educação - (3 exemplares)
- ANEXO Nº 14 - Folheto de Propaganda - UDESC - Fundação Educacional de Santa Catarina - (3 exemplares)
- ANEXO Nº 15 - Folheto de propaganda - Faculdade de Educação - (9 exemplares)

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.


JACQUES TORFS

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do INEP
Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil
Arquivo
M. Torfs (2)

Nº 270

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1966

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos CROSE

Do: PROF. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos CROSE

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem, a serviço dos CROSE, ao Paraná:

Anexo nº 1 - Regulamento da Biblioteca Pública do Paraná - Decretos nº 11.109 e 11.121
(2 exemplares)

Anexo nº 2 - Sistema Estadual de Ensino - Lei nº 4.978
(1 exemplar)

Anexo nº 3 - CRITERIA - 1-2 - Publicação do Conselho Estadual de Educação
(2 exemplares)

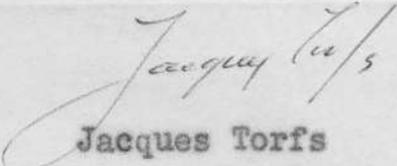
Anexo nº 4 - CRITERIA - 3 - Publicação do Conselho Estadual de Educação
(2 exemplares)

Anexo nº 5 - Proposta de um esquema de ação para o Plano de Equipamentos de Serviços do Governo do Estado do Paraná
(1 exemplar)

Anexo nº 6 - Publicação da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura contendo quadros demonstrativos de despesas, estrutura organizacional da Secretaria.
(1 exemplar)

- Anexo nº 7 - Lei nº 2.382 - que cria o Teatro Guaíra
(1 exemplar)
- Anexo nº 8 - Lei nº 2.358 - que cria a Biblioteca Pública do Paraná
(1 exemplar)
- Anexo nº 9 - Lei nº 1.143 -
(1 exemplar)
- Anexo nº 10 - Lei nº 777 -
(1 exemplar)
- Anexo nº 11 - Lei nº 170 - que dispõe sobre a organização da Secretaria de Educação e Cultura
(1 exemplar)
- Anexo nº 12 - Lei nº 4.282 - que cria na Tabela I da Parte Permanente do Quadro de Ensino, 282 cargos de Professor Catedrático.
(1 exemplar)
- Anexo nº 13 - Campanha de Educação Sanitária do Governo Paulo Pimentel.
(1 exemplar)
- Anexo nº 14 - Contribuição ao Plano Educacional do Estado do Paraná (1967-1970) - Grupo de Estudos de Estatística Educacional.
(1 exemplar)

Atenciosamente,


Jacques Torfs

Nº 266

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1966

Da: Secretária Executiva
Ao: Coordenador dos GROSE

Assunto: Autorização de pagamento.

Senhor Coordenador:

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade efetuar o pagamento, de acôrdo com os processos MEC n.ºs 32.229/66 e ... 61.276/66, referente à Comissão e à parte executiva, assim discriminado:

PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO - coordenador - dezembro de 1966	Cr\$ 600.000
PROF. PAULO DE ALMEIDA CAMPOS - membro da Comissão - dezembro de 1966	Cr\$ 500.000
PROF.ª EULINA FONTOURA DE CARVALHO - membro da Comissão - dezembro de 1966	Cr\$ 500.000
REGINA COELI DA ROCHA FREIRE - - secretária executiva - dezembro de 1966	Cr\$ 400.000
WALBERTH BURKHARDT E SILVA - contador - dezembro de 1966	Cr\$ 100.000
EDITH FERREIRA ENGELKE - secretária bilingue dezembro de 1966	Cr\$ 290.000

VANDA MARIA GOMES DA CRUZ -
secretária bilingue
dezembro de 1966 Cr\$ 118.000
ABEDIAS AUGUSTO DE ALMEIDA -
servente -
dezembro de 1966 Cr\$ 55.000

Informo a V.Sa. que o aludido pagamento correrá por
conta da Verba INEP/CROSE.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire
Regina Coeli da Rocha Freire

262
Nº ~~668~~

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1966

Ao : Prof. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos GROSE
Do : Prof. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos GROSE

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem, a serviço dos GROSE, a São Paulo:

- ANEXO Nº 1 - Reestruturação da Secretaria da Educação.
- ANEXO Nº 2 - Recenseamento Escolar do Estado de São Paulo, 1964.
- ANEXO Nº 3 - Estrutura Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação.
- ANEXO Nº 4 - Plano de Desenvolvimento Integrado - PLADI - do Governo Ademar de Barros.
- ANEXO Nº 5 - Lista dos Membros do Conselho Estadual de Educação.
- ANEXO Nº 6 - Lista dos Membros do Pessoal Superior da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Sem o mais, no momento, subscrevo-me,

atenciosamente,

Jacques Torfs

c/o Dr. Mascaro

Nº 263

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1966

Ao : Coordenador dos CROSE
Dr. Durmeval Trigueiro
Da : Secretária Executiva

Senhor Coordenador,

Solicito-lhe urgentes providências para a aquisição dos seguintes materiais, indispensáveis ao bom andamento de nossos trabalhos:

- 2 máquinas de escrever
- 3 ventiladores
- 1 grampeador

Quero, outrossim, esclarecer-lhe que tem-se acumulado muito serviço por falta das máquinas de escrever.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire

Regina Coeli da Rocha Freire

Nº 226

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1966

Ilmo. Sr.

Conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes

Prezado Senhor,

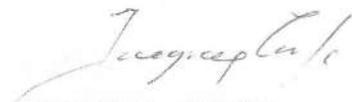
De conformidade com sua solicitação, tenho o prazer de enviar em anexo uma revisão do calendário geral do horário e calendário geral dos "CROSE".

Notar-se-á que este horário supõe a utilização exclusiva e intensiva de somente três conferencistas.

Naturalmente os nomes assinalados (F.D.T.), poderão ser substituídos por outros, porém não seria conveniente ou matematicamente possível dar ao conferencista A. por exemplo, responsabilidades assinaladas nos horários para F. e D., ou D. e T., ou T. e F., etc.

Foram levados em conta os dias de feriados nacionais.

Atenciosamente,


JACQUES TORFS

Original.

cópias: Dr. Carlos Correa Mascaro ✓
Diretor do INEP
Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil
Dr. Durmeval Trigueiro Mendes (2)
UNESCO
M. Torfs
Arquivo

JT/vgc.

*Viante,
Durmeval - Al
CMT*

C R O S ECalendário Geral

<u>LUGAR</u>	<u>PRIMEIRA</u> <u>SEMANA</u>	<u>SEGUNDA</u> <u>SEMANA</u>	<u>TERCEIRA</u> <u>SEMANA</u>	<u>QUARTA</u> <u>SEMANA</u>
SÃO PAULO	6 Mar-11 Mar	-	-	28 Mai-3 Jun
CURITIBA	-	-	3 Mai-13 Mai	-
PÔRTO ALEGRE	-	3 Ab-13 Ab	-	-
BRASÍLIA	13 Mar-18 Mar	-	-	4 Jun-10 Jun
B. HORIZONTE	-	10 Ab-19 Ab	-	-
GOIÂNIA	-	-	10 Mai-19 Mai	-
RECIFE	27 Mar-31 Mar	-	-	-
FORTALEZA	-	-	15 Mai-25 Mai	-
BELÉM	-	-	-	11 Jun-17 Jun
SALVADOR	-	17 Ab-27 Ab	-	-
RIO	20 Mar-28 Mar	24 Ab-4 Mai	21 Mai-1 Jun	18 Jun-24 Jun

C R O S ENÚMERO DE DIAS DE CONFERÊNCIA POR GRUPOS

PRIMEIRA	12	4	4
SEGUNDA	8	12	12
TERCEIRA	14	4	14
QUARTA	4	12	4
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	38	32	34

C R O S E

ALOJAMENTOS

BELEM

FORTALEZA

SALVADOR

CRPE

RECIFE

Hotel Boa Viagem

RIO

Hotel Corcovado

BELO HORIZONTE

Pampulha

BRASÍLIA

Hotel Nacional

GOIÂNIA

CURITIBA

Hotel Iguaçu/Biblioteca Municipal

SÃO PAULO

CRPE

PÓRTO ALEGRE

Hotel a Canela

C R O S EHorário da Primeira Semana

(MARÇO 1967)

SÃO PAULO

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	6	7	8	9	10
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F

BRASÍLIA

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	13	14	15	16	17
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F

RIO

MÊS	MAR								
DATA	20	21	22	23	24	25	26	27	28
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab	Dom	2a.	3a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	XXX	XXX	XXX	XXX	T	F

RECIFE

MÊS	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR
DATA	27	28	29	30	31
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	D	D	D	T	F

C R O S EHorário da Segunda Semana

(ABRIL 1967)

PÔRTO ALEGRE

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab
DATA	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	xxx	xxx	T	T	T

BELO HORIZONTE

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	xxx	xxx	T	T	T

SALVADOR (Bahia)

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab
DATA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	xxx	xxx	xxx	D	T	T	T

RIO

MÊS	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	Ab	MA	MA	MA	MA
DATA	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	D	D	xxx	xxx	xxx	T	T	T

C R O S E

Horário da Terceira Semana

(MAIO 1967)

CURITIBA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
DIA	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	F	F	F	xxx	xxx	D	D	D	D	T	xxx

GOIÂNIA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
DIA	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	xxx	xxx	D	D	D	D	T

FORTALEZA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	F	F	xxx	xxx	D	D	T	xxx

RIO

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	JUN
DATA	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1
DIA	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.
CONFERÊNCIA	F	F	F	xxx	D	xxx	xxx	D	D	D	T

C R O S E

Horário da Quarta Semana

(JUNHO 1967)

SÃO PAULO

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	JUN	JUN	JUN
DATA	28	29	30	31	1	2	3
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

BRASÍLIA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	4	5	6	7	8	9	10
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

BELÉM

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	11	12	13	14	15	16	17
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

RIO

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	18	19	20	21	22	23	24
DIA	Dom.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sab.
CONFERÊNCIA	xxx	T	T	T	D	F	xxx

Nº 226

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1966

Ilmo. Sr.

Conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes

Prezado Senhor,

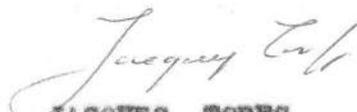
De conformidade com sua solicitação, tenho o prazer de enviar em anexo uma revisão do calendário geral do horário e calendário geral dos "CROSE".

Notar-se-á que este horário supõe a utilização exclusiva e intensiva de somente três conferencistas.

Naturalmente os nomes assinalados (F.D.T.), poderão ser substituídos por outros, porém não seria conveniente ou matematicamente possível dar ao conferencista A. por exemplo, responsabilidades assinaladas nos horários para F. e D., ou D. e T., ou T. e F., etc.

Foram levados em conta os dias de feriados nacionais.

Atenciosamente,


JACQUES TORFS

Original.

cópias: Dr. Carlos Gerrea Mascare
Diretor de INEP
Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil
Dr. Durmeval Trigueiro Mendes (2) ✓
UNESCO
M. Torfs
Arquivo

JT/vgc.



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB - Brasil

Nº 220

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1966

MEMORANDUM

PARA: Dr. Carlos Correa Mascaro,
DD. Diretor do INEP

DE: Jacques Torfs

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de enviar em anexo, o documento AS-2, documento de trabalho que faz parte dos estudos preparados para contribuir nos trabalhos da Comissão de Reestruturação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Seus comentários a respeito serão muito apreciados.

Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente.

*As Prof. Paulo Fleury
Campesinato e obrigu
de analisar e dir a
impressão 12. x. 66
e J. Torfs*

Jacques Torfs
JACQUES TORFS

DOCUMENTO AS-2

DOCUMENTO AS-2A. ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA. Dificuldades atuais.

A Secretaria da Educação foi organizada empiricamente em resposta a pressões políticas ou práticas irresistíveis.

Isto teve vários resultados desfavoráveis:

- 1 - Aparentemente não existe nenhuma uniformidade organizacional ou conceitual: por exemplo, existem departamentos que tratam de alguns problemas do nível primário, sem que existam órgãos específicos para tratar de problemas idênticos dos outros níveis.
- 2 - Não existe um mecanismo estabelecido para assegurar a adaptação do sistema administrativo às novas circunstâncias legais ou técnicas. Uma manifestação disso, é que a Secretaria não está organizada para incrementar a Lei de Diretrizes e Bases: não dispõe de nenhum organismo específico para intervir no setor do ensino superior, ou para elaborar um plano educacional etc.
- 3 - As coisas novas que se faz, não são técnicas: somente se ampliam serviços existentes, sem trocar ou modernizar os sistemas ou dar um treinamento especial ao pessoal.

As fórmulas utilizadas e particularmente o sistema de elaboração de fichas estatísticas, e o sistema de controle administrativo dos funcionários e professores é artesanal e primitivo.

Não parece difícil encontrar uma solução racional para esses problemas: a análise do sistema atual indica que a grande maioria dos elementos constitutivos duma administração racional existe na realidade. Para resolver a presente situação, necessitar-se-ia, somente, implantar dois grupos de reformas, assim:

- a - Redefinir os nomes e as tarefas dos departamentos existentes, criar novos órgãos, eliminar órgãos redundantes ou inúteis.
- b - Introduzir sistemas modernos, mecânicos ou eletrônicos, de classificação de interpretação e controle de dados estatísticos e administrativos.

B. DEFICIÊNCIA DO ORGANOGRAMA

A primeira impressão dada pelo exame de organograma da Secretaria é que existe uma grande quantidade de departamentos com vida independente, cujas atividades são totalmente desligadas de qualquer plano geral de trabalho. duais

Examinando as cousas mais de perto, notar-se-á que parte do caos é mais aparente que real, porém, existem incongruidades que são as fontes de uma confusão e ineficiência notórias.

- 1 - O Secretário mesmo tem uma quantidade de serviços sob contróle direto (Diretoria do Ensino Agrícola, Comissão Central dos Museus, Fundo Estadual de Construções Escolares, Grupo do Planejamento Setorial, Serviço de Informações a Assembleia Legislativa, Serviço de Bolsas de Estudos, Serviço de Ensino Vocacional, Serviço do Ensino pelo Rádio e Televisão).

Não existe razão nenhuma para que aqueles Serviços não sejam incorporados a algumas das numerosas divisões ou departamentos da Secretaria: nenhum deles tem uma função de assessoria que justifique a sua localização perto do Secretário, e nenhum tem importância relativa suficiente para que seja independente do resto da organização.

- 2 - O mesmo pode-se dizer dos vários institutos e colégios da dependência direta do Secretário: estas escolas deveriam ser dirigidas pelos Serviços que têm a seu cargo a responsabilidade geral para a direção de tôdas as escolas de características iguais.
- 3 - O organograma inclui o Departamento de Arquivo do Estado, um órgão que não tem nenhuma coisa a fazer nesta Secretaria e deveria ser desligada inteiramente da quela.
- 4 - Finalmente aparecem como órgãos principais da Secretaria, uma Diretoria Geral, e os Departamentos de Educação e de Ensino Profissional.

As relações entre as três organizações não são claras: as duas últimas tem um Diretor Geral, o que faria supor que tem nível hierárquico igual a Diretoria Geral. Isso não é lógico, porque a Diretoria Geral tem responsabilidade administrativa sobre todos os sistemas de ensino e os departamentos somente têm responsabilidade sobre parte delas. Deveriam, em consequência, ser subordinados ao Chefe da Diretoria Geral.

- 5 - Ao examinar a estrutura interna da Diretoria Geral e dos Departamentos, notar-se-á que, a denominação e funções dos "serviços" e "seções", que também se chamam "Divisões" ou "Setores Administrativos", não são paralelas nas três organizações.

A explicação de que isso se deve a uma divisão entre trabalhos "técnicos" e trabalhos "administrativos" não é válida: se for o caso, a organização do Departamento de Ensino Profissional deveria ser paralela ao Departamento de Educação, o que não acontece. Ademais, os dois Departamentos, que teoricamente, se dedicam aos trabalhos técnicos, na realidade intervêm também nos assuntos administrativos.

- 6 - O único elemento de funcionalismo, ^{dever?} em todo esse sistema, é que alguns serviços e seções dos departamentos somente limitam a sua ação a alguns setores do ensino.

C. REORGANIZAÇÃO DO ORGANOGRAMA

Para poder funcionar de acordo com as normas fixadas pela LDB, a Secretaria deveria ser organizada para operar administrativamente e tecnicamente em todos os níveis do ensino oficial, além de orientar e controlar as atividades do ensino particular, também em todos os níveis, e finalmente, para analisar as cifras e planejar a expansão do sistema educacional do Estado.

Vários sistemas administrativos podem ser criados para responder a essas necessidades.

Os organogramas correspondentes variarão muito, de acordo com a importância relativa que se há de dar aos vários aspectos da ação administrativa.

Estabelecendo-se uma hierarquia nas organizações administrativas, da seguinte forma:

- 1) Diretoria
- 2) Departamentos
- 3) Divisões
- 4) Seções
- 5) Setores

então, a área de ação das diretorias poderia ser definida:

- 1º) Por nível de Ensino (primário, médio, superior)
- 2º) Por entidades mantenedoras (Ensino estadual, federal, municipal, particular)

3^a) Por tipo de operações

(Econômicas, Financeiras, Jurídicas, Pedagógicas, Administrativas, Sociais, Relações Públicas, Planejamento etc.)

Escolhendo-se a primeira alternativa, haverá uma diretoria de ensino primário, uma de ensino médio e uma de ensino superior. Cada diretoria, então, poderá ser dividida em departamentos cujas áreas de ação poderá cobrir, em forma mais detalhada, vários tipos ou níveis de ensino ou mesmo uma nova categoria de aspectos funcionais: poder-se-á criar, na Diretoria de Ensino Médio, Departamentos de Ensino Ginasial, Colegial, Técnico etc.; ou Departamentos de planejamento, pedagogia, administração etc.

Logo, cada um dos departamentos poderia ser dividido em Divisões, e as divisões em seções e as seções em setores, até ter uma organização separada para cada uma das funções específicas que podem ser desempenhadas pela Secretaria.

Um sistema típico de organização no qual se dá a maior importância às discriminações entre níveis educativos, e a menor ao tipo de entidades mantenedoras, como se descreve a seguir:

<u>DIRETORIAS</u>	<u>DEPARTAMENTOS</u>	<u>DIVISÕES</u>	<u>SEÇÕES</u>	<u>SETORES</u>	
1. ENSINO PRIMÁRIO	1-1 PRE PRIMÁRIO	-----	1-1-1-1 Estatísticas	1-1-1-1-1 Estadual	
			1-1-1-2 Planejamento	1-1-1-1-2 Oficial	
			1-1-1-3 Jurídico	1-1-1-1-3 Particular	
			1-1-1-4 Pedagogia	. .	
			1-1-1-5 Relações Públicas	. .	
			1-1-1-6 Relações com Alunos	. .	
			1-1-1-7 Controle Professores	. .	
			1-1-1-8 Controle dos bens		
	1-2 PRIMÁRIO		1-2-1-1 Estatísticas		
	1-3 ESPECIAL	1-3-1 Cegos	1-3-1-1 Estatísticas	1-3-1-1-1 Estadual	
1-3-2 Surdo-Mudos			
1-3-3 Adultos			
2. ENSINO MÉDIO	2-1 GINASIAL .	2-1-1 Tronco Comun	2-1-1-1 Estatísticas		
		2-1-2 Ginásial Técnico.			
		2-1-3 Normal			
	2-2 COLEGIAL .	2-2-1 Secundário			
		2-2-2 Agrícola			
		2-2-3 Industrial			
		2-2-4 Comercial			
		2-2-5			
	3. ENSINO SUPERIOR	etc...	-----	-----	-----

*Normas e p
M. L. M.*

Como se pode observar, o desenvolvimento racional da organização da Secretaria poderia exigir a criação dum número considerável de órgãos operacionais separados.

Ademais, é evidente que os órgãos de coordenação deveriam ser criados para harmonizar as ações dos setores, ou sub-setores, ou sub-sub setores das distintas diretorias ou departamentos separados que se dedicam a semelhantes trabalhos.

No organograma que se apresenta na página anterior, por exemplo, tôdas as organizações numeradas 1-1-1-2; 1-2-1-2; 1-3-1-2; 1-3-2-2; 1-3-3-2; 2-1-1-2 etc.etc. se dedicarão ao planejamento. Não podem funcionar adequadamente sem que as suas ações sejam coordenadas. Impor-se-á então, a criação dum serviço especial igual em nível hierárquico a um departamento, ou ainda a uma diretoria, para coordenar e harmonizar técnicamente os trabalhos dos órgãos planejadores.

A criação de um serviço específico para cada uma das categorias funcionais de operação, cada um dos níveis de ensino e cada tipo de entidade mantenedora, seria justificável ao nível federal, ou num país de população maior ao do estado de São Paulo, ou onde a Secretaria (ou Ministério de Educação) tivesse um controle total sobre tôdas as formas do ensino.

Nas condições do Estado de São Paulo, seria ante-econômico tratar de estender a sistemática administrativa.

Dever-se-á buscar um sistema - e um organograma, que simultaneamente responda a tôdas as necessidades, e atribua a tôdos os serviços a sua devida importância e prioridade, sem sobrecarregar a maquinaria administrativa.

O tipo de organograma proposto e suas relações com a organização atual são descritas a seguir.

RESPONSABILIDADE GEOGRÁFICA

ORGANIZAÇÕES ATUAIS EQUIVALENTES EM

DEPARTAMENTOS	DIVISÕES	SEÇÕES	SECRETARIA	ESTADO	OFICIAL	PARTICULAR	SECRETARIA	DIRETORIA GERAL	DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO	DEPART. ENSINO PROFISSIONAL
JUNTA ACESSORA		-----	1.3			
		-----					1.8			
1 PLANEJAMENTO	1.1 PROGRAMAÇÃO ADMINISTRATIVA	-----	X	X				
	1.2 ESTATÍSTICA	-----	X	X	X	X		3.3.16		4.4.3 4.4.2
	1.3 CADASTRO	-----	X	X	X	X				
	1.4 BOLSAS	-----	..	X	1.10			
	1.5 CONSTRUÇÕES	-----	..	X	1.6			
	1.6 ORÇAMENTO	-----	X	X	1.7	2.8		4.2.2 4.2.1
	1.7 PLANEJAMENTO INTEGRAL	-----	X	X	X	X				4.4.3
2 ADMINISTRAÇÃO	2.1 DOCUMENTAÇÃO PESSOAL E ESCOLAS		X	X	1.1	2.4.16 2.10 2.6	3.3.16	4.6.5 4.7.1
	2.2 DESPESAS	2.2.1 CONTROLE CONTADORIA	X	X		2.8.2		4.2.1/4.2.6
		2.2.2 PAGOS	X	X		2.8.22		
	2.3 SELEÇÃO E COMPRA- BENS - SERVIÇOS	2.3.1 EDIFÍCIOS	X	X	1.6/1.1			4.2.9
		2.3.2 EQUIPAMENTOS	X	X		2.11	3.25	4.2.9
		2.3.3 TRANSPORTES	X	X		2.12		4.2.9

C. B. P. E.

RESPONSABILIDADE GEOGRÁFICA

DEPARTAMENTOS	DIVISÕES	SECÇÕES	S	E	O	P	ORGANIZAÇÕES ATUAIS EQUIVALENTES EM			
							SECRETARIA	DIRETORIA GERAL	DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO	DEPART. ENSINO PROFISSIONAL
	2.4 MANUTENÇÃO BENS		X	X		2.10.7	3.3.3	
	2.5 ALMOXARIFADO		X	X		2.10.3		4.2.10/11/12
	2.6 SELEÇÃO E CONTROLE PESSOAL SECRETARIA	---	X				
	2.7 PROTOCOLO/ARQUIVO. SECR.	---	X		2.3 2.5	3.2.2	4.2.3 4.2.7 4.2.8
	2.8 PORTARIA/ZELADORIA	---	X		2.10.6	3.2.1	4.2.13
3 NOVOS MEIOS	3.1 ETV - RÁDIO	---	..	X	X	X	1.12			4.8.3
	3.2 AUDIO VISUAL	---	..	X	1.12			
	3.3 EDUCAÇÃO EXTRA-CURRICULAR	---	..	X				4.8.1
4 TREINAMENTO	4.1 LEIGOS	---	..	X				
	4.2 RURAIS	---	..	X	X	X			3.3.10	
	4.3 PROFESSORADO	---	..	X	X	X				

<u>DEPARTAMENTOS</u>	<u>DIVISÕES</u>	<u>SECÕES</u>	<u>S</u>	<u>E</u>	<u>O</u>	<u>P</u>			
5. PEDAGOGIA	5.1 PESSOAL DOCENTE	5.1.1 SELEÇÃO	-	X	-	-	{ 3.2.7 }	{ 4.7.2 }	
							{ 3.2.3 }	{ 4.3.2 }	
		5.1.2 INSPEÇÃO E ORIENTAÇÃO	-	X	X	X	{ 3.3.15 }	{ 4.7.1 }	{ 4.6 }
							{ 3.3.5 }	{ 4.4.1 }	{ 4.7.2 }
		5.1.3 CONTROLE PRODUTIVIDADE	-	X	X	X		4.3.3	
	5.2 EQUIPAMENTO DOCENTE	5.2.1 SELEÇÃO COMPRA	-	X	-	-	2.11 3.2.5	4.2.9	
5.2.2 CONTROLE PRODUTIVIDADE		X	X	X	X				
5.3 PROGRAMAS DOCENTES	5.3.1 PRODUÇÃO	..	X				
	5.3.2 CONTROLE PRODUTIVIDADE	X	X	X	X				

<u>DEPARTAMENTOS</u>	<u>DIVISÕES</u>	<u>SEÇÕES</u>	<u>S</u>	<u>E</u>	<u>O</u>	<u>P</u>		
6 RELAÇÕES COM ALUNOS	6.1 HIGIENE	- - -	..	X	X	X	{ 3.3.7 3.3.8 3.3.9 }	4.5.1
	6.2 ALIMENTAÇÃO	- - -	..	X	3.3.7	4.5.2
	6.3 LAB. PSICOTÉCNICO	- - -	..	X		4.3.3
	6.4 ESPORTES	- - -	..	X		
	6.5 ASSOCIAÇÕES PAIS	- - -	..	X	3.3.6	
	6.6 ORIENTAÇÃO	- - -	..	X	3.3.4	4.3.1
	6.7 DIPLOMAS	- - -	..	X	X	X	3.3.2.1	

Rio de Janeiro, September 6th 1966.

Nº 174

MEMORANDUM

TO: Mr. John Howe

FROM: Jacques Torfs *JT.*

SUBJECT: Visit to Curitiba - Aug. 31. Sept. 1 and 2

A. FUNDEPAR PROJECT

Fundepar is an autonomous entity which by law must manage and invest the funds set aside by the State of Paraná and the Federation, for the study and realization of Paraná's educational projects and plans.

While in Curitiba last April I described and enumerated the quantitative data needed in order to set up a good educational plan.

Under the direction of Professor Zelia Pavão, member of the State Council of Education, Professor of Statistics of the Federal University of Paraná and head adviser of this organization, Fundepar started collecting this material and at this time has already a vast documentation on school population in all municipalities. It also started making a total inventory and mapping of all schools of the State, which will be completed in December.

Fundepar now has asked me to go to Curitiba 2 or 3 days a month to check on the work that is being done, and to orient new research. The ambition of Fundepar is to present the first State Educational Plan by the beginning of 1967 and my collaboration in its setting up has also been requested.

On August 31st, September 1 and 2, I programmed with Fundepar's staff an inventory of manpower resources and a study of unit costs. I also examined the proper way to process all data which will be obtained, in CELEPAR's data processing and computer unit.

All aspects of the inventory and research program were discussed with the top staff members of Fundepar, and those of the State Secretariat of Education - among which:

- Dr. Guillermo L. Braga - Superintendent of Fundepar
- Prof. Alda Moeller - Director, department of education -
State Secretariat of Education
- Dr. Beneditto Cordeiro - Technical Adviser - State Secretariat
of Education
- Prof. Nays de Macedo - Adviser of Fundepar, and Director of
Division of Primary education of the
State Secretariat
- Dr. Ulysses Santos Filho - Economist of Fundepar
- Dr. Gisela Schaeffer Rodrigues - Director - Research Center,
State Secretariat
- Prof. Luis Sibut - Adviser - Fundepar. Public Administration
- Prof. Zelia Pavão - already cited
- Dr. Noel Samways - Fundepar.

Data processing was discussed with.

Dr. Leão Pasiornik. Technical Director and Dr. Lauro Bernardes -
Head Engineers of CELEPAR.

B. EDUCATIONAL TV

Enrolled

I was also invited to an organizational meeting of State's educational TV, to which assisted most of the representatives of Fundepar and of the State Secretariat of Education cited above and also:

- Dr. Ing. Waldyr Pedro Xavier Favares (State's Telecommunications
Department). Director of DETEL.
- Dr. Lineo Borges - Chief technician of DETEL.
- Dr. Roberto Linhares da Costa. Legal Adviser of the State
Secretariat of Education.

The following was stated, and discussed:

1 - Fundepar will be in charge of ETV in the State.

2 - The State has received 2 ETV channels:

Canal 2 - Curitiba - V.H.F. 1 to 10 KW

Canal 5 - Londrina - V.H.F. 1 to 10 KW.

According to the Director of DETEL the rest of the State could be covered by using 600 to 700 of the 960 channels of its microwave network now under construction.

I must say I was not at all happy by the turn of the discussion. It seems to me that the lack of technical and organizational and pedagogical preparation for ETV, on the Federal and State level, is complete.

My guess however is that the Chief of Federal Tele Communication of Brasil (CONTEL), General Tonay Coelho dos Reis is very much aware of the fact that Brazilian education must take a position - and grab TV channels, before it is too late, and at this time devotes all of his energies to high-pressuring educational organization into making the necessary moves, before entering further in organizational and others details.

I am not happy at all however, about what seems to be the Brazilian approach to ETV: What is contemplated is the creation of 40 or 50 independent state or even school systems, which will give a few hours of program per day - and stress adult education.

I believe this to be wrong: the studies I made last year in Colombia, Peru, Honduras, Denver, Hagerstown and Chicago for the I.I.E.P. show very clearly that ETV is only economical and effective if:

- a) there is only one big network;
- b) programs are directed to a huge, captive audience of school-children, principally of primary and secondary school age.

I will discuss this matter further with Dr. Carlos Pasquale (who advises Tonay), with Resson Cardwell (Chief, Human Resources USAID) and the people of the Ford Foundation here.

C. "CROSE"

I explained the program of the "CROSE" to several of the top staff members of FUNDEPAR, and of the State's education Secretarial.

It was tentatively agreed that Prof. Zelia Favão would prepare and present the conferences of the 4th cycle (Planning) dealing with educational statistics sampling and inventories, while Prof. Luiz Sibut will deal with the theory and practice of the mobilization of the residual factor.

Original

cc.: Mr. Howe Chief, Unesco
Mission to Brasil (for UNESCO)
Dr. Mascare ✓
MM. Debrun/Furter/File
M. Torfs
Prof Darmoval Triguero